



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS– ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**EMPREENDEDORISMO OU PRECARIZAÇÃO?  
O PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO BRASIL**

**JAQUELINE RIBEIRO ALVES DE AZEVEDO**

Foz do Iguaçu  
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS– ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**EMPREENDEDORISMO OU PRECARIZAÇÃO?  
O PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO BRASIL**

**JAQUELINE RIBEIRO ALVES DE AZEVEDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

Orientadora: Prof. (Dra) Élen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu  
2021

JAUQUELINE RIBEIRO ALVES DE AZEVEDO

**EMPREENDEADORISMO OU PRECARIZAÇÃO?**  
O PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador(a): Prof. (Dra) (Élen Cristiane Schneider)  
(UNILA)

---

Prof. (Dr. ) (Fernando Correia Prado)  
(UNILA)

---

Prof. (Me.) (Francielli Rubia Poltronieri)  
(UNILA)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor (a): Jaqueline Ribeiro Alves de Azevedo

Curso: Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

---

Tipo de Documento	
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Empreendedorismo ou Precarização?. O perfil das mulheres empreendedoras no Brasil

Nome do orientador(a): Dra. Élen Cristiane Schneider

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Jaqueline Ribeiro Alves de Azevedo

Dedico este trabalho a minha estimada professora Vanda, na qual me ensinou que os anjos são reais e que são feitos de carne e osso

## **AGRADECIMENTOS**

Eu espero realizar um agradecimento á altura e que seja emocionante para todas as pessoas que cruzaram o meu caminho, nesta trajetória irregular denominada Unila e que foi a cidade de Foz do Iguaçu-PR em minha vida. Uma trajetória que gerou amadurecimento, conhecimento de bases teóricas solidas para que consiga continuar trilhando o meu caminho diante do saber e de uma construção de uma sociedade equânime e justa, uma trajetória em que na sua diversidade ensinou-me o poder da empatia e do coletivo.

O saudosismo consiste nessa escrita, pois confesso que em nenhum outro lugar vou encontrar o que encontrei na Unila, um pedacinho pequeno, mas que engloba toda á América Latina e que em suas infinitas cores, dialetos e sabores, ensinou-me que a real beleza é diversa e que no fim todos somos parecidos, talvez irmãos em um mesmo propósito que é a integração dos nossos povos e o desenvolvimento dos nossos países, e juntos nesta convivência as fronteiras imaginarias caíram por terra, nós aproximamos e percebi que antes da minha nacionalidade a qual é a brasileira, primeiramente sou com muito orgulho latino- americana.

Desta forma, eu quero agradecer á todos os meus professores e companheiros de jornada, mas em especial a professora Marina Machado Gouveia, aos professores Wolney Carvalho e Fernando Correia Prado, professores que construíram o meu abarco teórico, e também aos professores Marcos Garcia e Claudia Bissagio, que me ajudaram nas minhas infinitas dificuldades, demonstrando uma enorme empatia,afinal tive um adoecimento aonde tive um laudo médico para trancar o curso por tempo indeterminado, aonde infelizmente tive que desistir três mestrados que havia passado e nessa situação não posso esquecer de mencionar a PROGRAD que me deu todo suporte e acompanhamento. Agradeço a minha orientadora Élen Cristiane Schneider, que aceitou o desafio de me orientar e acreditou na temática proposta, sendo que estava impossível conseguir um orientador, uma vez que os professores de economia estão sobre carregados com aulas na graduação e no mestrado, e nessa orientação tenho que agradecer o espaço de orientação coletiva e a todas a mulheres incríveis que conheci, na qual percebi que todas passam por anseios e dificuldades semelhantes. Agradeço a minha família imensamente ao meu pai e aos meus irmãos Juliana, João Pedro e Francisco que sempre me apoiaram em minhas corajosas loucuras em busca de um conhecimento mais profundo. E as minhas amigas que amo tanto e que são minhas

irmãs, não de sangue, mas de coração Ligia (Afrodite), Karen (Especialista) e Ester (Mãe).

É impossível colocar o nome de todas as pessoas que devo agradecer, pois foram muitas e não cabem em um pedacinho de papel, mas vocês estão escritas nas minhas mais belas lembranças e marcadas em meu coração.

***Para todos os meus mais profundos agradecimentos***

***E os meus votos sinceros de felicidade e amor!***

*Só há revolução quando há amor por nós mesmas.*  
**Ryane Leão**



## RESUMO

O empreendedorismo feminino é um fenômeno crescente em todo o mundo, de forma simultânea com a diminuição dos empregos formais, dessa maneira os rendimentos femininos ganham uma maior relevância para a renda das famílias principalmente as mais vulneráveis, isto posto estabelece-se o objetivo deste trabalho que é caracterizar a situação das mulheres empreendedoras no Brasil e compreender o contexto em que elas atuam. Trata-se de um trabalho exploratório-descritivo, que se utilizou da técnica de meta-estudos para as análises bibliográficas, e para os dados foi realizada uma análise documental dos relatórios da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), no período de 2008-2019, apoiando-se em dados secundários da Sebrae (Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Como resultado foi pontuado que as taxas do PIB (Produto Interno Bruto), do desemprego e da informalidade, impactam o empreendedorismo total feminino em 32,09%, foram demonstradas as singularidades femininas tanto no mercado de trabalho como no empreendedorismo, constatando de que as mulheres dedicam mais tempo aos trabalhos domésticos, e que mesmo detendo níveis mais elevados de educação ao masculino, elas não alcançam os cargos de liderança, e dessa maneira obtêm rendimentos inferiores, e que há a probabilidade de desligamento da empresa e a diminuição do seu salário quando se têm filhos. No empreendedorismo foi observado de que as mulheres detêm maiores dificuldades ao acesso de capital, tendo taxas de juros mais elevadas, e que a maior parte das empreendedoras estão no setor doméstico, sendo crescente o número de empreendedoras que são chefes de família, tendo como conclusão que elas encontram no empreendedorismo uma alternativa já que detêm uma maior flexibilidade, para continuarem exercendo o seu papel que foi socialmente construído.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo Feminino; Empreendedorismo de Necessidade; Empreendedorismo de Oportunidade; Precarização; Trabalho.

## RESUMEN

El emprendimiento femenino es un fenómeno creciente en todo el mundo, al mismo tiempo que la disminución de los empleos formales, de esta manera el ingreso de las mujeres adquiere mayor relevancia para el ingreso de las familias, especialmente las más vulnerables. Es caracterizar a las mujeres emprendedoras en Brasil y comprender el contexto en el que operan. Se trata de un trabajo exploratorio-descriptivo, que utilizó la técnica de meta-estudio para el análisis bibliográfico, y para los datos se realizó un análisis documental de los informes del Global Entrepreneurship Monitor (GEM) en el período 2008-2019, a partir de datos secundarios de Sebrae. (Servicios Brasileños de Apoyo a la Micro y Pequeña Empresa), IBGE / PNAD (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística / Encuesta Nacional por Muestra de Hogares). Como resultado, se señaló que las tasas de PIB (Producto Interno Bruto), desempleo e informalidad impactan en el emprendimiento total femenino en un 32.09%. Las mujeres se dedican más al trabajo doméstico, y aunque tienen un nivel de educación más alto que los hombres, no alcanzan posiciones de liderazgo, y por lo tanto obtienen menores ingresos, y que existe una probabilidad de dejar la empresa y una disminución en los ingresos tu salario cuando tienes hijos. En emprendimiento, se observó que las mujeres tienen mayores dificultades para acceder a capital, al tener tasas de interés más altas, y que la mayoría de mujeres emprendedoras se encuentran en el sector doméstico, con un número creciente de mujeres emprendedoras que son jefas de hogar. Que encuentran en el emprendimiento un alternativa ya que tienen mayor flexibilidad para seguir ejerciendo su rol construido socialmente.

**Palabras clave:** Emprendimiento Femenino; Emprendimiento por necesidad; Emprendimiento de Oportunidades; Precariedad; Trabajo.

## ABSTRACT

Female entrepreneurship is a growing phenomenon all over the world, at the same time as the decrease in formal jobs, in this way women's income gains greater relevance for the income of families, especially the most vulnerable ones. Is to characterize women entrepreneurs in brazil and understand the context in which they operate. This is an exploratory-descriptive work, which used the meta-study technique for bibliographic analysis, and for the data a documental analysis of the reports of the global entrepreneurship monitor (gem) was carried out in the period 2008-2019, based on secondary data from sebrae (brazilian support services for micro and small enterprises), ibge/pnad (brazilian institute of geography and statistics/national household sample survey). As a result, it was pointed out that the rates of gdp (gross domestic product), unemployment and informality impact the total female entrepreneurship by 32.09%. Women are more dedicated to housework, and even though they have a higher level of education than men, they do not reach leadership positions, and thus obtain lower incomes, and that there is a probability of leaving the company and a decrease in income. Your salary when you have children. In entrepreneurship, it was observed that women have greater difficulties in accessing capital, having higher interest rates, and that most female entrepreneurs are in the domestic sector, with a growing number of female entrepreneurs who are heads of households. That they find in entrepreneurship an alternative since they have greater flexibility to continue exercising their socially constructed role.

**Key words:** Female Entrepreneurship; Necessity Entrepreneurship; Opportunity Entrepreneurship; Precariousness; Work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Palavras Utilizadas na Seleção e Coleta.....	17
<b>Figura 2</b> – Regressão Empreendedorismo Total (TTE), PIB, Desemprego e Informalidade.....	70
<b>Figura 3</b> – Empreendedorismo Total Masculino (TTE Masculino), série histórica 2008-2019 em relação a o desemprego.....	72
<b>Figura 4</b> – – Empreendedorismo Total Feminino (TTE Feminino), série histórica 2008-2019 em relação a o desemprego.....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Palavras de Busca.....	17
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Média de Horas Dedicadas ao Serviço Doméstico no Brasil nos Anos de 2014-2019, Segundo o Gênero .....	74
<b>Tabela 2</b> – Rendimento Médio Mensal, Segundo o Gênero no Brasil.....	76
<b>Tabela 3</b> – Salário Feminino Com Filhos no Ano de 2015 .....	77
<b>Tabela 4</b> – Disparidade Salarial por Escolaridade no Ano de 2015 .....	78
<b>Tabela 5</b> – Disparidade Salarial por Cargos de Liderança, Ano de 2015.....	79
<b>Tabela 6</b> – Mulheres Demitidas Após a Licença Maternidade, 2009-2012 .....	80
<b>Tabela 7</b> – Empreendedorismo por Necessidade Segundo o Gênero .....	82
<b>Tabela 8</b> – Rendimento Mensal Segundo o Gênero, Ano de 2018 .....	83
<b>Tabela 9</b> – Empreendedorismo Por Anos de Estudo Segundo o Gênero .....	84
<b>Tabela 10</b> – Horas Trabalhadas no Empreendimento por Gênero.....	84
<b>Tabela 11</b> – Distribuição das Principais Atividades Empreendedoras Masculinas ....	85
<b>Tabela 12</b> – Distribuição das Principais Atividades Empreendedoras Femininas ....	86
<b>Tabela 13</b> – Empreendedoras em Posição de Domicílio .....	88
<b>Tabela 14</b> – CNPJ Segundo o Gênero.....	91
<b>Tabela 15</b> – Proporção de Empregadores Segundo o Gênero .....	91
<b>Tabela 16</b> – O Número de Sócios no Empreendimento Feminino .....	91
<b>Tabela 17</b> – Proporção de Empréstimos nos Bancos por Gênero .....	93
<b>Tabela 18</b> – Valores dos Empréstimos Segundo Gênero .....	93
<b>Tabela 19</b> – Taxa de Juros por Gênero.....	94
<b>Tabela 20</b> – Taxa de Inadimplência por Gênero .....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD/CAM	<b>CAD</b> - Desenho assistido por computador. <b>CAM</b> - Manufatura assistida por computador.
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 METODOLOGIA .....	16
<b>2 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO DO TRABALHO .....</b>	<b>20</b>
2.1 A QUEDA DO MODELO FORDISTA DE PRODUÇÃO .....	20
2.2 A NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	27
2.3 A METAMORFOSE DO TRABALHO.....	31
2.4 O CONTEXTO BRASILEIRO .....	38
2.5 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.....	43
<b>3 EMPREENDEDORISMO OU PRECARIZAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
3.1 A DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDORISMO.....	53
3.2 O NEOLIBERALISMO E O DISCURSO EMPREENDEDOR .....	57
3.3 O EMPREENDEDORISMO FEMININO .....	63
<b>4 O EMPREENDEDORISMO “A LUZ NO FIM DO TÚNEL” PARA AS MULHERES NO CAPITALISMO NEOLIBERAL .....</b>	<b>70</b>
4.1 ANÁLISE DO PANORAMA ESTRUTURAL .....	70
4.2 O MERCADO DE TRABALHO FEMININO .....	74
4.3 EMPREENDEDORISMO FEMININO.....	81
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A manifestação do empreendedorismo e as suas repercussões sociais acabaram se tornando uma temática relevante para pesquisas ao longo do tempo e principalmente na atualidade, deste modo, Tiffin (2004) se debruçou a interpretar este fenômeno na América Latina dentro de suas especificidades. Uma vez que na ótica internacional e na divisão do mundo entre centros e periferias. A América latina sendo considerada uma zona periférica e subdesenvolvida tem maiores obstáculos á serem ultrapassados para o alcance do desenvolvimento e para o empreendedorismo inovador (TERJESEN & AMORÓS, 2010). Entretanto apesar das dificuldades o empreendedorismo na região é um fenômeno crescente (ÁLVAREZ et al., 2010; AMORÓS & CRISTI, 2008; AMORÓS et al., 2011). Uma vez que a maior parte dos governos latinos americanos tem dado uma relevância á criação de novas empresas e ao trabalho autônomo, visto que considera o empreendedorismo, uma alternativa substancial para a melhoria da economia e para atingir o desenvolvimento social e econômico. (AMORÓS, 2011).

Como coloca Tonelli, Brito e Zambalde (2011), o tema do empreendedorismo está crescendo nas abordagens acadêmicas, tendo alguns que o colocam como o instrumento ideal para a inovação, aumento de produtividade e melhoria dos modelos de negócio. Alguns autores pontuam que estamos vivendo a era empreendedora, (DORNELAS, 2008) ou o começo de um capitalismo empreendedor (SCHRAMM e LITAN, 2008), uma vez que são os empreendedores que estão sendo ferramentas na conjuntura da globalização, para encurta-se barreiras comerciais e criar novas relações de trabalho e emprego (DORNELAS, 2008, p. 6).

No Brasil os estudos referentes ao empreendedorismo têm sido mais assíduos na atualidade, porém é factível encontrar pesquisas sobre o empreendedorismo no país realizado no século passado (BRESSER PEREIRA, 1964; MARCOVITCH, SANTOS, & DUTRA, 1986; SANTOS, 1984). Entretanto o homem tem sido historicamente, colocado como sendo a única figura na esfera que se trata do empreendedorismo (ÁLVAREZ et al., 2012; KELLEY et al.,2011), porém é notório na ultima década o crescimento do empreendedorismo feminino em todo o mundo (SWINNEY et al., (2006). O empreendedorismo feminino começou a ser estudado recentemente no Brasil, em comparativo, ele surgiu primeiramente na literatura estrangeira (ALLEN, & TRUMAN, 1993; BOWEN, & HISRICH, 1986; CARTER, & CANNOM, 1992; CROMIE, & HAYES,



1988). Os primeiros estudos sobre o tema no país aparecem a partir da década de 1970, obtendo um crescimento considerável na década posterior (GOMES et al. 2014).

Oliveira et al (2013) coloca que os estudos referentes ao empreendedorismo no Brasil, precisam levar em consideração a marcante estratificação social no país que é um fator o qual motiva aos sujeitos a se aventurarem nesta área, portanto é preciso reconhecê-los para compreender como esse fenômeno ocorre no país (FULLER-LOVE, LIM, AKEHURST, 2006). Estes autores debateram a condição da marginalização no mercado formal, aonde a criação de um negócio próprio acaba se tornando a única alternativa de criação de emprego, tanto para o indivíduo, como para os seus familiares (FAIRLIE, 2005). Estes estudos expressaram certa apreensão em relação à falta de políticas públicas e de intervenção institucional, para que estes grupos tenham o devido suporte para que consigam implementar e desenvolver os seus negócios (LERNER, MENAHEM, HISRICH, 2005).

Neste panorama é perceptível a importância de estudar de maneira profunda o empreendedorismo no Brasil, de acordo com os conceitos de empreendedorismo de necessidade e oportunidade, Leite e Oliveira (2007) coloca que o primeiro é criar um negócio, já que não existe alternativa e o segundo é a descoberta de algo oportuno ou uma lacuna no mercado que sejam lucrativos esses dois tipos de empreendedorismo têm impactos diferentes no desenvolvimento econômico de um país. O empreendedorismo por oportunidade tem uma relação positiva, pois existe uma convergência entre a inovação, geração de renda, e empregos, enquanto o empreendedorismo por necessidade está associado a condições de queda na atividade econômica, na qual gera o desemprego, diminuindo a oferta de trabalho, desta maneira o empreendedorismo se torna uma alternativa de sobrevivência para que o indivíduo tenha uma fonte de renda, para subsistir.

De acordo com a pesquisa do segundo semestre de 2019, realizada pela PNAD, 11,8% da força trabalhadora, encontra-se em situação de desemprego no Brasil, e desta 26,2% procura empregos há mais de dois anos, o que equivale a 3,35 milhões de brasileiros com dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, assim o empreendedorismo, o denominado auto-emprego, emerge-se como sendo uma opção. Das 93 milhões de pessoas que estão empregadas no país, 24,1 milhões trabalham por conta própria, sendo que 80% destes não detêm CNPJ, constituindo 19,4 milhões de brasileiros no mercado informal. Mesmo as mulheres representando 52,5% da população

em idade ativa, elas ainda representam a minoria da força de trabalho ocupada, representadas por 43% de acordo com o IBGE de 2018, e representam 59,9% dos desempregados segundo a PNAD de 2019, contudo mesmo neste panorama elas representam a maioria dos empreendedores do país, estando em 53% de acordo com a PNAD 2019.

Calderón e Espíndola (2019) demonstraram em seus resultados que as mulheres têm sido severamente afetadas pelo desemprego e a precarização do mercado de trabalho, desta maneira o empreendedorismo feminino surge como uma opção para defrontar a marginalização e a pobreza das famílias e também para que as mulheres consigam se inserir no mundo do trabalho e fazerem o uso das suas capacidades intelectuais e materiais). Assim, o gênero sexual tem sido abordado nos últimos anos dentro do mercado de trabalho e as diferenças dos padrões que foram sendo construídos socialmente para o “ser homem” e para o “ser mulher”, criando as posições na qual cada um deve se posicionar na sociedade, nas famílias, nas empresas e no mercado de trabalho. Diante do fato de que houve melhoria em alguns indicadores de inserção do trabalho feminino na América Latina, como aborda a OIT, houve um aumento de 2,6% de mulheres incorporadas no mercado de trabalho latino americano em 2003, porém ainda permanecem os estereótipos que tendem a desvalorização das mulheres como trabalhadoras (ABRAMO, 2005).

Abramo (2005) trabalha o conceito de força de trabalho feminina, sendo uma “força de trabalho secundária”, uma vez que a inserção e a permanência da mulher no mercado de trabalho e o seu desempenho são determinados pelo papel que ela desempenha no setor doméstico, que normalmente são associados às funções de cuidado que foram sendo difundidas pela construção social de gênero e a concepção de divisão sexual de trabalho. Além do que a entrada da mulher no âmbito do trabalho ocorre geralmente quando o homem definido de forma social e histórica como sendo “o único provedor econômico do rendimento da família e da sua subsistência”, não pode cumprir essa função, devido a situações como desemprego, remuneração insuficiente, falecimento ou separação.

Silvia Federici (2019) pontua que o que é e continua sendo o motor do modo de produção capitalista, foi e é a exploração do trabalho invisível e não remunerado das mulheres o que assegura até hoje reprodução da força de trabalho, uma vez que por forças do capitalismo em simbiose com o patriarcado a mulher no papel de atender as

necessidades da força de trabalho como alimentação, limpeza, organização, seja ela no cuidado presente na figura do marido-proletário, seja da força de trabalho futura com o cuidado com as crianças e a sua educação, ou a força de trabalho já utilizada como o cuidado com os idosos.

É crucial perceber que é a imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado das mulheres o que solidifica a sobrevivência do capitalismo, já que permite a diminuição do custo da força de trabalho, mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho não houve uma redução significativa do “trabalho socialmente necessário” para reprodução da força de trabalho, ainda é existente a permanência da atribuição desigual das responsabilidades pela vida doméstica, sobretudo pela criação dos filhos, o que seria ainda um fator que tornaria a exploração da força de trabalho feminina, mais aguda, pelo fato de desdobrar-se em trajetórias profissionais descontinuadas e em maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano de trabalho fora de casa, desta maneira pesquisas apontam a relevância para as mulheres de maior flexibilidade no trabalho para conseguirem desempenharem o seu papel dentro da família, sendo o empreendedorismo uma dessas alternativas (HU & Q RICHARDSON, 1997; VIVOT, 2009).

Desta maneira este trabalho tem como problemática, a pergunta de pesquisa: “Quais são as características das mulheres empreendedoras no Brasil, e as suas condições de atuação?”, na qual buscará ser respondida através do objetivo geral que predomina em caracterizar as mulheres empreendedoras no Brasil e compreender o contexto em que elas atuam através dos objetivos específicos que são:

- 1) Identificar as condições das mulheres empreendedoras no Brasil;
- 2) Identificar os setores em que as mulheres Brasileiras têm empreendido.

A importância deste trabalho se deve ao fato de ser um tema recente na academia, como vamos ver na metodologia foram poucos os trabalhos encontrados nesta temática, sendo importante analisar as transformações ocorridas no âmbito do trabalho e as particularidades do empreendedorismo feminino em relação ao masculino, para contribuir com informações que auxiliem na interpretação deste fenômeno que é crescente no Brasil tanto para o viés acadêmico, mas principalmente para ampliar a consciência da classe trabalhadora e do movimento feminista em suas lutas sociais, e que essas lutas pressionem para que possam possibilitar a fomentação de políticas públicas tanto para a

classe trabalhadora, mas para o benefício do empreendedorismo feminino e para a inserção da mulher no mercado de trabalho.

## 1.1 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como sendo de um nível exploratório-descritivo e quanto aos meios biográficos é caracterizado como sendo um trabalho de pesquisas de pesquisas (VERGARA, 1997), desta maneira trata-se de um meta-estudo qualitativo. Foram selecionados a priori em uma triagem abrangente para pré análise 308 artigos, esses artigos passaram por uma fase mais profunda de exploração e filtro, o que foi crucial para construir a base do projeto e dar consolidação a este trabalho, e dessa maneira sobraram 45 artigos e ambos foram retirados do *periódico da capes* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e na base de dados *Spell*.

Os meta-estudos objetivam fazer uma reflexão e análise crítica dos artigos publicados em revistas e congressos (CAPELLE et al., 2006). É um método responsável por reunir um conjunto de técnicas específicas que são baseadas na sistematização dos dados obtidos a partir da literatura científica (PATTON, 2002). O levantamento de dados é o resultado da organização lógica das informações descritas no material bibliográfico. Portanto, o meta-estudo é conduzido posteriormente pela revisão de artigos levantados e pela revisão de literatura (BRITO; BERARDI, 2010).

Esse método é aceito pela comunidade científica por possuir diversas vantagens, tais como: uma metodologia científica reproduzível, produz síntese de vários estudos, evita controvérsias literárias e inclui a soma de todos os dados estudados. Também pode antecipar outras análises que demoram anos e que exigem muito recurso financeiro, além de aumentar a precisão dos resultados e ser fundamental na elaboração de guias e normas de intervenções clínicas (POCINHO, 2008).

Assim a seleção dos artigos foi realizada, através da plataforma do *periódico Capes* e da *Spell*, e na realização da pré-análise 1, o que foi feita para identificar, ler e selecionar os artigos foram utilizado um conjunto de palavras-chaves tanto no idioma do português como no espanhol, para valorizar o caráter bilíngüe da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), da qual com muito carinho faço parte, mas também para enriquecer o trabalho e conhecer o que está sendo discutido fora do Brasil e

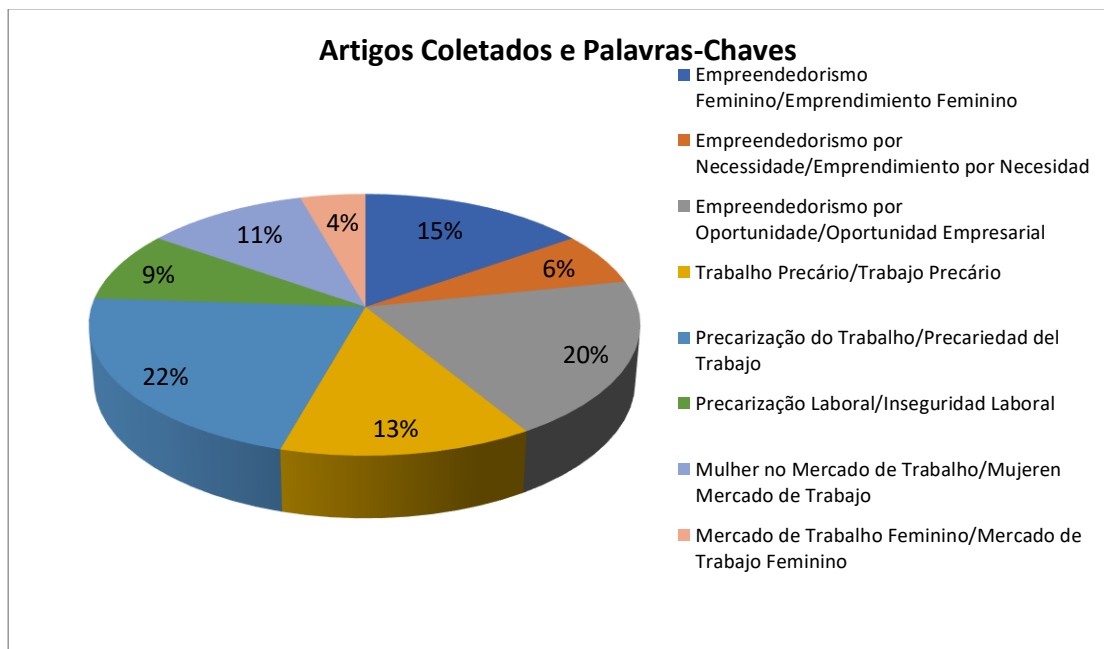
principalmente na América Latina; para que seja um trabalho que incentive a cooperação, e principalmente o trabalho em equipe entre os pesquisadores, desta maneira as palavras chaves estão destacadas abaixo no **Quadro 1**. O intuito dessas palavras são o de minimizar a probabilidade de um número alarmante de material que embora pareça atrativo, poderia dificultar a fase posterior de análise.

**Quadro1-** Palavras de Busca

Termos em Português	Termos em Espanhol
Empreendedorismo Feminino	<i>Emprendimiento Feminino</i>
Empreendedorismo por Necessidade	<i>Emprendimiento por Necesidad</i>
Empreendedorismo por Oportunidade	<i>Oportunidad Empresarial</i>
Trabalho Precário	<i>Trabajo Precário</i>
Precarização do Trabalho	<i>Precariedad del Trabajo</i>
Precarização Laboral	<i>Inseguridad Laboral</i>
Mulher no Mercado de Trabalho	<i>Mujeren Mercado de Trabajo</i>
Mercado de Trabalho Feminino	<i>Mercado de Trabajo Feminino</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

**Figura 1:** Palavras Utilizadas na Seleção e Coleta



Fonte: Elaboração da Autora (2021)

Em relação à abordagem, este estudo caracteriza-se como uma exploração descritiva, pois “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de

determinada população, estabelecendo relações entre as variáveis” (GIL, 1991, p. 46). A metodologia descritiva objetiva descrever as características de uma população, fenômeno ou estabelecer relação entre variáveis. Algumas pesquisas são mais aprofundadas porque não basta conhecer a existência de inúmeras variáveis e a relação, o interesse se expande até a natureza dessa relação; essas pesquisas descritivas e exploratórias são muito utilizadas em trabalhos que apresentam preocupação com a prática.

É importante ao caro leitor compreender que a atividade empreendedora, neste trabalho será colocada como uma atividade designada por um indivíduo que está arraigado no social, aonde o sujeito não se subordina as condições estabelecidas, e delas não se separa. Como aborda Clott (2006), A atividade sempre será dirigida por alguém, um indivíduo que sempre estará se relacionado com outro indivíduo, mediados pela cultura, reforçando a inseparabilidade do contexto.

Para a base de dados foi utilizado os relatórios anuais realizados pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM); sendo realizada uma análise documental destes relatórios a partir do ano de 2008 á 2019, totalizando um estudo de 10 anos destes relatórios e para complementação foi feito o uso de dados secundários que constam no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) e Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A estruturação do trabalho foi dividida pensando na melhor compreensão dos fatos e com a tentativa de construir um efeito em cadeia que seja claro dos acontecimentos abordados, assim optou-se de no primeiro capítulo abordar as transformações que ocorreram no âmbito trabalho, pontuando questões como a queda do modelo fordista de produção, no qual havia a existência de um pacto entre o proletariado e o capital nos países centrais e um Estado de bem-estar social, até a formação do modelo de acumulação flexível, que tem como principal característica a desverticalização da produção, levando a produção para países de capitalismo dependente com um grande contingente de exercito reserva de trabalhadores, que tem como desdobramento a precarização do trabalho, sendo essas circunstâncias um dos motivos por levarem as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho para suprirem a renda familiar.

O segundo capítulo tem como intento relacionar essas transformações ocorridas no trabalho com o fenômeno crescente do empreendedorismo e que buscará chegar a como

o empreendedorismo feminino surgiu, e assim neste contexto discutir as suas especificidades, uma vez que o empreendedorismo permite a flexibilidade, sendo uma fórmula das mulheres conseguirem se inserirem no mercado de trabalho.

Na qual será aprofundada no capítulo três “O Empreendedorismo como a “Luz no Fim do Túnel” para as Mulheres no Capitalismo Neoliberal”, no qual fará uma análise de resultados dos dados retirados e observados dos relatórios da GEM de 2008-2019, em conjunto com dados secundários retirados do IBGE, PNAD, SEBRAE e BACEN, e tentará fazer uma análise panorâmica a respeito da precarização do trabalho no Brasil, e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho e como o empreendedorismo aparece como uma solução, porém ainda persistem os empecilhos enfrentados pelas mulheres.

## 2 AS TRASFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO DO TRABALHO

Este capítulo tem como intento trazer um breve histórico das transformações no âmbito do trabalho, passando da queda do modelo fordista de produção para o modelo de acumulação flexível, que tem como desdobramento a precarização do trabalho e a necessidade das mulheres se inserirem no mercado de trabalho como uma fórmula de garantirem o rendimento familiar.

### 2.1 A QUEDA DO MODELO FORDISTA DE PRODUÇÃO

O taylorismo/fordismo<sup>1</sup>, segundo Antunes (1999), consistia na produção em massa de mercadorias, que se organizavam a partir de uma produção verticalizada e homogênea. A maior escala da produção era executada no interior das fábricas, que apenas de forma esporádica recorriam ao fornecimento externo. Essas características formavam um processo produtivo altamente verticalizado, bastante homogêneo e que tinham como o seu fim a produção de mercadorias em massa.

O fordismo é conceituado como um modo de produção que inseria em si a administração científica gerencial e racional do trabalho, ao fazer uso de novas tecnologias que poderia ser retratado pela linha de montagem e pela padronização das peças, que era associado a um sistema de remuneração mais ostensivo, no qual ofereciam salários acima da média de mercado e uma série de benefícios que não eram proporcionados anteriormente (DRUCK, 1999).

É importante compreender que com essas configurações o trabalho era intensamente parcelado, e assim o trabalho humano neste contexto se configurava em algo mecanizado e automático. Uma vez que na menor esfera de organização das estratégias e estruturas de produção, a divisão do trabalho<sup>2</sup>, mostrava-se como a base

---

<sup>1</sup> **Taylorismo/fordismo:** Uma linha rígida de produção que articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução (ANTUNES, 1999, p. 37).

<sup>2</sup> **Divisão do trabalho** corresponde à especialização de tarefas com funções específicas, com finalidade de dinamizar e aperfeiçoar a produção industrial. Esse processo produz eficiência e rapidez ao sistema produtivo. A divisão do trabalho faz com que o trabalhador adquira, com a tarefa repetitiva, uma agilidade maior e com isso fique “treinado” na execução de seus movimentos, provocando assim uma diminuição no tempo gasto, o resultado é o aumento da produção em todo período de trabalho.



técnica e social predominante. O modelo fordista de produção se centralizava na fragmentação do processo de trabalho em tarefas simples e repetitivas, que requeriam pouca qualificação e iniciativa do trabalhador; e que nasceu associado à produção verticalizada, em larga escala<sup>3</sup>, de produtos padronizados e para o consumo em massa.

Essa organização produtiva verticalizada tinha como alicerce a extrema especialização do trabalho, o que possibilitou a concentração de grandes conjuntos de trabalhadores sob um mesmo teto, e que estavam nas mesmas condições de trabalho e direção, por consequência, acabaram propiciando a organização coletiva destes e, com ela, a mobilização para uma ação política responsável e pela construção de uma normatividade para as relações sociais e de trabalho o que era favorável para a classe trabalhadora (COSTA, 2017).

No sistema regulatório fordista, se estabeleciam alguns fatores primordiais para o seu pleno funcionamento segundo Lipietz (1991), que são estes:

- Legislação em relação ao salário mínimo e as ações coletivas que permitia expandir à sua proliferação, e estimular o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores em equiparação com a ampliação da produtividade;
- Previdência social que garantiam que a população se mantivesse como consumidora em uma ocasião de impossibilidade de desempenhar uma determinada atividade assalariada;
- Emissão de moeda, moderada pelo banco central, segundo as necessidades da economia, que gerava a desvinculação entre a moeda em circulação e as reservas de ouro.

Para Harvey (2002), ao Estado concerniam diversas funções neste regime de acumulação, sobretudo: controlar os ciclos econômicos<sup>4</sup>, por meio de políticas fiscais e monetárias, de modo a sustentar a estabilidade das condições de demanda; oferecer investimentos sociais no fundamento de diminuir o custo de reprodução da força de trabalho, mediante aos investimentos em saúde, educação, habitação, seguridade social;

---

<sup>3</sup> A **integração vertical** é uma prática que envolve a tomada do controle total sobre a produção de um produto, da matéria prima até a montagem final, ou seja, toda matéria prima utilizada na fabricação eram produzidas dentro da própria fábrica, onde a matéria prima produzida entrava por um lado da linha de produção e o produto pronto saía por outro lado.

<sup>4</sup> Os **ciclos econômicos** são períodos marcados por flutuações na atividade econômica de um país em longo prazo. Eles são marcados por quatro períodos principais: expansão, boom, contração e recessão, alternando tempos de economia próspera com tempos de estagnação ou crise.

assegurar o cumprimento dos acordos salariais e direitos dos trabalhadores através do exercício do poder do Estado que empregava uma linguagem que se remetia a escola da regulação, apesar da resistência que era manifestada pelos trabalhadores ao modelo de produção fordista, os sindicatos eram carregados a tirar dos trabalhadores a cooperação e a disciplina em troca da elevação dos salários.

Se em contrapartida a práxis do modelo técnico organizacional da acumulação intensiva precisavam do consentimento do proletariado para a dominação do capital sobre o processo de trabalho (e desta maneira de toda a sociedade), por outro lado, este mesmo regime precisava garantir a “seguridade social (BIHR, 1998, p.43-44).

Dessa forma é crucial perceber que neste contexto a acumulação tinha um caráter dominante e intensivo, e para reproduzir expandir a sua dinâmica contínua havia um o compromisso entre burguesia e proletariado. O compromisso entre a burguesia e o proletariado, citado pelo autor Bihl (1998), se discorria pelos seguintes fundamentos:

- O salário mínimo era garantido para todos os trabalhadores que estavam empregados, com o afimco de assegurar um nível mínimo de consumo, e o aumento dos salários era realizado por intermédio de indexação ao preço das mercadorias que levava em consideração os ganhos de produtividade;
- O gerenciamento da massa de assalariamento global, que fazia o uso dos meios de negociação coletiva que permitiam que os contratos detivessem o poder de constranger os agentes econômicos individuais;
- A proteção da reprodução da força de trabalho, perante a qualquer situação e por um conjunto de benefícios sociais que garantia o mantimento do processo de acumulação intensiva.

Os direitos sociais tiveram como repercussão o fortalecimento das políticas sociais, gerando uma ampliação do seu alcance, através de um conjunto de instituições que organizaram diversos modelos de Estado de Bem-Estar-Social (WelfareState) <sup>5</sup>, que partiam da premissa de orientação macroeconômica de matriz Keynesiana<sup>6</sup> que era

---

<sup>5</sup> O **Estado de Bem-Estar Social** (do inglês, *Welfare State*), se caracterizava pela intervenção do Estado na vida social e econômica. Foi criado a partir do modelo do economista John Maynard Keynes (1883-1946), que rompe com a visão de livre-mercado em favor da intervenção estatal.

<sup>6</sup> **A escola Keynesiana ou Keynesianismo** é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (*General theory of employment, interest and money*) e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego.

ligada à organização da produção taylorista-fordista que atingiram o seu ápice durante os “anos dourados”, o capitalismo monopolista associou-se ao intenso dinamismo econômico com a garantia de direitos sociais, na qual fizeram parte e marcaram as sociedades que detinham instituições políticas democráticas, que eram respaldadas por ativa ação sindical e pela presença de partidos políticos de massas (BRAZ e NETTO, 2007, p. 206).

Se na estrutura social do fordismo, as divergências entre capital e trabalho foram amortecidas, tendo como fato o aumento da produtividade e da produção em larga escala e o aumento do padrão de consumo dos trabalhadores (GOLDTHORPE, 1968), de outra parte no processo produtivo eles seguiram iminentes, mas intensos e contínuos, sendo uma das explicações para a natureza autoritária, alienante, destituída de significado com que a gerência organizava o trabalho. Assim sendo, a paz keynesiana e beveridgiana<sup>7</sup> não liquidou o intento capitalista de se apoderar do trabalho vivo e de alinhar as bases técnicas da produção aos determinantes do processo de valorização.

As características do capital de modernização da tecnologia, e das formas organizativas que sucedem ao trabalho e as relações sociais, agiram com a finalidade de extinguir os conflitos e as demandas opostas pelos trabalhadores. O advento das máquinas e a sua função na produção apareceram como uma das soluções e estratégias dos capitalistas para o seu escasso controle sobre os trabalhadores, visto que no capitalismo, as máquinas depreciam a qualificação e especialidade do trabalhador (BRAZ e NETTO, 2007).

Os trabalhadores destruíram e atearam fogo em centenas de máquinas, somente após o decorrer do tempo e de adquirirem experiência é que os trabalhadores apreenderam a transferir os seus ataques do próprio meio de produção para a sua forma social de exploração e, a partir disto, se organizaram em comícios ameaçadores da ordem (MARX, 1996), desta maneira o Estado e os setores da classe capitalista enfrentaram os protestos operários não somente com o uso da repressão, mas implementando, gradualmente, determinadas reivindicações, como regras para o trabalho infantil e a delimitação de uma jornada de trabalho "normal", retratada por 10 horas diárias de trabalho (MARX, 1967).

---

<sup>7</sup> O **modelo Beveridgeano** nasce no ano de 1942 a partir do plano de Sir William H. Beveridge, em que se definiram os princípios de estruturação da Seguridade Social na Inglaterra, através de um sistema universal baseado na participação compulsória de toda a população.

Contudo se houveram entraves para a continuidade da exploração do trabalho manifestado pela mais-valia absoluta<sup>8</sup>, rapidamente os capitalistas, sedentos pela valorização de seu capital, descobriram uma nova forma de explorar o trabalho. Marx (1996) a denominou como sendo a mais-valia relativa<sup>9</sup>, que consiste no aumento da intensidade do trabalho. Conforme o capital ficava cada vez mais incapaz de aumentar a produção da mais-valia por intermédio do aumento da jornada de trabalho, ele se concentrava em gerar mais-valia acelerando o desenvolvimento e a velocidade da máquina (MARX, 1967).

A extração de mais-valia relativa que é a redução da parte da jornada de trabalho necessário através da diminuição do valor da força de trabalho, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, realizada pela introdução de progresso técnico no processo de produção, no qual o instrumento de trabalho especificamente capitalista é a maquinaria e o sistema de máquinas, que é por precedência a conformação constituída da grande indústria (MARX, 1984, Capítulo XIII). O capital não perde lucratividade no encadeamento e na transferência da exploração da mais-valia absoluta para a relativa, na realidade, "em certos limites ganha-se, pois, em intensidade aquilo que se perde em duração" (MARX, 1967, p. 106).

No estagio de propagação do modelo que passavam a dar indícios de declínio nos fins dos anos 1960, os primeiros sinais foram o caimento da produtividade e da redução da competitividade da indústria americana. Os operários incitaram um processo de resistência o que se concretizou em um aumento dos indicadores de rotatividade, absenteísmo, defeitos de fabricação e na redução do ritmo de trabalho (DRUCK, 1999).

---

<sup>8</sup> A **mais-valia absoluta** ocorreria em função do aumento do ritmo de trabalho, da vigilância sobre o processo de produção ou mesmo da ameaça da perda do trabalho caso determinada meta não fosse alcançada, ainda que em detrimento da saúde e do bem-estar do trabalhador. O empregador exige maior empenho na produção sem oferecer nenhum tipo de compensação em troca e recolhe o aumento da produção de excedentes em forma de lucro. (MARX, 1974)

<sup>9</sup> A **mais-valia relativa** estaria ligada ao processo de avanço científico e do progresso tecnológico. Uma vez que não consegue mais aumentar a produção por meio da maior exigência de seus empregados, o capitalista lança mão de melhorias tecnológicas para acelerar o processo de produção e aumentar a quantidade de mercadoria produzida. Esse processo acontece sem que, no entanto, seja oferecida qualquer bonificação ao trabalhador. Este passa ser aos poucos substituído pelo maquinário tecnológico, de modo que a quantidade de trabalho social é diminuída e a mão de obra humana é trocada por uma mão de obra mecânica. (MARX, 1974)

Bihl (1998) assinala que a decadência do fordismo está correlacionado com a queda dos ganhos de produtividade, e da elevação da composição orgânica do capital<sup>10</sup>, do saturamento da normativa social do consumo, do desenvolvimento do trabalho improdutivo em um enquadramento de mudanças profundas, que abrangeram não somente o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal. Essas transformações foram uma saída do capital ante a crise do modelo fordista de acumulação, que foram à gênese da expansão econômica nos países capitalistas centrais depois da segunda guerra mundial (OLIVEIRA, 1994).

Antunes (1999) coloca que o pacto fordista começou a exibir indícios de crise no começo dos anos 1970, que abrangeram como características centrais: a contração da taxa de lucro, que era causada pelo encarecimento da força de trabalho e pelas lutas sociais sucedidas nos anos 1960; uma inaptidão do modelo em se adequar à diminuição de consumo que era gerada pelo desemprego estrutural<sup>11</sup>, que também começavam a demonstrar um aumento da esfera financeira, que se inicializavam um processo de autonomização ante aos capitais produtivos, que se converteram no objeto primordial para a especulação; concentração do capital que foram ocasionadas pelas fusões de empresas; crise do Estado de bem-estar social, que conduziram à retração dos gastos públicos.

Associando ao andamento da reestruturação produtiva, estava em seguimento o processo de precarização do trabalho. Este processo que geralmente é relacionado ao trabalho informal, passa a integrar-se no âmbito dos trabalhadores, em regra a principal materialização é a degradação dos padrões de compra e venda da força de trabalho. A precarização do trabalho é um processo que possui muitos fatores, seja ele no plano objetivo ou no plano subjetivo (KRAMER, 2003). As análises apresentadas por Alves (2007) afirmam que a precarização está relacionada a um modo sócio-histórico da

---

<sup>10</sup> **Composição orgânica do capital** consiste na proporção entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho empregada. Modificações nessa proporção dependem essencialmente de modificações na produtividade do trabalho

<sup>11</sup> **Desemprego estrutural** é a falta de trabalho que tem como principais causas as mudanças estruturais na economia. Essas alterações podem ser novas tecnologias nos processos produtivos, novos padrões de consumo, transformação nos modelos de negócio, entre outros fatores que impactam o mercado. No mundo contemporâneo, esse tipo de desemprego é impulsionado pelo avanço da automação e novas formas de organização do trabalho em um cenário digital e globalizado. Embora essas dinâmicas também gerem novas profissões e demandas, muitas vezes o ritmo de extinção de postos de trabalho é mais intenso levando ao aumento no número de desempregados.

precariedade, “a precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento da mercadoria no mundo social do capital.” (ALVES, 2007, p. 115).

Com efeito, a crise do modelo de produção fordista se evidenciava de forma inequívoca em quase todos os países do mundo, e assim o desemprego se inscreveu como a marca estrutural das sociedades contemporâneas, obrigando à interrogação sobre a genealogia e a dimensão individual e coletiva dos processos em curso (GENNARI, ALBURQUEQUE, 2012). Enquanto havia validade do regime de acumulação fordista, o pleno emprego era o integrante fundamental para o compromisso que a ele dava sustentação. Com o surgimento do regime de acumulação flexível<sup>12</sup>, este compromisso passou a ser irrelevante, com a abertura da viabilidade de um desajuste entre a mão de obra demandada e a população economicamente ativa e, obteve-se como consequência a geração do aumento do desemprego estrutural que passou a ter maiores proporções.

Nesta perspectiva, o estado de providência que foi concebido em maior ou menor escala nos países capitalistas centrais na vigência dos anos de expansão do fordismo, que tinham como afim assegurar a reprodução da força de trabalho, passaram a ser gradativamente desarticulado, do mesmo modo o poder dos sindicatos passaram a ser sistematicamente enfraquecido (MCILROY, 2002), o que conduziu a uma limitação na sua capacidade de mobilização e do poder de resistência dos trabalhadores.

É necessária a compreensão de que o regime de regulação fordista, ao menos onde se desenvolveu de maneira mais democrática e a apesar de todas as críticas que teve, foi o resultado de um pacto social, de políticas de reciprocidade, mesmo que sobre a hegemonia do capital. Ele foi centralmente um pacto de âmbito nacional, por meio do qual os Estados nacionais possuíram uma maior capacidade política de regulamentar a ordem social e econômica interna. Os sinais do neoliberalismo e da globalização, que quebraram as fronteiras da economia e das regulamentações, colocaram rigorosos empecilhos para esta capacidade regulatória, especialmente no campo do mercado de trabalho, que atualmente é mais fragmentado globalmente.

---

<sup>12</sup> Harvey (2002) de regime de **acumulação flexível**. Como modelo de produção, ocorre à implementação de uma nova base técnica, compreendendo a implementação de novas tecnologias físicas de base microeletrônica e novas formas de organização e gestão do trabalho, que promovem profundas modificações no espaço fabril (FARIA, 1997). Como um novo arranjo societal, o regime de acumulação flexível busca superar a rigidez do compromisso fordista

O eminente obstáculo é conciliar, não mais em escala nacional, mas em escala global, as demandas de competitividade e de flexibilidade das empresas com um padrão minimamente homogêneo de regulação social e de emprego, no qual possam gerar uma maior inclusão, que incluam a garantia de emprego e de direitos, e sendo contraditória predisposição emblemática da precarizante terceirização. Isso requereria uma nova hegemonia do capital, intermediada não mais somente no âmbito nacional, mas no supranacional, e que esteja de acordo com o produto da pressão e da articulação coletiva dos trabalhadores (dos seus sindicatos) e dos movimentos sociais em nível internacional.

A racionalidade neoliberal ainda é dominante, o que faz com que os Estados sejam reféns da liquidez imediata do Capital, e assim a fragmentação do movimento coletivo do trabalho gerou a impossibilidade e a limitação de sua articulação (DINIZ, 2007; SANTANA e RAMALHO, 2003). Com o desmonte da sociedade salarial e conforme os agravamentos das relações de dominação ressurgiram os problemas que questionam os próprios pilares do modo de produção e da valorização capitalista, que infelizmente as sociedades industrializadas estão distantes de consolidar um novo consenso.

## 2.2 A NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

É primordial primeiramente realizarmos uma contextualização, para compreendemos o panorama das transformações contemporâneas que o sistema capitalista vem padecendo, naturalmente está contextualização se centrará nas transformações ocorridas no âmbito do trabalho. De forma geral, essa reflexão é tributária, como vem sendo emblemático no debate acadêmico, das teses da acumulação flexível (BOYER, 1995; HARVEY, 1989) e da crise da sociedade salarial (CASTEL, 2005), de qual a referência é analisada no pensamento da escola da regulação fordista. As noções de globalização<sup>13</sup>, de reestruturação produtiva<sup>14</sup>, e de neoliberalismo<sup>15</sup> estão no

---

<sup>13</sup> **Globalização** é um avanço nos meios de transporte e comunicação.

<sup>14</sup> O **processo de reestruturação produtiva**, de forma estrita, refere-se à incorporação, nas plantas produtivas, de novas tecnologias físicas de base microeletrônica e de novas formas de organização e gestão do trabalho. Tal processo, porém, inscreve-se em um quadro de transformações mais profundas, que envolvem não apenas o processo de produção de mercadorias, mas todo um arranjo societal. Essas transformações vêm a ser uma resposta do capital ante a crise do modelo fordista de acumulação, base da expansão econômica registrada nos países capitalistas centrais após a segunda guerra (KRAMER, 2003).

<sup>15</sup> **Neoliberalismo** é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o

cerne destas transformações, na qual se remetem a novas e não tão novas formas de organização do trabalho e de relações sociais organizadas em torno da ideologia do mercado.

Pressionado por um ambiente acirradamente mais competitivo desde as duas grandes crises do petróleo na década de 1970 (que fez reduzir a taxa de acumulação), o grande capital passava a veicular a ideia de que a rigidez institucional dos contratos coletivos de trabalho e os gastos sociais do Estado impediam o livre funcionamento da economia. Disseminavam por toda parte, e por meio de governos dos mais diversos matizes políticos, a ideologia neoliberal na defesa de relações de trocas mais flexíveis e auto reguladas pelo mercado. De maneira concreta, a reestruturação produtiva que foi levada a cabo de forma sistêmica em todas as economias, ainda que em momentos e intensidades diferentes, nocauteou o movimento ascendente de conquistas sociais e trabalhistas que marcou o conflito de classe desde a década de 1930.

No âmbito das economias nacionais, o neoliberalismo anglo-saxão foi o que apontou a saída da crise pela via de um modelo de gestão flexível e desregulamentado que logo se espalhou para as outras economias com a promessa de geração das “novas jazidas de empregos”. Onde elas medraram, não sem sofrer os refluxos da instabilidade econômica, que foi marcado pela pecha do trabalho inseguro e barato, denominado emprego atípico pelos analistas, que veio a se tornar cada vez mais a regra. Em praticamente todas as economias industrializadas as mudanças foram e têm sido focados na desregulamentação dos mercados de trabalho e no desmonte ou redução das políticas de seguridade social, os dois pilares centrais que davam sustentação ao fordismo (COSTA, 2017)

A globalização da economia, que tem ocorrido acompanhando da propagação do capitalismo flexível<sup>16</sup>, na qual tem em sua natureza a quebra das barreiras alfandegárias e a desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais. Que se baseia sobre a atuação transnacional e a lógica da liquidez imediata, desta forma as corporações conseguem colocar em voga a capacidade política dos Estados nacionais de regularem a

---

crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Os autores neoliberalistas afirmam que o estado é o principal responsável por anomalias no funcionamento do mercado livre, porque o seu grande tamanho e atividade constroem os agentes econômicos privados.

<sup>16</sup> **Capitalismo flexível** com o avanço das tecnologias de informação se formaram de grandes cadeias globais de produção. As empresas se tornaram transnacionais, deslocando as suas plantas produtivas para partes do mundo que ofereciam um preço de mão-de-obra mais atrativo.



economia e de negociarem acordos de seu devido interesse, que tenham como afimco deter investimentos de longo prazo e que possam gerar empregos e promover o desenvolvimento social. De acordo com Chesnais (1996), a radical liberalização financeira pode ser analisada como um dos causadores principais dos processos de racionalização produtiva (novas tecnologias, subcontratação, flexibilização do trabalho, baixo investimento etc.).

As referidas políticas, principalmente no que se diz a respeito da abertura econômica, foram acompanhadas de várias formas de flexibilização da estrutura econômica e social e de altas taxas de juros, que exerceram conseqüentemente pressões substanciais no nível e no perfil do emprego. O resultado bastante visível foi uma reestruturação (ou desestruturação) profunda do mercado de trabalho. Estas transformações associadas à abertura econômica, a inovações tecnológicas, à reestruturação industrial, à terceirização da economia e à flexibilização produtiva, trouxeram uma novidade na estrutura econômica capitalista, cujo epicentro está na maior racionalização na criação de empregos, dada a nova estrutura tecnológica flexível do capitalismo global (GENNARI, ALBURQUERQUE, 2012).

Por sua vez, no âmbito das estratégias das firmas, a típica empresa fordista foi estruturalmente desmontada com o auxílio das novas tecnologias da informação e por uma lógica de desterritorialização para qualquer parte do globo onde se encontrassem vantagens competitivas, sem importar a que custo social ou ecológico (COSTA, 2017). O emprego em massa, que permitiu a união dos trabalhadores em uma mesma unidade econômica e a construção de uma identidade de classe que tinham interesses semelhantes e a sua organização coletiva, foi segundo a lógica da acumulação flexível:

- Foi reduzido ao mínimo possível, não apenas pela via tecnológica e da automação dos processos produtivos, que elevaram a produtividade com cada vez menos trabalhadores; mas também, pela via das mudanças organizacionais, ao molde da filosofia da gestão toyotista, por meio da qual a produtividade é extraída da intensificação do trabalho em empresas excessivamente enxutas;
- Foi fragmentado entre contingentes diferenciados de trabalhadores, que foram impossibilitados de se organizarem coletivamente, e que trabalham tendo direitos inferiores e uma baixa proteção social. (COSTA, 2017, p.121)

A Precarização dos regimes de emprego, de forma legal ou mais acentuadamente por intermédio da informalização da economia<sup>17</sup>, permitiu que as empresas pudessem adotar estratégias de flexibilidade e ajuste às demandas do mercado por via da redução dos encargos trabalhistas e dos salários. Neste aspecto, cabe ressaltar que, mais que medidas emergenciais para escapar às agruras da crise, a flexibilização dos contratos de trabalho (temporário, de estágio, autônomo, informal) se impõe reiterando um padrão predatório de regulação e de desenvolvimento capitalista. (COSTA, 2017, p.119)

Segundo Antunes (2013, p.19)

Exemplos anteriores já evidenciam como o universo do trabalho tem sido fortemente penalizado, em consequência dos mecanismos introduzidos pela liofilização<sup>18</sup> organizacional. Se as formas da reestruturação produtiva têm sido diferenciadas, quando se toma a realidade cotidiana do trabalho, um traço praticamente constante tem sido a tendência ao aumento dos mecanismos de desregulamentação e mesmo precarização da força de trabalho.

Conforme o capitalismo flexível se abastecia de todos os instrumentos (tecnológicos, institucionais, ideológicos) para realizar as suas atividades em esfera global, o trabalho se individualizava se fragmentava, se enfraquecia provocando o avanço das iniciativas no campo da flexibilização e da retirada de direitos. O movimento que propagava (e concretizava) a abertura das barreiras comerciais era o mesmo que fechavam ou transferia unidades produtivas, principalmente as suas etapas mais taylorizadas, de suas bases de origem para regiões e países onde é grande a insuficiência dos investimentos, e a força de trabalho é altamente numerosa, e as instituições democráticas, se existem, são débeis. Isto posto é importante observar que o capitalismo flexível e global de finais do século XX não é o mesmo capitalismo produtivo, industrial, estabelecido em fundamentos econômicos de longo prazo, que gerava emprego e cumpria uma função social. Por mais abrandadas as direções políticas e sociais que de algum modo colocaram limites à ética individualista e auto-interessada, brotava com mais intensidade o capitalismo financeiro, especulativo, volátil, de lucros

---

<sup>17</sup> **Conceitua como informacional a economia** caracterizada pelo peso crescente da ciência, da tecnologia e da informação na produção, pela flexibilização e reorganização da produção em relação à demanda e por uma globalidade sistêmica onde os elementos se organizam em fluxos supranacionais.

<sup>18</sup> **Liofilização** se refere aqui ao processo pelo qual o trabalho vivo é progressivamente substituído pelo maquinário tecno-informacional (trabalho morto). Nas empresas liofilizadas, é necessário um novo tipo de trabalhador, que os capitais denominam, de maneira enganosa, como colaborador.

imediatos, fundamentado em relações sociais efêmeras e descartáveis (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009; BOYER, 1995; CASTELLS, 2001; HARVEY, 1989; SENNETT, 1999).

### 2.3 A METAMORFOSE DO TRABALHO

O trabalho é essencial para a vida humana, segundo Marx (1985), “[...] a sociedade só pode ser compreendida a partir das relações de trabalho, os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1985, p. 151). O trabalho é o que intermédia a relação do homem com a natureza (MARX, 1985).

O molde do trabalho está subordinado na atualidade a profundas transformações (WALLERSTEIN, 1991; SCHNAPPER, 1998; SENNETT, 2001), o que tendem a gerar dinâmicas complexas de vulnerabilização das condições de vida dos trabalhadores e de novas formas de pobreza. Praticamente a crise do modelo de produção fordista se demonstrou de maneira perceptível em quase todos os países do mundo, e também o emprego precário e o desemprego acabaram aparecendo como aspectos estruturais das sociedades contemporâneas, impondo o questionamento acerca da genealogia e os impactos, individuais e coletivos, dos processos em curso.

Si no existe duda de que la problemática laboral es un fenómeno complejo, tampoco de que entre las principales consecuencias de la crisis mundial nos encontremos con el aumento de las tasas de desempleo y la proliferación en la mayoría de los países del empleo precario. (ESPINOSA; MORRIS, 2002, p.7).

Segundo Fresno e Tsolaikis (2010), os fortes impactos ocasionados pelas crises fizeram com que se aprofundassem as desigualdades sociais, o que agravaram os problemas de exclusão para uma determinada parcela da população, reduzindo o seu nível de proteção, deste modo as associações entre as configurações atuais do capitalismo globalizado e a pobreza no mundo têm sido estudadas por diversos autores (BOURDIEU, 1993; CASTEL, 1995; CHOMSKY, 1996),

De acordo Jordi Estivill (2002, p.22),

Talvez as figuras mais representativas do que se chamam de “a nova pobreza” são os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas; alguns pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação; pessoas, especialmente mulheres, que tendo responsabilidades familiares não podem obter trabalho ou que o perdem; pessoas que se endividam para além das suas posses.

Na opinião de Graham Room (1990), os novos pobres são os que foram excluídos e impossibilitados de concretizarem os seus direitos sociais. Desta forma, a exclusão social é ampliada, demonstrando o conjunto de contradições que caracterizam as sociedades contemporâneas ocidentais (PAUGAM, 1996). A decomposição das instituições da sociedade salarial (fordista) passou por dois caminhos interligados, um pela via da desverticalização produtiva, que ocasionaram muito desemprego; e pela via da desregulamentação do mercado de trabalho, que ocasionaram o aumento dos empregos, mas sob condições e salários inferiores ao padrão até então prevalecente. O pequeno crescimento e a instabilidade econômica, o aumento do desemprego e o enfraquecimento dos sindicatos viabilizaram que os discursos políticos sobre a flexibilização dos mercados de trabalho obtivessem a capacidade de influenciar e legitimar reformas nas instituições do trabalho e da proteção social (COSTA, 2017).

Castel (2005) aborda que sobre o desmonte da sociedade salarial se estabeleceu a precariedade nos países desenvolvidos, indicando para um direcionamento cada vez mais generalizado de desestruturação dos mercados de trabalho, o que sujeitam aos trabalhadores a um percurso oposto ao da integração por meio da universalização de direitos que abarcavam a vulnerabilidade social, o desemprego e a desfiliação.

Este proceso es parte la lógica depredatoria del capital, la que se expresa en consumir la vida y la fuerza de trabajo. La brutalidad de valorizar el trabajo de manera insuficiente a los costos de vida ha puesto serios límites a la reproducción de la vida, lo cual ha ido acompañado de tendencias sociales como la desigualdad, la pobreza y La expropiación de los bienes comunes. La depredación de esta lógica es posible constatarla en las condiciones de hábitat, en la calidad de vida, en la salud, en la ciudadanía y más esferas sociales que, de manera relacional, van configurando la constitución de “sociedades precarias”. Así es como la precariedad del trabajo toma mayor relevancia para entender la actualidad de las relaciones de producción y reproducción de la sociedad, lo que cobra especial relevancia para el estudio y la investigación de la realidad latinoamericana. En este contexto, las sociedades precarias parecen repetir, en su contitución y forma, patrones históricos de dependencia, a través de la imbricación al capitalismo global y su (re)producción, simbólica,espacial, temporal y práctica desigual, de poder. (VEJAR, 2019, p.04)

Com a crise do modelo de produção fordista em quase todos os países do mundo houve um aumento do desemprego o que acabou se tornando uma das principais características da sociedade atual. Como coloca Kalleberg (2009), o mercado de trabalho é cada vez mais rígido e exigente com os trabalhadores e caracterizado por ofertar empregos precários e de baixa seguridade social, sendo que o desemprego é uma das principais preocupações dos cidadãos, uma vez que isso repercute em falta de renda o que afeta a sua subsistência. (JIMÉNEZ, MARTIN, MONTERO, 2014)

Conforme aborda Kalleberg, “[...] o trabalho precário nas últimas décadas é o produto da intensificação da globalização e da interdependência econômica, com o aumento da amplitude do comércio internacional e do movimento acelerado de capitais, produção e trabalho e da expansão do neoliberalismo (uma ideologia que implica desregulamentação, privatização e remoção de proteções sociais)” (2009, p. 22). Desta maneira o universo do trabalho vem padecendo de modificações graves por conta do encadeamento dos processos de globalização e de reestruturação produtiva (ABRAMO & TODARO, 1998).

A denominada globalização neoliberal que tem como característica a intensificação da integração econômica mundial, o crescimento da competitividade, e da utilização de novas tecnologias de trabalho, e a transferência de parte da sua atividade industrial para os moldes de terceirização e subcontratação para os países que tem uma baixa remuneração salarial (KALLEBERG, 2009).

Segundo o Relatório da Cepal de (2007),

[...] o processo de globalização e de transformação produtiva em curso há algumas décadas não só implicou uma reorganização profunda dos sistemas produtivos, da estrutura ocupacional e dos mercados de trabalho à escala mundial, mas também apresentou novos e importantes desafios para a investigação e para o desenho de políticas no âmbito do emprego (2007, p. 130).

Simultaneamente com este processo e em grande parte como produto das políticas de subcontratação, gerou uma modificação aonde a maior parcela do trabalho se deslocou para o setor de serviços, Castells (2001), ressalta que não se tratou, obrigatoriamente, de se registrar um predomínio desse setor na geração da riqueza. O peso da economia dos países centrais continua decorrendo da produção industrial, apesar de que se encontre espalhada pelo mundo sob o suporte da nova divisão internacional do trabalho<sup>19</sup>. A subcontratação ocasionou o surgimento de médias e pequenas empresas que passaram a fornecer produtos e serviços para as grandes

---

<sup>19</sup> **Divisão internacional de Trabalho (DIT)**, a prática de repartir as atividades e serviços entre os inúmeros países do mundo. Trata-se de uma divisão produtiva em âmbito internacional, onde os países emergentes ou em desenvolvimento, exportadores de matéria-prima, com mão-de-obra barata e de industrialização quase sempre tardia, oferecem aos países industrializados, economicamente mais fortes, um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, leis ambientais frágeis, entre outras facilidades.

indústrias desverticalizadas; um processo que também induziu a expansão do setor de serviços, e que alguns autores compreendem como sendo a terceirização da economia<sup>20</sup>.

Porém esta expansão se deu por uma lógica de controle financeiro, tecnológico e comercial das grandes empresas, assim o emprego acabou se deslocando para as médias e principalmente para as pequenas empresas, que jamais conseguiram absorver proporcionalmente os trabalhadores descartados pelos postos de trabalho que foram queimados na grande indústria por conta da reestruturação tecnológica e organizacional.

A subcontratação fez com que se expandissem a atividade produtiva entre as médias e pequenas empresas de pequeno poder de capitalização (poder econômico) aonde é mais difícil a sindicalização. O seu resultado mais relevante foi gerar uma maior segmentação do mercado de trabalho e no enfraquecimento do poder da negociação coletiva. Como tática corporativa, ela teve, uma finalidade econômica que foi reduzir os custos produtivos, principalmente os custos do trabalho, beneficiando as empresas com uma maior flexibilidade para o ajuste às oscilações da demanda; e um fim político que foi o controle sobre a força de trabalho. Não foram as únicas estratégias como colocaram Thébaud-Mony e Druck (2007), que assumem que a centralidade no contexto da flexibilização é a da precarização do trabalho, pois a subcontratação é, antes de tudo, produto de um processo mais amplo de despolitização das relações de trabalho.

A terceirização constitui, na verdade de um mecanismo por meio do qual as empresas podem almejar ganhos de produtividade e competitividade, reduzindo os custos do trabalho ao se eximirem da responsabilidade de gerir e assalariar diretamente o trabalhador, segundo ditam as normas legais e negociadas, que tradicionalmente protegeram as relações de trabalho. A terceirização, como uma forma de subcontratação, é produto de um processo mais amplo de desverticalização e desterritorialização da atividade produtiva, que até então era centrada na grande empresa, e que tem, dentre as suas principais consequências, o desemprego e a fragmentação da força de trabalho acarretando o enfraquecimento político e de ação coletiva destes.

Esse retraimento do espaço político em que se disputa a distribuição da riqueza produzida é responsável, portanto, por um fenômeno sistêmico de individualização das

---

<sup>20</sup> O fenômeno da **terciarização**, ou seja, a migração para o setor de serviços é cada vez mais evidente na economia mundial. Trata-se de uma extensão das grandes transformações provocadas pela globalização, que se intensificou nas últimas décadas. Do ponto de vista estrutural observa-se um processo de migração das atividades do setor primário (agricultura e pecuária) e secundário (indústria), para o setor terciário (serviços).

relações de trabalho, de desvalorização salarial, de precarização das condições laborais, de uma má distribuição de renda. Numa análise mais profunda, as implicações da terceirização para os trabalhadores representam as manifestações mais concretas de um modo de organização da produção e do trabalho cuja lógica é prioritariamente, a acumulação via exploração (COSTA, 2017).

Existe desta forma uma conjuntura aonde o vínculo formal de trabalho se mostra muito tênue, fazendo com que o trabalhador conviva sempre com a probabilidade de perda do emprego e de sua inserção ao contingente de trabalhadores desempregados, que vão alimentar o trabalho temporário ou, em situação ainda mais precária, o trabalho informal, sem nenhuma forma de garantia e excluídos de todos os benefícios sociais. Postos de trabalho que em um momento anterior se constituíam no centro do processo produtivo das empresas são deslocados para a periferia, através dos processos de desconcentração produtiva, tendo como motivo principal a busca constante por redução de custos. É um processo que atinge as indústrias de uma forma global, levando a um crescimento do contingente de trabalhadores que podem ser facilmente incorporados ou desligados pelas empresas (KREMER & FARIA, 2004).

Ao examinar a ligação entre o processo de reestruturação produtiva e a fragilização dos vínculos empregatícios, deve-se ter em consideração, além da nova base técnica que é um traço marcante do regime de acumulação flexível, as suas articulações na esfera jurídica e política. Neste ângulo, analisa-se como o regime de acumulação flexível convive com a transformação nos vínculos tradicionais, com a emergência de novos vínculos de trabalho, e com a própria inexistência de vínculos, característica do trabalho informal e do trabalho autônomo (KREMER & FARIA, 2004).

O “trabalho informal” contempla, ainda, dois efeitos negativos para os trabalhadores e para o sistema de proteção social. Primeiro, os trabalhadores sujeitos a essas condições de trabalho são excluídos de proteção social e, por conseguinte, têm os seus direitos sociais reduzidos, como a perda de percepção de seguro desemprego e assistência previdenciária (seguro acidente, auxílio doença e aposentadoria). Segundo, o enfraquecimento do financiamento das políticas sociais, como a seguridade social, ante a falta de arrecadação de impostos, impedindo a expansão do sistema de seguridade (KREIN; PRONI, 2010, p. 25-26).

Inseridos na divisão social do trabalho capitalista, este conjunto de trabalhadores informais contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. As condições do trabalho informal são precárias e tem como característica uma renda extremamente baixa e não garantem o acesso aos

direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade; se estes trabalhadores ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo inteiramente a sua fonte de renda. Não existe um horário fixo de trabalho e as jornadas de trabalho podem fazer o uso das horas vagas para aumentar a renda. Além do mais existe o fato de que, no trabalho por conta-própria pode haver o uso do seu trabalho, mas também o uso da força de trabalho de outros membros da família, com ou sem remuneração (ANTUNES, 2013).

Como coloca, para Antunes (2013, p.24)

Deste modo, proliferam-se os pequenos negócios vinculados às grandes corporações, envolvendo as áreas de produção, comércio e prestação de serviços. Os pequenos proprietários informais atuam em áreas que não atraem investimentos capitalistas de maior vulto, de modo a atender à demanda por determinados bens e serviços. “Esses trabalhadores adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, são elas que definem sua forma de inserção no mercado”. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho.

O capital naturalizou a superexploração que foi transvestida em ação individual transformadora. A acumulação virou algo tão sutil na sociedade que não percebemos que as exaltações da renda e do consumo são como respostas às mudanças sociais que são levianas e escondem toda a dominação simbólica do capitalismo (NORONHA, BARBOSA, 2015). Os pós-modernos abordam que no capitalismo contemporâneo, o trabalho está perdendo o seu posto central para o consumo, desta maneira a dependência mútua entre capital e trabalho estaria perdendo espaço para a dualidade capital e consumo. Assim o capital passa a depender dos consumidores e não mais dos trabalhadores (BAUMAN, 2001; FONTONELLE, 2008).

O que é visível/aparente nessa relação é justamente a igualdade entre comprador e vendedor de mercadorias. Entretanto, o visível é parte do todo, mas não é o todo. Dessa forma, uma análise das mediações desse processo de produção e circulação de ‘mercadorias’ pode nos revelar algo que não é captado com o órgão dos sentidos. É possível afirmar que em várias dessas relações comerciais o que é transacionado é a mercadoria força de trabalho. (SOARES, 2008, p. 10).

Similar é o caso do “empreendedorismo”, que se configura como sendo uma forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar de distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativo. É neste quadro, caracterizado



por um processo de tendência da precarização estrutural do trabalho, que os capitais estão exigindo o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

Ou seja, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e mais explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural (ANTUNES, 2013, p.24).

Para Souza (2012), o trabalho continua sendo o elemento central da sociedade, para essa nova classe trabalhadora, ele alega que não se trata de uma nova classe social, mas de uma nova classe trabalhadora, porém é importante a reflexão se a renda e o consumo são suficientes para compreender a super exploração maquiada deste novo trabalhador.

De acordo Hayek (1990), é importante que a liberdade difundida pela ótica liberal, seja questionada, uma vez que o capital nega cotidianamente as possibilidades de liberdade, pelas relações de compra e venda de trabalho, gerando uma desigualdade que advém da concorrência de capitais que não se reduzem somente as empresas, mas também ao mercado de trabalho, o que constitui uma relação desumana, aonde existe, “para cada ganhador, uma multidão de perdedores, e que os vencedores não devem nada àqueles ou àquelas que os esmagam” (GORZ, 1998, p. 50).

Carcanholo (2012) coloca que após a reestruturação produtiva o capitalismo contemporâneo transfigurou dando diversos formatos, entretanto o trabalho continua sendo o produtor de riqueza central. Ao dar destaque ao trabalho como criador de riqueza, não esta cancelando as alternativas de saída encontradas pelo capitalismo na sua forma “especulativa e parasitária”. “É notório que o setor financeiro ampliou e que o capital “passou a acreditar ter achado o seu paraíso de rentabilidade sem precisar sujar as mãos com a produção” (CARCANHOLO, 2012, p. 325)

[...] por maiores que tenham sido as transformações por que passou, há uma coisa que o capitalismo ainda não conseguiu inventar: como criar riqueza econômica, criar excedente e, em particular, criar lucro a partir do nada. Nunca conseguiu e jamais conseguirá produzir riqueza e também a sua própria remuneração a partir do éter. A riqueza econômica é e será resultado do trabalho produtivo. (CARCANHOLO, 2012, p. 323)

Os autores Habermans (1985), Castel (1995) e Schnapper (1998), legitimam que o fim do trabalho, sendo uma ilusão mobilizante e abordam a recuperação do sentido do trabalho, como sendo essencial a cidadania e de participação no “espaço público” Como

coloca Schnapper, “se hoje devemos repensar o estatuto do trabalho, devemos fazê-lo sem negligenciar este elo original, que segue a ser crucial, entre o trabalho produtivo e a cidadania. O cidadão moderno adquire a sua dignidade trabalhando” (1998, p. 15).

## 2.4 O CONTEXTO BRASILEIRO

É relevante colocar que o fordismo foi implementado no Brasil de maneira parcial, diversamente do que ocorreu nos países capitalistas centrais, a rede de proteção social, que se manifestava pelo Estado de bem-estar social, não foi implementada no país, obtendo como consequência um processo parcial de integração dos cidadãos ao mercado de trabalho e de consumo, gerando a exclusão social de um contingente significativo da sociedade brasileira (DRUCK, 1999).

Deste de 1974, o projeto desenvolvimentista do país passou a percorrer um período de enfraquecimento, devido ao esgotamento do modelo de substituição das importações, declínio que se manifestou com mais força nos anos 1980. É neste período que a indústria brasileira voltou sua atenção para o mercado externo. Este ímpeto exportador ocorreu por um fato à necessidade de geração de divisas, para saldar os compromissos da dívida externa brasileira e, de outro, em função da forte retração do mercado interno, que foi causado pela crise econômica.

A vista disso, o projeto de urbanização e industrialização que ocorreu desde a década de 1930 começou a perder a centralidade do Estado desenvolvimentista. A herança da dívida externa, da superinflação, do endividamento público, do rentismo, da pobreza e da desigualdade que foi deixada pelo autoritarismo acabou prejudicando parte significativa das políticas econômicas e sociais do período democrático, o que resultou na perda de vários anos para superação de alguns destes (a superinflação em 1994 e a dívida externa em 2008), e começar a resolver outros (a pobreza e desigualdade nos anos 2000) e ainda aqueles sem resolução (a dívida pública e o rentismo). Os recentes estudos de tipo longitudinal sobre trajetórias dos trabalhadores industriais demitidos depois de 1990 indicam que as estratégias empresariais de reestruturação fabril têm como consequência movimentos de migração ocupacional que são fundamentais, pois revelam a mobilidade da força de trabalho da indústria em direção aos serviços. (CARUSO E PERO, 1996, PERO, 1997, PERO E LIMA, 1997)

Foram desmontadas as políticas de desenvolvimento do período anterior, e os diversos estados se dedicaram a uma guerra fiscal por atração de investimento. O custo da força de trabalho foi considerado o grande vilão da perda da competitividade da indústria brasileira e foram feitas tentativas diversas de desregulamentação e de flexibilização das relações de trabalho, com um ataque sistemático à Consolidação das Leis de Trabalho, que é um conjunto de regulamentações sobre o trabalho que rege a questão no país desde a década de 1940. (MARTINS & LIMA, 2016)

Se, por um lado, a baixa remuneração da força de trabalho que é um fator de atração para o fluxo de capital estrangeiro produtivo no Brasil pode se constituir, em um elemento obstaculizador para o avanço tecnológico, devemos acrescentar que a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor “qualificação” da força de trabalho oferece como resultado o aumento da superexploração da força de trabalho. Isso porque, para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais), interessa entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho “qualificada”, “polivalente”, “multifuncional”, que além de serem aptas para operá-los que recebam salários inferiores daqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de direitos sociais amplamente flexibilizados (ANTUNES, 2013).

Druck (1999), pontua que os primeiros anos da década de 1980 devem ser considerados como o período que abarca a primeira fase de implementação de uma gestão do trabalho com uma orientação toyotista, com a criação dos CCQs. A implementação dos métodos just-intime e kanban<sup>21</sup>, conjuntamente com o controle estatístico de processo (CEP) e programas de qualidade, na qual caracterizou uma segunda fase deste processo, que ocorreu a partir da metade dos anos 1980.

Desde a década de 1980, a reestruturação produtiva nas indústrias brasileiras perpassa por um estágio de intenso investimento em tecnologias de base microeletrônica, abrangendo máquinas ferramentas de controle numérico computadorizado, sistemas de projeto assistido por computador e manufatura assistida por computador (CAD/CAM), controladores lógicos programáveis (CLP) para flexibilização de linhas de produção, entre muitos outros (FARIA, 1997).

---

<sup>21</sup> O **Just in Time**, como falei anteriormente, é uma filosofia de gestão onde a empresa compra e produz apenas a quantidade exata e no momento certo para atender a demanda dos seus clientes dentro do prazo. Ela pode ser aplicada em todas as etapas do processo produtivo para assim diminuir os estoques de toda a linha de produção. Os objetivos primários e principais do JIT são a redução de desperdícios e a redução de custos da empresa.

Deste modo, diferentes autores colocam que a existência de um aprofundamento do processo de reestruturação produtiva que ocorreu no início da década de 1980 (SCHMITZ & CARVALHO, 1988), foi fortalecido pelo incremento no processo de mundialização dos capitais, internacionalização dos mercados e integração informacional e, de outro, pelas reformas de cunho neoliberal que foram empreendidas no governo de Fernando Collor e intensificadas nos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, a adoção do receituário neoliberal nos anos de 1990 coincidiu com o ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização que foi comandada por grandes corporações transnacionais. Desde então, o país precocemente ingressou no processo de desindustrialização, pois sem universalizar o padrão de consumo a todos os brasileiros, sobretudo na base da pirâmide social, vem declinando a sua capacidade de produção manufatureira. (POCHMANN, 2019).

Desde os anos 50 no início do processo de industrialização intensiva no Brasil o mercado de trabalho brasileiro, se caracterizou por um elevado grau de informalidade (trabalho por conta própria, trabalho não registrado ou micro negócios) e de pouca estruturação (LEITE, 2009), mas adquiriu um novo perfil a partir do final dos anos oitenta, este novo perfil foi redefinido, em primeiro lugar, em função das mudanças institucionais que foram produzidas pela abertura política e pela nova constituição de 1988 e, em segundo lugar, pelo ambiente de crise econômica estrutural, que foram responsáveis por uma persistente estagnação do crescimento econômico. A este quadro vieram a se somar as novas modalidades de política econômica de cunho neoliberal, que foram adotadas no Brasil a partir da ascensão ao poder do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990.

As referidas políticas, que se referem à abertura do mercado, foram acompanhadas de várias formas de flexibilização da estrutura econômica e social e de altas taxas de juros, que exerceram pressões substanciais no nível e no perfil do emprego. O resultado foi uma reestruturação (ou desestruturação) profunda do mercado de trabalho. Essas transformações associadas à abertura econômica, as inovações tecnológicas, à reestruturação industrial, à terceirização da economia e à flexibilização produtiva, resultou em uma novidade na estrutura econômica capitalista, que foi a maior racionalização na criação de empregos, devido à nova estrutura tecnológica flexível do capitalismo global. (GENNARI & ALBURQUERQUE, 2012).

Os anos 1990 se destacaram no Brasil devido a uma intensa transformação no trabalho industrial, tais transformações aparecem em qualquer âmbito a partir do qual observamos, seja nas tendências do mercado de trabalho industrial, seja nas mudanças na organização do trabalho nas fábricas, seja o da configuração do tecido industrial. Seus determinantes vieram tanto do plano micro-organizacional, que refletiram as transformações tecnológicas e gerenciais, quanto do plano macro-social, que teve como resultado a redefinição do papel do setor industrial na divisão social do trabalho no país. (GUIMARAES, 2001).

O breve decorrer histórico que foi apresentado até aqui neste trabalho, buscou compreender dentro de um viés histórico as principais mudanças que ocorreram até o ano de 2019 no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, como parte intrínseca a sua transição antecipada para a sociedade de serviços. As alterações substanciais decorridas no mundo do trabalho refletem tanto o precoce processo de desindustrialização que foi exposto pela forma com que o Brasil ingressou na globalização capitalista desde os anos de 1990, como a desconstrução mais recente do marco regulatório do mercado de trabalho que foi imposto pelas reformas neoliberais. O resultado de tudo isso tem sido a predominância de um massivo desemprego aberto, acompanhado da ampliação da subutilização da força de trabalho e da generalização da precarização nas ocupações. A polarização crescente no interior da sociedade revela não apenas a destruição dos postos de trabalho de classe média, como a expansão de empregos não assalariados e de menor remuneração, e sem acesso à proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2019).

No estágio atual do capitalismo brasileiro, o enorme enxugamento da força de trabalho que foram motivadas pelas mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, que foram implementadas, ainda estão em um curso acentuado e presentes em grande intensidade, mas coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços no país.

Nos anos 80 o país assiste ao desencadear de uma aguda crise econômica, que provoca elevadas taxas inflacionárias, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores, modificando o quadro de crescimento da década anterior. A recessão provoca alterações na distribuição da população economicamente ativa, que se desloca dos setores primário e secundário da economia para o terciário, que terá em toda essa década um papel fundamental, evitando maiores quedas no nível de emprego. (BRUSCHINI, 1994, p.180)

A expansão do setor terciário de 46% para 54,5% no período 1981 a 1990 tem sido apontada em vários estudos como a tendência mais marcante do comportamento do mercado de trabalho brasileiro nesses últimos anos. Que é marcado pela heterogeneidade, o terciário abriga tanto atividades não organizadas e de baixa produtividade, quanto mais dinâmicas e modernas, decorrentes da externalização de serviços industriais, da diversificação do comércio e dos serviços pessoais, da expansão das atividades bancárias e financeiras, bem como de atividades decorrentes da atuação direta e indireta do setor público, este último responsável por uma fatia considerável dos empregos gerados (BRUSCHINI, 1994).

Conjuntamente com o aumento dos trabalhos por conta própria e do emprego assalariado informal, que são excluídos do acesso aos direitos sociais e trabalhistas, percebe-se também a expansão das taxas de desemprego e de subutilização da mão de obra disponível no mercado de trabalho brasileiro. Tanto a ausência de dinamismo econômico como a desregulamentação do mercado de trabalho têm sido os responsáveis por maiores parcelas da força de trabalho que estão distantes do acesso ao sistema público de proteção social e trabalhista.

Diante da mais grave crise do capitalismo brasileiro que foi o ataque ao regime democrático, no final do ano de 2014, quando parte da oposição partidária que foi derrotada não aceitou o resultado da eleição presidencial, um conjunto de medidas que desregulam o mercado de trabalho vem sendo rapidamente implementadas, com um discurso patronal de incentivo à redução dos custos do trabalho e da flexibilização contratual, sendo um dos principais argumentos para a geração de novos postos de trabalho, contudo o nível geral do emprego assalariado não retornou, tão pouco, a formalização dos contratos de trabalho foi garantida, transcorrendo justamente o contrário no período recente (POCHMANN, 2019).

O resultado disso tem sido o aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho que já se encontrava em curso mediante a desindustrialização precoce que ocorreu no país e a sua transição antecipada para a sociedade de serviços. Somente em relação ao avanço do desemprego e à disseminação da mão de obra subutilizada em sua condição de trabalho, o Brasil tem registrado recordes recentes, sem comparação com o passado distante. Diante disso, o saldo das reformas neoliberais, em curso desde o ano

de 2016, tem sido ainda mais prejudicial ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 2019).

Vale acrescentar ainda que no caso brasileiro, o processo de perdas de direitos sociais relacionados ou não ao trabalho, não tem avançado, o que não significa que não seja contestada e ameaçada pelas chamadas força do “mercado”. Mudanças na lei da terceirização, um maior rigor na fiscalização do trabalho, uma extensão de direitos sociais a categorias antes excluídas, como as empregadas domésticas, são indicadores positivos de que a precarização não é um fato inexorável. Nesse sentido, o termo de um processo de precarização torna-se mais adequado do que a precariedade para explicar a perda de direitos, quando consideramos a existência de novas ocupações que são resultados de novos processos produtivos e também de novas categorias de trabalhadores, podemos nos referir a uma precariedade intrínseca presente na relação de subordinação do trabalho ao capital, mas não necessariamente de precarização (...) (MARTINS, LIMA, 2016).

## 2.5 A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Várias foram às razões do ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970. A necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores foi uma delas, uma vez que as obrigaram a buscarem uma complementação para a renda familiar. Os dados referentes à década de 1970 mostraram, porém, que não foram somente as mulheres pobres que entraram no mercado, mas também as mais instruídas e das camadas médias. (BRUSCHINI, 1994).

É primordial problematizarmos á inserção massiva do ingresso feminino no mercado de trabalho em 1970, principalmente quando olhamos o contexto latino-americano, que infelizmente tem raízes em um passado escravagista e colonial, que ainda é presente condicionando a nossa realidade. Quando se trata sobre o caso das mulheres negras, é impróprio usar o verbo “inserir, já que elas sempre “trabalharam durante séculos, como escravas nas lavouras, nas ruas, como vendedoras, quituteiras e prostitutas”(CARNEIRO, p.01, 2001). É perceptível uma desumanização, pois as mulheres negras sempre foram colocadas em uma posição de servidão. Dessa forma se as

mulheres se encontram em um patamar inferior aos homens, a situação é ainda mais alarmante quando nós referimos a situação da mulheres negras.

Sendo que foram essas trabalhadoras que permitiram que as mulheres das classes médias e altas entrassem no mercado de trabalho, fazendo o trabalho doméstico, retirando do Estado a responsabilidade da criação de mecanismos de serviços coletivos de creches, escolas em tempo integral, atividades que diminuíssem em parte os encargos familiares com a socialização das crianças, sendo que as mulheres negras tiveram que usar de alternativas improvisadas para os cuidados dos seus próprios filhos, deixando de cuidar dos seus para cuidar dos filhos das classes médias e altas, a fim de garantir a subsistência familiar (MELO,1998,p.08).

Que sempre foi historicamente imposto á elas, como aborda Gomes (2018, p.33) “mulher negra escravizada nas colônias cumpria um papel de ama da casa, cuidando dos filhos dos senhores, cozinheira, lavadeira, permitindo que toda a família senhorial se reproduzisse com vigor”. Sendo essa imagem perpetuada até hoje, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), coloca quem em 2021, 65% das mulheres ocupadas em trabalho doméstico são negras. É importante mencionar, para estarmos conscientes no decorrer de todo o trabalho que as experiências e a inserção da mulher mercado de trabalho, quando entra a questão racial,são dispare, pois em grande medida foi tiradas das mulheres negras o direito a maternidade, da família e do cuidado com o próprio corpo e que as teorias á respeito são falhas, pois não conseguem retratar as singularidades da América Latina.

Os primeiros estudos sobre o tema, preocupados em analisar a presença ou a ausência das mulheres no mercado de trabalho sobre o impacto dos fatores econômicos, não levaram em conta o papel fundamental que a mulher exerce na família, onde se dá a reprodução, o que limitaram os seus resultados (BRUSCHINI,1994). As atividades realizadas pelas mulheres no âmbito domestico como lavar, cozinhar, e cuidar dos idosos e das crianças, por exemplo, é algo imaterial, isso quer dizer que não se solidificam em mercadorias, mas produz e reproduz a força de trabalho que o sistema capitalista tanto necessita, dessa maneira todas essas atividades são denominadas de trabalho reprodutivo.

Federici (2019) a cerca do trabalho reprodutivo, tentava demonstrar que essas atividades realizadas pelo feminino, não advêm de algo sendo biológico e natural, mas da



exploração do capitalismo do trabalho inviabilizado e não assalariado das mulheres. Sendo esta uma configuração do fordismo, essa conjuntura lançou uma série de modificações laborais como leis que passaram a reduzir o emprego das mulheres nas fabricas até conseguir eliminá-los. Além da intensificação da superexploração do trabalhador, através da mais-valia absoluta que foi o aumento da jornada do trabalho através das máquinas. Dessa forma o papel da “dona de casa”, surge para suprir as necessidades da força de trabalho e garantir a superexploração, através do trabalho feminino não remunerado.

(...) por lo tanto, el trabajo no remunerado que los capitalistas extraen de los obreros es mucho mayor que el que extraen durante la jornada remunerada, puesto que incluye el trabajo doméstico no retribuido realizado por las mujeres, incluso aunque se reduzca al mínimo (FEDERICI, 2018, pg.61).

Federici (2018) coloca que o trabalho de reprodução da força de trabalho feito pelas mulheres no meio doméstico, entra na conta do lucro de mais valia do capitalista. Uma vez que o capital não remunera as mulheres por esse trabalho de cuidado e reprodução que são fundamentais para a reprodução da força de trabalho. Sendo importante entendermos que não há luta pela igualdade das mulheres se essa luta não for feita também contra o capitalismo que explora igualmente homens e mulheres trabalhadores.

Os estudos sobre gênero e trabalho compartilham do ponto de vista de que a divisão sexual do trabalho,<sup>22</sup> atravessa as relações sociais e que foi e ainda é primordial para a sua organização. Sarti (2004) demonstrou como a primeira geração de pesquisas focou na ótica da produção sem levarem em consideração o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também esta determinada pelo o seu papel na família.

A divisão sexual do trabalho permite que o trabalho doméstico promova a organização do trabalho assalariado no capitalismo, isso se justifica quando a jornada de trabalho de um indivíduo é liberado dos deveres do cotidiano que são necessários para a sua própria manutenção. (DELPHY, 2013). As “obrigações familiares” delimitam e

---

<sup>22</sup> As discussões acerca da divisão sexual do trabalho do ponto de vista histórico e social foram direcionadas, durante muito tempo, a uma perspectiva fundamentada em papéis atribuídos de acordo com o sexo. Kergoat (1992 apud Hirata, 2002, p. 275-277) e Hirata (2002) desmistificam essa ideia, delineando um novo olhar a respeito do trabalho. As autoras observam que o conceito de trabalho deve ser ampliado, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal. A inclusão desses elementos permite evidenciar uma massa de trabalho invisível, realizado por mulheres, no conceito de trabalho, nos chamando a atenção para a sua dimensão sexuada. Kergoat (1992, p. 16 apud Hirata, 2002, p. 275) vincula as relações sociais entre os sexos e a divisão social e sexual do trabalho como "duas expressões indissociáveis".

delineiam as ocupações fora de casa, ao mesmo tempo em que se justificam para ampliar a exploração capitalista do trabalho remunerado das mulheres (DELPHY, 2013, p.51). Para a mulher a vivência do trabalho implica sempre a combinação das duas esferas família e trabalho seja pelo entrosamento, ou seja, pela superposição (BRUSCHINI, 1994).

Em algumas das abordagens, a divisão sexual do trabalho tem como definição de que as mulheres são um grupo ou uma classe que adquire unidade em contraposição aos homens, e essas abordagens demonstram que a atribuição das responsabilidades acerca da família e do cotidiano são diferenciadas e que são os homens que levam às vantagens, e nessa forma binária de construção do gênero, a divisão sexual do trabalho gera uma forma de opressão que seria comum às mulheres (DELPHY, 2013).

Com dimensões diferenciadas entre homens e mulheres, o aumento recente do desemprego feminino aparece articulado a pelo menos três outros fatores relevantes. O primeiro é o fato de que as mulheres apresentam uma dinâmica de inserção no mercado de trabalho diferente da apresentada pelos homens. Uma vez que ainda há um contingente expressivo de mulheres fora da população economicamente ativa; as taxas de atividade demonstram que apenas metade das mulheres entre 25 e 65 anos trabalha ou procura trabalho nas áreas metropolitanas brasileiras; entre os homens, tal proporção é de cinco em cada seis (85%). Por isso mesmo, enquanto os homens mantêm uma tendência de reduzir a sua participação na população economicamente ativa, as mulheres, desde 1992, apresentam um comportamento contrario (LAVINAS, 1998).

A parte das mulheres que não se encontram na categoria de economicamente ativa e a forma diferenciada do ingresso delas ao mercado de trabalho em relação aos homens, se explica quando consideramos que as mulheres têm assumido o trabalho doméstico em toda a história da sociedade, desta maneira é natural gerar uma reação para a sua inserção no mercado de trabalho, sendo uma delas a falta de tempo para a sua dedicação ao trabalho remunerado, é importante levarmos em conta de que as atividades relacionadas ao lar e ao cuidado são cada vez mais transferidas para o setor produtivo e para mercado (CALDERÓN, ESPÍNDOLA, 2019). As desigualdades de gênero no mercado de trabalho na América Latina subordinam as mulheres a encontrarem

empregos relacionados ao *care*<sup>23</sup>, em tempo parcial e com baixos salários, essas funções afetam negativamente as expectativas profissionais dessas mulheres (OIT, 2016). (CEPAL, 2017). De acordo com a CEPAL (2007), uma pesquisa realizada na América Latina coloca que em média 43,4% das mulheres em idade ativa, identificam como motivos para não realizarem um trabalho remunerado, causas como a proibição de familiares, o trabalho doméstico e a maternidade.

A reprodução intensificada nos ambientes de trabalho e mecanismos sociais de discriminação suscitou relações de exploração e dominação severas às mulheres, o que gerou segmentações e desigualdades entre os gêneros. (SEGNINI, 1998). Fischer, Reuber e Dyke (2006), De Bruin, Brush e Welter (2007), chamam a atenção para o fato de que as pessoas desconhecem as condições que as mulheres enfrentam no trabalho, havendo também a negligência das condições históricas, sócias e estruturais, que reproduz a concepção de que as mulheres estão em segundo plano (AHL, 2006). É naturalizado que as responsabilidades familiares e domésticas sempre sejam restritamente aos campos femininos (ACHTENHAGEN & WELTER, 2003).

As transformações que aconteceram nas últimas décadas no Brasil na composição do mercado de trabalho, na estrutura demográfica e nas relações familiares e afetivas, afetaram o modelo tradicional, na qual consideravam o homem como o provedor da casa e a mulher como sendo a única responsável pelo trabalho doméstico não remunerado. Contudo, mesmo na condição de provedora do lar e estando empregada integral ou parcialmente, a mulher não se desvencilha dos encargos reprodutivos, continuando a executar as tarefas domésticas e de cuidado, o que acaba gerando um aumento da carga horária total do trabalho feminino (remunerado e não remunerado), no que se denomina de dupla ou tripla jornada. Embora os homens estejam participando mais dos afazeres domésticos, eles não acompanham o ritmo e a intensidade da presença feminina no mercado laboral (BANDEIRA e PRETURLAN, 2016).

Muitas pesquisas têm insistido nas dificuldades que a instabilidade conjugal e a mudança na estrutura familiar têm provocado nos setores mais empobrecidos da população onde a mulher passa a acumular sozinhas funções de provedora e de

---

<sup>23</sup> O **trabalho de cuidado (care work)** é uma atividade profissional em plena expansão na economia de serviços em escala internacional. Tradicionalmente, às mulheres tem sido confiado o encargo do cuidado domiciliar das pessoas idosas, das crianças, dos deficientes e dos doentes. (Hirata, 2014)

responsável exclusiva pela esfera da reprodução. Essas pesquisas revelam que o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando ano a ano e que tais famílias apresentam um perfil extremamente vulnerável em razão do alto grau de discriminação que sofrem as mulheres no mercado de trabalho aonde recebem rendimentos menores por desempenharem atividades menos qualificadas (LAVINAS, 1996).

É válido ainda dentro da concepção assumida por Barrett (1998), considerar que a separação entre casa e trabalho forjou uma situação que seria justificada, então, pela ideologia de gênero na modernidade. A ocorrência de a industrialização ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas não restringiu a casa a um espaço reprodutivo. A responsabilização desigual de mulheres em relação aos homens por um trabalho que podem ser definidos como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo.

Walby ressalta que a opressão das mulheres ainda permanece, mas de uma forma diferente, pois “Elas não são mais barradas das arenas públicas, mas são ainda assim subordinadas nessas arenas”, a expropriação do seu trabalho se daria agora de forma mais coletiva do que individual, e a casa, que continuaria a ser um espaço de opressão, não seria mais o principal lugar em que isso transcorre nas vidas das mulheres (WALBY, 1990, p. 178)

A exploração se daria agora em duas circunstâncias, uma coletiva e outra individual. A primeira discorre no fato de atribuir coletivamente a responsabilidade pelas crianças às mulheres, e liberar coletivamente os homens dessa responsabilidade. É decorrente da exploração individual que ocorre a exploração coletiva do trabalho das mulheres, um exemplo é apropriação do trabalho da mulher pelo seu cônjuge e assim é do trabalho das mulheres que se organizaria a exploração individual. O que a autora denomina de “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho transpassam a serem os planos em que os constrangimentos se organizam e se institucionalizam. Outras maneiras de inserção seriam então acompanhadas de outras novas formas de opressão e de controle.

A existência da responsabilidade desigual pela vida doméstica, principalmente para criação dos filhos, seria ainda uma das razões que tornaria a exploração da mão de obra feminina mais profunda, uma vez que tem maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano do trabalho fora de casa. Segundo Bandeira e Preturlan (2016) e

Dedecca (2012), esta circunstancia se modifica de acordo com a condição econômica, visto que as trabalhadoras de classe média podem contar com uma rede de outras mulheres como as empregadas domésticas, as babás, as diaristas e as cuidadoras, desta forma são as mulheres pobres que cumprem uma jornada extensa total de trabalho, tanto em relação aos homens pobres quanto às mulheres dos estratos superiores (DELPHY, 2013). Por isso, os constrangimentos, materiais e ideológicos que se coagem às mulheres variam e são vivenciados diferentemente segundo a classe social, a raça e, neste caso, de maneira muito pertinente, também a sexualidade: “[...] é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira” (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000, p. 101).

Para as autoras Delphy e Leonard (2004) a divisão sexual do trabalho tem impactos diferentes quando se trata de classes, pois o trabalho doméstico da mulher na esfera privada, não adquire valor, contudo ela pode servir as necessidades de outros que vão além do escopo familiar, mesmo assim são os homens que se beneficiam desse sistema. É importante colocar que isso inclui, para Delphy, “a produção dos alimentos, as roupas lavadas, mas também o cuidado com as crianças e as formas de apoio moral e trabalho sexual e reprodutivo que têm sido parte do casamento”. (DELPHY, 2013, p.123).

De acordo com Elizabeth Spelman (1988), as mulheres vivem em um mundo aonde não existe somente sexismo, mas racismo, classicismo e outras formas de opressão, em um mundo em que “o “problema da diferença” é na realidade o problema do “privilégio”. (BADINTER, 1985; BIROLI, 2014). Esta configuração histórica particular, na qual a separação entre casa e trabalho foi essencial, de acordo com a autora teria solucionando um conflito que era contestado no questionamento “de quem cuidaria das crianças?”(e, podemos acrescentar dos doentes, dos deficientes e dos idosos), dispendo de “uma ideologia de gênero que precede o capitalismo, em benefício dos homens” (BARRETT, 1988, p.164-165).

Como coloca Biroli (2016) Esta exploração não acaba no casamento, mesmo no divórcio, as mulheres continuam sendo as responsáveis pelas crianças e vivenciam desenrolamentos da apropriação do seu trabalho, á vista disso acaba surgindo limitações para a sua formação e profissionalização, que provém das responsabilidades assumidas durante o casamento. Deste modo são as mulheres casadas as que sofrem diretamente a “opressão comum” estabelecida na divisão do trabalho, as restrições sofridas pelas

mulheres divorciadas e pelas mulheres solteiras com filhos evidenciam o caráter sistêmico e institucionalizado da opressão: elas vivenciam os custos ampliados da ruptura com os padrões de dependência vigentes, sendo essa ruptura voluntária ou não.

Michèle Barrett (1988) reitera que a divisão sexual do trabalho não pode ser outorgada a qualquer necessidade histórica do capitalismo. Não levar isso em consideração produziria uma fusão equivocada entre uma tendência geral e a separação entre casa e ambiente de trabalho em sua configuração histórica particular. Sortis (2004) relembra da concepção de que a origem da subordinação da mulher esta na sua exclusão do mundo produtivo e que era essa a justificativa do feminismo tanto em sua versão liberal como na de inspiração marxista, se consolidando como referencia fundamental para tornar o trabalho feminino uma problemática teórica.

Maria Moraes (1981) levantava de que a força de trabalho não é uma categoria assexuada definida apenas pela oposição ao capital que coordena o processo produtivo, mas na vida real o sexo do trabalhador participa na definição da própria qualidade da relação entre o trabalho e o capital, uma vez que as mulheres compõem uma parte sui generis da força de trabalho, na qual vive uma dupla sujeição ao homem e ao capital. Os autores que colocam que haverá o fim das discriminações quando existir uma equidade entre os mesmos postos de trabalho dos homens dentro da produção remunerada acabam cometendo o erro básico de não dissociar o trabalho do trabalho remunerado e excluir desta categoria grande parte das atividades laborais realizadas pela mulher, exaurir o trabalho domestico consiste em deformar a realidade cotidiana do sexo feminino.

É imprescindível ampliar o conceito de trabalho para que se possamos estimar corretamente o volume de atividades essenciais para produção social que as mulheres realizam. É importante considerarmos a trabalhadora como uma pessoa que ocupa uma posição dentro de um âmbito domestico, porém encontra-se inserida em uma estrutura social mais ampla, se não levarmos em consideração estes fatos é extremamente difícil entendermos a situação da trabalhadora brasileira (BRUSCHINI, 1994).

Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino que procuram romper velhas dicotomias estará atento a articulação entre produção e reprodução assim como as relações sociais entre os gêneros, no entanto o campo de estudos sobre o trabalho feminino busca ainda superar os impasses teóricos advindos com a introdução do conceito de gênero, pois com o enfoque de gênero se redireciona a

discussão para o humano diversificado e assimétrico em termos de relações entre os sexos, com o cuidado de garantir o reconhecimento do ser homem e do ser mulher, não se trataria, portanto de substituir uma história dos homens por uma história das mulheres ou traçá-las em paralelo, mas entender a dinâmica das relações sociais sexualizadas. (BRUSCHINI, 1994, p.22)

O discurso da exploração das capacidades internas femininas está interligado com a concepção de meritocracia, na qual fundamenta a sociedade neoliberal, porém é muito mais opressiva quando se direcionam as mulheres (LITTLER, 2013; LEWIS & SIMPSON, 2010; SEALY, 2010; SIMPSON, ROSS-SMITH & LEWIS, 2010).

É considerável percebemos a contradição e a debilidade do capital ao querer erradicar aquilo que é a sua força motora, afinal a riqueza só é gerada através do trabalho, no caso do capitalismo de sua exploração. Com a concepção de diminuição de custos para o aumento dos lucros ao invés da máquina colapsar, o que é perceptível nesse contexto é o aprofundamento da alienação e um distanciamento da classe trabalhadora para sua condição de superexploração que advém da sua condição vulnerável diante da precarização do trabalho, o trabalho não deixou de ser explorado, ao contrário a exploração foi maximizada com a intensificação da velocidade da máquina e com a insegurança instalada com a retirada dos direitos trabalhistas, com os discursos de um estado neoliberal e a formação de um pensamento individualista que abstrai o pensamento do coletivo, dificultando o reconhecimento de sua real condição e a semelhança com o outro, dificultando a luta de classes.

Nessa conformação temos que trazer em evidência uma conjuntura que aumenta ainda mais a utilização abusiva do trabalho realizado por tantas mulheres, uma vez que enfrentamos duplas jornadas, para suprir a subsistência de nossas famílias, já que a precarização do trabalho prejudicou o rendimento familiar, mas também realizar o papel socialmente construído de realizarmos o trabalho doméstico invisível e não assalariado, dessa forma é a nossa exploração que ainda matem a mola propulsora do capitalismo, isso é importante para buscarmos a emancipação feminina verdadeira e não a que o capital condiciona e máscara com discursos liberais.

Este contexto agoniza e aprofunda a dependência de nossos países, uma vez que como vimos com a desverticalização da produção, houve a migração para os países com um emergente exercito industrial de reservas e democracias débeis e com a necessidade de grandes investimentos, uma vez que existe a dificuldade de adquirir divisas para a industrialização e o desenvolvimento, como vimos no caso brasileiro. O que na verdade tem haver com a nossa condição histórica e a forma da nossa inserção no mercado internacional, colocando os nossos trabalhadores em um contexto de superexploração. Como vamos ver no capítulo a seguir o empreendedorismo aparece como uma fórmula do trabalhador adquirir o rendimento para sua subsistência, enquanto o capital individualiza o trabalhador, tirando a sua concepção e se abstendo da sua seguridade.



### 3 EMPREENDEDORISMO OU PRECARIZAÇÃO

Esse capítulo abordará os conceitos de empreendedorismo de oportunidade e de necessidade e como cada um deles causam um efeito diferente para o desenvolvimento econômico. Fará uma discussão a respeito do discurso do empreendedorismo na ótica do neoliberalismo e demonstrará como o empreendedorismo aparece como uma maneira das mulheres conseguirem se inserirem no mercado de trabalho

#### 3.1 A DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDORISMO

Compreende que a ação de empreender é uma atividade dirigida por um sujeito, situado e enraizado no social, que pressupõe aprendizagem, escolha, consciência, reflexão e proação para enfrentar um mundo no qual a competitividade das novas tecnologias de informação e de comunicação direciona e define o caminho do sucesso dos empreendimentos. (BULGACOV, CAMARGO, CUNHA, MEZA et al, 2011). Para Engeström (2004) e Wengler e Lane (2004), o exercício do empreendedorismo, parte do experimental, sendo pautado no social, desta forma é um ajuste entre o contexto social e o indivíduo. O empreendedorismo se desenvolve pela prática e a aprendizagem, transmutando identidades e construindo novas habilidades, desta maneira o empreendedorismo tem um potencial para gerar mudanças no contexto comunitário, nacional e internacional. O empreendedor está entrelaçado no coletivo, na história da sua comunidade, ao passado e ao futuro, principalmente pelas condições socioeconômicas e de desenvolvimento do seu local de origem.

É de acordo dos estudiosos deste tema (J. W. CARLAND et al., 1984; DAVIDSSON, 2006; FILION, 1999; GIMENEZ, INÁCIO & SUNSIN, 2001; SOUZA, 2001) que o empreendedorismo é um tema emergente, complexo, aonde se vinculam diversos níveis de análise, o que pode ser uma das justificativas por ainda não possuir uma teoria consolidada. A maior parcela das abordagens tem se direcionado em compreender os motivos que levam ao empreendedor a abrir um novo negócio. Desta maneira, Bratu, Cornescu e Druica (2009) expõem três perspectivas para o estudo do empreendedorismo: a ocupacional, a comportamental e a de resultados. Na ocupacional os autores a classificaram em necessidade ou oportunidade. Na segunda abordagem, o empreendedor é estudado como o personagem principal que aparenta diferentes convicções na forma como observa, age e cria novos negócios. A terceira abordagem baseia-se nos diferentes resultados causados pelo empreendedorismo no desenvolvimento econômico.

A origem do tema empreendedorismo pode ser apontada nas obras de Cantillon em 1755 e Say em 1803. O viés econômico abordado desde o começo tem colocado o empreendedorismo como um dos fatores que proporcionam o desenvolvimento econômico de regiões e países (FILLION, 1999; MURPHY; LIAO; WELSCH, 2006; CASSON, 2010). Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas em que se relacionam estes dois fenômenos. A relevância dada ao empreendedorismo parte da premissa da criação de empregos e da geração de riqueza, que é produzida pela ação de sujeitos que agem em função de oportunidades, riscos e determinação em procura de resultados lucrativos que possam garantir a sua qualidade de vida (SCHUMPETER, 1982; CASSON, 1982; SHANE; VENKATARAMAN, 2000; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009; DEGEN, 2009; MARTES, 2010). Apesar de o espírito empreendedor ter sido excluído na teoria de crescimento econômico, muitos economistas postulam que a capacidade empreendedora é vital para o progresso econômico, especialmente com as contribuições de Schumpeter (1961) e Kirzner (1973). Schumpeter (1982) considerou que o empreendedor é o que empreende de forma inovadora, na qual ele denominou de “o empreendedor inovador”, este autor social é o principal propulsor do desenvolvimento econômico.

Na ótica de Schumpeter (1982), a inovação é a particularidade do empreendedor, ou, ainda, que sua característica principal é inovar, seja novos produtos, serviços, mercados ou uma nova fonte de matéria-prima. Assim, o ato e o processo de empreender geram desenvolvimento econômico, o que é amplamente difundido e aceito por estudiosos do tema. Schumpeter (1961) expandiu o conceito de empreendedorismo com a introdução da noção de "destruição criativa", na qual demonstrava que o empreendedor, ao incorporar inovações e novas tecnologias, contribuía para a substituição de produtos e processos ultrapassados. Dessa forma, o empreendedor assumia não apenas um papel central no avanço e desenvolvimento da economia e da sociedade, como protagonizava também um papel fundamental na evolução da vida empresarial e na substituição das empresas estabelecidas por novas organizações mais capazes de aproveitar as inovações.

Entre as duas principais razões que motivam os indivíduos a participarem de práticas empreendedoras, identificam-se aqueles que o fazem por oportunidade<sup>24</sup>,

---

<sup>24</sup> **Empreendedores por oportunidade** identificam uma chance de negócio ou um nicho de mercado e decidem empreender mesmo possuindo alternativas correntes de emprego e renda. Essa classificação é baseada no Relatório de Competitividade Global (Global Competitiveness Report), publicação do Fórum Econômico Mundial.

escolhendo um empreendimento entre as diversas opções existentes para as suas carreiras; e as pessoas que encaram o empreendedorismo como uma alternativa, por não terem outras opções de trabalho, o realizando por necessidade<sup>25</sup> ou sobrevivência. Esta última modalidade predomina em países de capitalismo dependente como o Brasil, com elevada participação na informalidade (ROSAS, 2009, p.238). Geralmente, o crescimento econômico de um país de baixa renda é inversamente proporcional a sua atividade empreendedora por necessidade e o crescimento econômico de um país de alta renda é diretamente proporcional a sua atividade empreendedora por oportunidade (DEGEN, 2018).

[...] las condiciones del contexto nacional y las de contexto político, social y cultural se conjugan para configurar un ambiente que promueve la actividad emprendedora, dinámica que finalmente es la que contribuye al crecimiento económico. Visto de este modo, fortalecer las iniciativas generadas permitiría visibilizar el aporte de este sector de la población, que históricamente ha sido ignorado, al desarrollo económico y social (MALDONADO et al, 2016,p.106).

O empreendedorismo por oportunidade tem sido considerado pelos autores como sendo o ideal para o desenvolvimento das nações, uma vez que existe uma alta relação entre a inovação em sua ação empreendedora (DEGEN, 2009; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009; ACS 2006). De acordo com o pensamento de Schumpeter (1982), Hisrich, Peter e Shepherd (2009), Degen (2009), Fontenele, Moura e Leocadio (2011) o indivíduo que tem a sua ação empreendedora realizada pela criatividade, inovação, oportunidade e pelo lucro, não beneficia somente ao conceito de crescimento, pois o ciclo econômico gerado pelo empreendedorismo gera tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico e social das nações.

Schumpeter (1982) pontuou que o ator social que empreende de forma inovadora, o tal do “empreendedor inovador” é o principal impulsionador do desenvolvimento econômico. Segundo Schumpeter (1982), podemos considerar que a inovação é o diferencial do empreendedor, sejam pela criação de novos produtos, serviços, mercados ou uma nova fonte de matéria-prima. Para Schumpeter (2005) o empreendedor deixa de ser o agente do equilíbrio e do desequilíbrio para vir a ser aquele que cria outro estado de equilíbrio para a inovação. O empreendedor, ainda para este autor, é um líder econômico que é o responsável por fazer possível novas possibilidades de produção.

---

<sup>25</sup> **Os empreendedores por necessidade** decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego e renda, abrindo um negócio com a finalidade de gerar rendimentos visando basicamente a sua subsistência e de suas famílias. (GEM)

Na realidade capitalista, diferentemente de sua descrição de livro-texto, não é esse tipo de concorrência [a concorrência de preços] que conta, mas a concorrência através de novas mercadorias, novas tecnologias, novas fontes de oferta, novos tipos de organização... Ora, uma construção teórica que despreza esse elemento essencial do caso despreza o que há de mais tipicamente capitalista; mesmo que correta em lógica e em fatos é como Hamlet sem o príncipe dinamarquês (SCHUMPETER, 1984, p. 114-116).

Por sua parte, o empreendedorismo por oportunidade tem sido defendido por diversos autores como sendo o mais característico do empreendedor schumpeteriano. A competência de inovar e de criar novas oportunidades de exploração comercial tem sido indicada como a essência da ação empreendedora (VALE; WILKINSON; AMÂNCIO, 2008; CUNHA et al., 2009; FOO, 2009). A junção das características de criatividade, de inovação e de oportunidade tem sido o *modus operandi* do empreendedor denominado por Schumpeter (1982). As modificações geradas no mercado por estes empreendedores movimentam a economia, geram o crescimento e o desenvolvimento econômico (VALE; WILKINSON; AMÂNCIO, 2008; FONTENELE, 2010; SOUZA; LOPEZ JR., 2011). A geração de emprego e de renda devido ao processo empreendedor, através da abertura de novos negócios, tem sido colocada como força indutora de crescimento econômico (PINTO; RUPPENTHAL, 2014; SARFATI, 2013).

Encontra-se na literatura que a associação da inovação com a oportunidade nem sempre é a principal motivação entre os empreendedores, uma vez que muitos começam um negócio tendo como motivação a necessidade, geralmente causada pelo desemprego (BRATU; CORNESCU; DRUICA, 2009; CORRÊA; VALE 2013). Nos estudos referentes ao empreendedorismo e desenvolvimento econômico, mostra-se que o empreendedorismo por necessidade está mais presente como atividade empreendedora em países menos desenvolvidos diferentemente dos mais desenvolvidos (BRATU; CORNESCU; DRUICA, 2009; BARROS; PEREIRA, 2008).

Nickel, Nicolitsas, & Dryden, (1997). As evidências empíricas colocam que a atividade empreendedora tem um resultado positivo sobre o crescimento econômico nos países ricos e um resultado negativo nos países pobres (STEL, CARREE, & THURIK, 2005). Estudos têm demonstrado que, apesar do aumento da taxa de empreendedorismo em alguns países, o crescimento econômico medido pelo PIB per capita teve uma diminuição em comparação ao ano anterior (FONTENELE, 2010; SOUZA; LOPEZ JR., 2011). A explicação é o aumento da taxa de empreendedores por necessidade devido ao desemprego. A renda gerada por estes empreendedores, em muitos casos, tem sido

inferior aos seus antigos salários. (SALIMATH; CULLEN, 2010; ACS, 2006; TANG; KOVEOS, 2004).

O empreendedorismo por necessidade tem sido relacionado com as condições de queda da atividade econômica, na qual geram o desemprego e diminuem a oferta de trabalho. Esta conjuntura impulsiona que as pessoas a iniciem uma atividade econômica que possibilite a sua subsistência (CORRÊA; VALE 2013; DOMINGUINHOS; PEREIRA; SILVEIRA, 2007). Carrão, Johnson e Montebelo (2007) pontuaram que em vários casos, a falta de opção de trabalho tem sido a principal motivação para se abrir uma empresa, o que se denomina de auto-emprego, o empreendimento criado somente como uma alternativa de garantir a sobrevivência. Para estes autores, os criadores dessas empresas não poderiam ser considerados como empreendedores, uma vez que essa condição lhes foi imposta (SHANE; VENKATARAM, 2000). Os resultados demonstram que as altas taxas de empreendedorismo, principalmente por necessidade, podem ter uma relação inversa com o desenvolvimento econômico, o que pode ser o indicativo de uma forte migração de desempregados para um estado de trabalhador autônomo, com rendimento inferior ao antigo emprego (BARROS; PEREIRA, 2008; BONANCIM; CUNHA; CORRÊA, 2009; SALIMATH; CULLEN, 2010).

De acordo com Bulgacov, Cunha, Camargo, Meza (2011), o empreendedorismo por necessidade, mesmo com políticas públicas para o suporte de suas ações, tem um início que normalmente acontece em um espaço de possibilidades irrisórias, dessa maneira o empreendedorismo se torna uma fuga marcada pela exclusão. Uma necessidade movida pela sobrevivência, em mundo altamente competitivo e que coloca como essencial a formação de capital e escolaridade para o sucesso empreendedor, porém o empreendedor por necessidade não os tem, assim só resta à determinação e ação, para conseguir subsistir.

### 3.2 O NEOLIBERALISMO E O DISCURSO EMPREENDEDOR

Para Lazzarato e Negri (2013), as características contemporâneas do trabalho tendem cada vez mais as formas de trabalhos imateriais, mesmo que estes ainda se envolvam com a produção de bens materiais, mesmo que as maiorias dos processos produtivos se constituem nas trocas de mercadorias, atualmente é notória uma troca do subjetivo, como a troca de conhecimentos e de informações. Desta maneira, se estabiliza a flexibilização, tanto na esfera mais macro como, por exemplo, a produção, a circulação

e o consumo, mas também no micro entre a relação do trabalho e o tempo, havendo uma dissociação do tempo produtivo, do tempo livre e do tempo de vida. O Capitalismo contemporâneo é composto por trabalhos flexíveis, aonde é necessário que o trabalhador se molde, se adaptando de forma cada vez mais rápida as transformações do mundo do trabalho, deste modo a classe empreendedora e dos autônomos são resultantes da exclusão, decorrente de um processo de queda da sociedade fordista e com a chegada de novas formas de produção e organização do trabalho. (TEIXEIRA, 2013).

É necessário deixar claro que o trabalho autônomo, avulso e eventual e a atividade empreendedora não é emprego, nem é assalariamento. O que diferencia o emprego e o trabalho é o contrato. Todavia, há contratos que estabelecem relações de trabalho que não são relações de emprego, como ocorre nos casos do trabalho autônomo e por conta própria. (BULGACOV, CUNHA, CAMARGO, MEZA et al; 2011, p. 700)

Marx (1984, p. 293), Paralelamente à [...] centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista.

Os estudos realizados por Alves (2007) colocam que a precarização está relacionada a um modo sócio-histórico da precariedade, desta forma a “precarização, não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação e estranhamento da mercadoria no mundo social do capital” (ALVES, 2007, p. 115). Para Beaud e Pialoux, tendem a dissociar a figura do “trabalhador” ou do “operário” (apoiado por um sentido de classe), aparecendo no seu oposto à figura do “assalariado da precariedade”, assim a figura do operário flexível, acaba sendo utilizada de acordo com as conveniências de cada momento, reduzido à sua condição de operário intercambiável, sem consciência de si” (apud LEITE, 2009, p. 18).

Uma das opções para o desemprego é auto-emprego, o que o IBGE/Pnad (2006), define como sendo constituído pela categoria de trabalhadores que geram um empreendimento, sozinhos ou com um sócio, sem empregar ou auxiliar um assalariado. “É, o trabalhador, o pequeno empreendedor patrão de si mesmo, dono do seu tempo e do seu ritmo de trabalho. Estas indagações se emoldam no que o autor Richard Sennett denominou de "o novo capitalismo" (SENNETT, 2000; 2006; 2009). Um quadro aonde o

indivíduo arca com a responsabilidade pelos riscos que constituem o mercado, sendo integrante da conformação da sua própria precariedade (ALONSO, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ E ROJO, 2016; MUÑOZ-RODRÍGUEZ E SANTOS-ORTEGA, 2017; SERRANO E MARTÍN, 2017).

Desta maneira, incidia uma sociedade “pós-emprego”, na qual os trabalhadores se tornam prestadores de serviços, gerindo a carreira e arcando, de forma independente aos riscos da incerteza (HESPANHA et al., 2007). Gorz (2005) coloca que os empregados são obrigados, devido às circunstâncias a se tornarem empresas e a se tornarem responsáveis pela rentabilidade do seu trabalho, desta forma acaba se internalizando a pressão gerada pela lógica da obtenção do máximo aproveitamento e colocando que são eles que devem arcar pela sua própria formação, saúde e aperfeiçoamento.

Boltanski e Chiapello (2009) examinaram as transmutações que foram acontecendo nas sociedades capitalistas, a partir do final de 1960 e até meados de 1990. Estes autores abordaram que o capitalismo obtém ideias insólitas, porém sempre mantém a sua essência, que é a acumulação de capital. Nos anos de 1960 a principal crítica destes autores, partiu da alienação que acabou levando a desumanização com a soberania da técnica, como também as sequelas causadas pelos regimes excessivamente burocratizados e hierarquizados das grandes empresas. Desta forma, os capitalistas tiveram que conceder as tensões das críticas, adotando outros mecanismos de trabalho, como por exemplo, o trabalho autônomo, para isso foi feita mudanças na forma que se organizava o trabalho e os processos produtivos. O que se demonstrou conveniente, uma vez que os proprietários se viram livres dos altos custos de supervisão, transferindo a responsabilidade diretamente ao trabalhador.

A estrutura do mercado neoliberal é o que dá significância ao discurso do empreendedorismo é aonde ele encontra o seu alicerce, portanto se compreendemos em uma linha de pensamento Foucaultina (Foucault, 2007), aonde o neoliberalismo, não é somente uma ideologia de estruturação da economia mundial, mas sim de uma forma de governar a si mesmo, na qual influencia e constroem as subjetividades dos indivíduos (Barry, Osbourne & Rose, 1996).

Em consequência de fatores como abertura dos mercados, da globalização, das mudanças nos hábitos de consumo, da diversificação da demanda a flexibilização se torna inevitável, como resultado a autogestão, o autocontrole e a horizontalidade,

passaram a serem primordiais neste modelo. Este novo modelo tende a tirar proveito dos conhecimentos diversificados e interpretá-los, combiná-los e de criarem inovações, porém “manipulam os símbolos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 104).

O que é visível/aparente nessa relação é justamente a igualdade entre comprador e vendedor de mercadorias. Entretanto, o visível é parte do todo, mas não é o todo. Dessa forma, uma análise das mediações desse processo de produção e circulação de ‘mercadorias’ pode nos revelar algo que não é captado com o órgão dos sentidos. É possível afirmar que em várias dessas relações comerciais o que é transacionado é a mercadoria força de trabalho (SOARES, 2008, p. 10).

Na concepção da teoria marxista, a particularidade da atual fase do desenvolvimento capitalista “é a contradição, que se afia cada vez mais, entre a produção e a apropriação do excedente econômico mercantil, da mais-valia nas suas diversificadas formas” (CARCANHOLO, 2012, p. 324). Para Tavares (2012), o empreendedorismo, ao invés de conferir a liberdade que é prometida ao trabalhador, reforça as relações capitalistas, desta forma o seu objetivo se materializa sem que a função do trabalho seja contestada e adentra no imaginário social que a mercadoria surge magicamente no âmbito da circulação, já que as relações ficaram cada vez mais restringidas a este âmbito. Provavelmente é o que deseja o neoliberalismo, que todos aceitem a negação da centralidade do trabalho, embora que nesse período toyotista a apropriação do tempo do trabalhador é superior e muito mais precarizada do que foi no fordismo.

(...) o neoliberalismo porque, embora seja um desdobramento do liberalismo, seria impróprio afirmar uma mera continuidade entre os dois. Os elementos que denotam continuidade – o Estado limitado, o privilegiamento do mercado e a clara noção antropológica de indivíduo –, quando inseridos no contexto histórico, demonstram ter uma substância diferente. O Estado limitado ou Estado mínimo, na verdade, constitui uma hipertrofia; o mercado, por sua vez, adquire uma dimensão gigantesca, sendo a única instância de mediação da sociedade, e o individualismo se coloca como uma tentativa de romper com todas as políticas sociais que não passam pela relação mercantil. Nessa trilha, entende-se o empreendedorismo como uma das formas pelas quais o mercado se apropria de todas as horas da vida dos sujeitos que se aliam a essa proposta. A nosso ver, é um rótulo pomposo para trabalhadores qualificados, precarizados e iludidos, uma vez que o sonho de liberdade é objetivamente inviável. (TAVARES, 2018, p.116)

Em síntese, consegue-se uma governança corporativa fundada na responsabilidade individual e no autocontrole, axiomas que estão sendo divulgados na literatura gerencial moderna, marcando uma tendência da gestão no presente de cada época (Collins, 2000).

Esta lógica psicologicista tiene muchos puntos de confluencia con la literatura de la autoayuda. Nos habla de una cultura terapéutica que florece a partir de los años noventa y que prolifera a través de estos escritos que pone en valor un proceso de individualización de los problemas sociales, y se desarrolla en paralelo al apogeo de la creatividad y el discurso de la innovación social como fuente de desarrollo



económico. Dichas premisas se articulan para conformar una nueva actitud en el individuo, que intentando huir de la precariedad, apostará por emprender sus propios negocios, y por presentar ideas novedosas que le aseguren un puesto laboral. Desde una posición crítica, vemos que dicha literatura muestra un total desinterés por realizar una explicación sistémica de los problemas sociales, situando la responsabilidad de la solución en manos individuales, desconectando los lazos que unen entre sí a los diferentes grupos sociales. (MEDINA, 2018, p.318)

Segundo Tavares (2018), o empreendedorismo, que adveio do padrão produtivo toyotista, é abordado constantemente na economia, na política, na administração, e constantemente propagado pelos meios de comunicação, principalmente na publicidade financiada pelo Estado, indo paulatinamente se inserindo no senso comum, se legitimando, como uma estratégia capitalista para o crescimento econômico e para a transformação social e de mãos dadas com uma suposta sociedade pós-industrial.

(...) o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardil engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados. (...).O assalariamento continua sendo à base da relação capital. A progressiva apropriação do tempo do trabalhador pelo capital é prova incontestante dessa realidade. Mas, apesar das evidências, sobretudo sob o neoliberalismo, a relação capital-trabalho sofre mascaramentos na prática e na teoria. Por um lado, a relação como trabalhador é um transtorno que o capital gostaria de evitar e, por outro, o trabalho como criador de riqueza é uma verdade que se tenta negar (TAVARES, 2018, p.110).

Para Dardot e Laval (2016), a figura do empreendedor é o comportamento fundamental da ordem capitalista, principalmente dentro do neoliberalismo que é, respaldado por Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, estes autores colocam que economia deve funcionar pela livre concorrência, portanto é preciso de uma política que possa tornar os sujeitos em empreendedores e que saibam aproveitar as janelas de oportunidade do lucro e que aceitem concorrência, moldando os indivíduos para o benefício do sistema.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é à base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. [...] Mas ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose. (MARX, 1984, p. 292-293).

O Brasil está na categoria de países que possuem uma distribuição de renda desigual, no qual grande parcela das famílias possui baixo nível de renda familiar, baixo nível de escolaridade e baixa capacidade de investimento. Além disso, o país possui uma estrutura de produção instável e com atividades econômicas com baixo nível de produtividade e trabalho precário, convivendo com atividades que utilizam tecnologias avançadas e relações de trabalho excessivamente formalizadas. (BULGACOV, CUNHA, CAMARGO, MEZA et al, 2011, p. 717). Oliveira et al (2013) coloca que os estudos sobre o empreendedorismo no Brasil precisa levar em consideração a marcante estratificação social no país que é uma característica que motiva aos sujeitos abrirem um negocio, desta forma é necessário reconhecê-la para compreender como esse fenômeno ocorre no país. Quando o emprego formal tende a ser reduzir dentro de cenários econômicos complexos (ÉSTHER, 2014), o empreendedorismo mostra-se como um caminho á primeira vista “milagroso” para a manutenção da renda familiar.

A contradição capital e trabalho ou produção e apropriação na sociedade capitalista, sob o neoliberalismo, aqui referida à pequena empresa, lócus do empreendedorismo. Forma privilegiada no capitalismo atual, o empreendedorismo tem sido amplamente incentivado, principalmente a partir dos anos 1990, estando, portanto, no interior da crise do capital, que começa nos anos 1970 e, agravada, persiste até hoje. (TAVARES, 2018). O empreendedorismo adquire maior intensidade nos anos de 1990 no Brasil, aonde foram criados programas do governo federal, como por exemplo, o programa Brasil Empreendedor, que existiu de 1999 a 2002 e foi dirigido “[...] à capacitação de mais de seis milhões de empreendedores em todo o país, destinando recursos financeiros [...] totalizando um investimento de oito bilhões” (DORNELAS, 2008, p. 11).

Holzman (2006), ao analisar as estatísticas do IBGE/Pnad, sanciona que o trabalhador por conta própria, o empreendedor por necessidade, representa o personagem símbolo do ideário neoliberal, que na defesa dos benefícios que possui, oculta a precariedade que o caracteriza. O trabalho por conta própria, ou o empreendedorismo por necessidade, forma um “desaguadouro” do desemprego, aonde 78,3% destes trabalhadores não são contribuintes da previdência social “Portanto, a atividade empreendedora, quando ocorre por necessidade de sobrevivência, é um produto das transformações conjunturais ocorridas nas relações emprego e trabalho”. (HOLZMAN, 2006, p. 84).

[...] para apreender a relação capital-trabalho neste século XXI, impõe que sejamos capazes de recuperar a história do desenvolvimento capitalista, no mínimo, atentos à lei geral da acumulação e ao desenvolvimento desigual e combinado, desde a acumulação primitiva até os dias atuais. (TAVARES, 2018, p.108)

[...] com raríssimas exceções, apesar de conformar um híbrido entre patrão e empregado, não deixa de ser trabalhador, portanto, não pode, objetivamente, gozar da autonomia pela qual é seduzido pelo capital, cuja finalidade é, além de reduzir os custos da produção, apagar do imaginário social a categoria do trabalhador proletário [...] (TAVARES, 2018, p.109)

Segundo Tavares (2018) o empreendedor se torna uma sustentação entre o mercado e o trabalhador, todavia sem a figura intermediária do “empregador”, no caso do toyotismo, o trabalhador perde a sua margem de luta, visto que a luta se torna subjetiva, visto que o trabalhador agora se confronta com o mercado e não mais com o capitalista. Oliveira (1995) coloca que o mercado e o capital, “enquanto mecanismo funcional perpassa ‘pelas costas’ de, todas as ações dos sujeitos humanos, dominando-as e conduzindo-as para seu processo de autovalorização” (OLIVEIRA, 1995, p. 17).

### 3.3 O EMPREENDEDORISMO FEMININO

O homem tem sido historicamente, colocado como a única figura quando se trata do empreendedorismo (Álvarez et al., 2012; Kelley et al., 2011), porém é explícito na última década o crescimento do empreendedorismo feminino em todo o mundo (Swinney et al., (2006). “Además es innegable que en los últimos años los empleos formales han ido disminuyendo en todo el mundo, lo que ha provocado que la generación de ingresos por parte de la mujer sea cada vez más importante para la supervivencia de los hogares”. (CALDERÓN, ESPÍNDOLA, 2019, p.122). O empreendedorismo feminino começou a ser estudado recentemente no Brasil, em comparação ele apareceu primeiramente na literatura estrangeira (ALLEN, & TRUMAN, 1993; BOWEN, & HISRICH, 1986; CARTER, & CANNON, 1992; CROMIE, & HAYES, 1988). As primeiras pesquisas sobre o tema no país apareceram a partir da década de 1970, recebendo um crescimento considerável na década posterior (GOMES et al. 2014).

Fisher, Reuber e Dyke (1993), para as autoras são importante integrar as teorias feministas nas pesquisas sobre o empreendedorismo feminino, na qual há duas perspectivas, sendo uma delas a do feminismo liberal e a do feminismo social. O feminismo liberal admite a desvantagem das mulheres em relação aos homens, devido a

motivos circunstâncias que as usurparam do essencial como a educação e de adquirir experiência no mundo do trabalho e dos negócios, e também da discriminação de gênero. O feminismo social, também admite essas desigualdades entre mulheres e homens, porém essas desigualdades não são ocasionais, mas de um processo de socialização nas quais as mulheres foram e são submetidas:

[...] Com relação à década de 1970 e 1980, a produção científica internacional ainda ficou presa à visão do determinismo biológico – que coloca o sexo como o elemento desencadeador das diferenças – e pouco trouxeram para o debate a atuação do contexto sociocultural na construção dos significados de ser homem e de ser mulher. (GOMES, SANTANA, ARAÚJO, MARTINS, 2014, p.324-325)

Por exemplo, Ahl (2016), identificou que a produção acadêmica que trata sobre o “empreendedorismo feminino”, ainda está aprisionada em práticas discursivas, na qual reproduzem a subordinação feminina, sendo necessária uma desconstrução destes discursos e uma mudança epistemológica, visto que colocam as empresas lideradas por mulheres em um caráter inferior, quando se comparada com as empresas geridas por homens. Uma parte considerável dos estudos parece assimilar sexo e gênero como uma variável e não como um quadro de referência, entretanto apesar do predomínio de pesquisas de orientação normativa, houve um crescimento de estudos que consideram o gênero uma construção social que estabelece a subordinação das mulheres aos homens e essencialmente, interpreta o sexo e o gênero como práticas discursivas que fundam subjetividades específicas por meio do poder e da resistência na materialidade dos corpos humanos (GOMES, SANTANA, ARAÚJO, MARTINS, 2014).

Jonathan e Silva (2007), Cramern et al. (2012) revelaram em seus estudos, através da análise do discurso que o gênero tem uma gênese contextual, situacional e histórica, portanto é necessário ser assimilada desta maneira, por se tratar de uma construção social baseada em práticas discursivas. Neste caso, pode-se interferir que a diferenciação sexual, ou relações de gênero são construídas pelas representações constantemente construídas e reconstituídas. (CRAMER, CAPPELLE, ANDRADE E BRITO, 2012, p.61). Assim, o gênero sexual tem sido abordado nos últimos anos dentro do mercado de trabalho e as diferenças dos padrões que foram sendo construídos socialmente para o “ser homem” e para o “ser mulher”, criando as posições na qual cada um deve se posicionar na sociedade, nas famílias, nas empresas e no mercado de trabalho Diante do fato de que houve melhoria em alguns indicadores de inserção do trabalho feminino na América Latina, ainda permanecem os estereótipos que tendem desvalorização das mulheres como trabalhadoras (ABRAMO, 2005).

Independente das transformações que aconteceram nas últimas décadas, as mulheres permanecem dedicando mais tempo as tarefas domésticas e a terem rendimentos inferiores aos homens pelo seu trabalho desempenhado fora do lar, mesmo sendo comprovada a tendência de que as mulheres em níveis educacionais, de ensino formal e de que completaram o ensino superior são mais elevadas comparadas em relação aos homens, todavia a ampliação do acesso à educação e as transformações no padrão ocupacional não possibilitou sanar as desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade do gênero feminino nas relações de trabalho (A.ARAÚJO & LOMBARDI, 2013; BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI & LOMBARDI, 2001; 2002).

De acordo com Heller (2010), O empreendedorismo feminino tem um impulso significativo para o desenvolvimento econômico e a diminuição da pobreza, entretanto como aponta Elizundia (2015), ainda na atualidade do século 21, as mulheres continuam a se defrontar com adversidades para sua inclusão total na sociedade. Calderón e Espíndola (2019) demonstraram em seus resultados que as mulheres têm sido severamente afetadas pelo desemprego e a precarização do mercado de trabalho, desta maneira o empreendedorismo feminino emerge como uma opção para defrontar a marginalização e a pobreza das famílias e também para que as mulheres consigam se inserirem no mundo do trabalho e fazerem o uso das suas capacidades intelectuais e materiais.

Castiblanco (2013) demonstra em suas pesquisas que os estudos têm se centrado na observação de mulheres que são obrigadas a se inserirem no mercado de trabalho de forma independente, através do auto-emprego ou do empreendedorismo por falta de oportunidades e para conciliarem como causa as obrigações que foram sendo construídas socialmente sobre o gênero feminino, Desta forma, Todaro et al. (2001), pontua as concepções que subsistem no inconsciente, vinculado ao comprometimento da mulher ao meio doméstico, como por exemplo, o papel materno como sendo o seu principal papel social, assim sendo isto intervém desfavoravelmente em seu desempenho no trabalho e também na contratação, uma vez que a maternidade se torna um empecilho aos patrões, que alegam os altos custos.

Lages (2005) coloca destaque para o papel secundário da mulher no mundo do trabalho, através dos estereótipos culturais, subordinando a mulher vigorosamente ao

âmbito doméstico. Em seu ponto de vista, a superação de entraves ao empreendedorismo feminino, particularmente na situação das mulheres pobres, perpassa primeiramente por transformações culturais que reconhecem o potencial feminino nesta área. Ademais, estes estereótipos causam impedimentos para o suporte financeiro, sendo as mulheres pobres as mais afetadas, sendo crucial uma transformação para a autora, para que possamos pensar em mulheres pobres e desenvolvimento sustentável.

Muitas mulheres motivadas para empreender pela dificuldade de empregar-se ou em função dos cuidados necessários a outros membros da família o fazem em suas próprias residências, configurando o espaço do lar em home office, pois esse formato permite conciliar os dois afazeres. Essa modalidade nem sempre permite equacionar de forma satisfatória as condições socioeconômicas necessárias para sua sobrevivência, com os cuidados ou atenção aos membros familiares. Assim, a mulher sai em busca de um emprego, que em sua avaliação pode lhe oferecer maior segurança financeira. (ROSAS, 2009, p. 240-241).

As mulheres têm assumido o trabalho doméstico no decorrer da história da sociedade, desta forma gera uma reação para sua inserção no mercado de trabalho, um deles é a falta de tempo para a sua dedicação ao trabalho remunerado, é notório que as atividades relacionadas ao lar e ao cuidado, são cada vez mais transportadas para o setor produtivo e para mercado (CALDERÓN, ESPÍNDOLA, 2019). As desigualdades de gênero no mercado de trabalho presentes na América Latina, condicionam as mulheres encontrarem empregos relacionados ao care e em tempo parcial e com baixos salários. Essas funções afetam negativamente as expectativas profissionais destas mulheres (OIT, 2016). Segundo a CEPAL (2007), uma pesquisa realizada na América Latina aponta que em média 43,4% de mulheres em idade ativa, identificam como motivações para não realizarem um trabalho remunerado, causas como proibição de familiares, trabalho doméstico e a maternidade.

Os autores Lindo (2004), Quental (2002) e Wetzel (2002), colocam que o empreendedorismo e o auto-emprego para as mulheres permitem a flexibilidade de horários que se ajustam entre as atividades domésticas e profissionais. Sendo assim, Rottenberg diz que a construção do fenômeno do empreendedorismo feminino, está interligada a concepção de alcançar um equilíbrio entre o trabalho e a família (Rottenberg, 2013). “Al mismo tiempo, se precisa de una planificación vital que permita a las mujeres

asumir la gestión de su doble presencia en el ámbito público y privado, Es decir, asumir la gestión individual de su doble explotación”. (MEDINA, 2018, p. 315)

En cuanto a la compatibilidad de su rol como empresarias y responsables del hogar, por el número de horas que dedican a la actividad empresarial, el sacrificio es enorme para atender los oficios de la casa y el cuidado de sus hijos, sin que les quede mucho tiempo para otras actividades (ocio creativo, dedicación a la lectura, viajes, deporte, vida social y compartir con su cónyuge, entre otras), (BERDUGO & GUTIÉRREZ, 2015, p. 169).

Ali, e Shabir (2017) aborda os reveses referente à participação das mulheres em diversas frentes de atividade, e também os medos em relação ao gênero, alegando que os homens assimilam como obstáculos os aspectos relativos às áreas funcionais, enquanto as mulheres, os fatores de caráter socioeconômico e o assédio, dentre outros, assim as mulheres necessitam de mais determinação para superar os empecilhos (LIMA, 2018). As mulheres sofrem pressões sobre o seu comportamento e expectativas em duas áreas a pública e a privada, ao contrario do homem que a sociedade não exige grandes ações no âmbito privado e doméstico. Por consequência, as mulheres acabam sendo responsáveis por administrar uma dicotomia entre essas duas áreas, uma dicotomia herdada dos princípios da filosofia moderna e dos autores do contrato social e sexual (PATEMAN, 1995).

As mulheres que optam pelo empreendedorismo, continuam sofrendo com a desigualdade de gênero, a abertura de mercados gerada pela globalização e o neoliberalismo, não significou uma maior possibilidade de crescimento internacional das empresas criadas por mulheres, pois elas têm maiores obstáculos para se financiar e se fundir com outras (OCDE, 2018). A autora Elisabeth Kelan salienta que as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, também colaboram com a lógica neoliberal “most constructed themselves in terms of market-driven neoliberal subjectivities and accepted insecurity as part of their job and saw self-renewal as a way to preserve their market value” ”(KELAN, 2009 p.143). Sobre o sujeito feminista neoliberal Rottenberg (2013), coloca “The neoliberal feminist subject is thus mobilized to convert continued gender inequality from a structural problem into an individual affair” (ROTTENBERG, 2013, p. 3).

A vista disso percebemos que as desigualdades não compõem os discursos dos agentes, como salienta a autora Rosalind Gill (2014): é natural evitar falar sobre as desigualdades de gênero. Na ótica da construção da subjetividade neoliberal na qual se instrumentaliza da palavra “feminismo” e a torna um conceito vazio e totalmente irrelevante para as mulheres mais jovens.

Sin embargo, al aproximarnos de forma crítica y desde una mirada feminista al discurso mediante el cual realizan dicha reclamación, vemos que la transformación social que se propone es una transformación individual, que resulta completamente acrítica con el sistema patriarcal y no pretende transformar las estructuras sociales (MEDINA, 2018, p.316).

Scharff pontua que o neoliberalismo fundamenta a subjetividade da mulher empreendedora, que conforma as mulheres como empresarias de si próprias. Aonde a mulher fala de si mesma como um algo a ser administrado, como diz a autora: “entrepreneurial subjects relate to themselves as if they were a business, are active, embrace risks, capably manage difficulties and hide injuries” (SCHARFF, 2016, p.108)”. O discurso da exploração das capacidades internas femininas está interligado com a concepção de meritocracia, na qual fundamenta a sociedade neoliberal, porém é muito mais opressiva quando se direcionam as mulheres (LITTLER, 2013; LEWIS & SIMPSON, 2010; SEALY, 2010; SIMPSON, ROSS-SMITH & LEWIS, 2010).

Boltanski e Chiapello, (2002) estes autores verificaram que o discurso sobre “a mulher empreendedora”, está enraizado em duas lógicas discursivas cruciais que são a negação da vulnerabilidade e a dependência ao sexo oposto, como a da autogestão, que estão interligadas a essência do que eles denominam “novo capitalismo”. Em outros termos a lógica neoliberal e suas demandas, explícitas e implícitas, influencia a forma como os cidadãos se relacionam, e constroem as suas vidas e a si mesmos. Isto posto, a concepção das mulheres como empreendedoras causadas pela literatura de gestão voltada para mulheres (ALWILL, 2015; HUFFINGTON, 2007, 2015; KAY & SHIPMAN, 2014; KOZMETSKY, 1992; MERCADÉ, 1998), persuadem na conformação de subjetividades femininas, que correspondem a certas demandas neoliberais que tencionam constituir uma subjetividade feminina que atenda aos interesses do dito sistema.

Com as transformações no mundo do trabalho o empreendedorismo, o denominado auto-emprego, surge como salvação para o desemprego e a renda das famílias, sendo vendido através dos discursos neoliberais, aonde o capitalista se exime totalmente da responsabilidade de assegurar minimamente a força de trabalho ao mesmo tempo em que cada vez mais na corda bamba são os trabalhadores, revestidos de micro-empreendedores individuais que permitem a acumulação de capital, e com a terceirização da economia e a ampliação do setor de serviços são as pequenas e médias empresas que absorvem uma parte ínfima do exercito industrial de reserva, permitindo o consumo de mercadorias das grandes indústrias. O empreendedorismo no caso das mulheres



aparece como uma fórmula de conseguir manter o rendimento familiar nesse contexto de precarização, e ao mesmo tempo com a flexibilidade permanecer cumprindo o papel que foi socialmente construído de suprir as necessidades da força trabalhadora, dessa maneira como iremos ver no próximo capítulo com profundidade as dificuldades que as mulheres passam para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho, como para empreenderem.

## 4 O EMPREENDEDORISMO “A LUZ NO FIM DO TÚNEL” PARA AS MULHERES NO CAPITALISMO NEOLIBERAL.

Neste capítulo será demonstrando as observações retiradas dos relatórios de 2008-2019 da *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*; apoiando-se também em dados secundários que foram retirados principalmente da SEBRAE (Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como do IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Na primeira parte **4.1**, foi feita uma análise panorâmica utilizando-se de regressão linear múltipla, para compreendermos como a precarização do trabalho pode ser uma explicação para o fenômeno do empreendedorismo, assim foi utilizada como variáveis independentes para explicar o comportamento do empreendedorismo, o PIB (Produto Interno Bruto), a taxa de desemprego e de informalidade. Na segunda parte **4.2** buscou-se em observar o mercado de trabalho feminino e as suas disparidades em relação ao masculino, como média de horas dedicadas aos serviços domésticos, rendimento por escolaridade, cargos de liderança e salários com filhos. Na terceira parte **4.3**, o empreendedorismo feminino, como os principais setores de empreendimento por gênero, o rendimento dos empreendimentos por gênero, se os empreendimentos geram empregos por gênero.

### 4.1 ANÁLISE DO PANORÂMICA

**Figura 2:** Regressão de Série Histórica do Empreendedorismo Total (TTE) dos anos de 2008-2019, em Relação ao PIB e as Taxas de Desemprego e de Informalidade.

Source	SS	df	MS	Number of obs = 12			
Model	84.0613186	3	28.0204395	F( 3, 8) = 1.21			
Residual	184.867848	8	23.108481	Prob > F = 0.3660			
Total	268.929167	11	24.4481061	R-squared = 0.3126			
				Adj R-squared = 0.0548			
				Root MSE = 4.8071			

EmpreendedorismoT~1	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
PIB	-.4643487	.5583671	-0.83	0.430	-1.751946	.8232481
TaxadeDesemprego	.3329524	.5101371	0.65	0.532	-.8434259	1.509331
TaxadeInformalidade	-.6128356	.6535797	-0.94	0.376	-2.119993	.894322
_cons	54.78515	25.83276	2.12	0.067	-4.78529	114.3556

**Fonte:** Elaboração Própria, os dados do TTE (empreendedorismo total), foi retirada dos relatórios da GEM dos anos de 2008 á 2019 e o PIB, e as taxas de desemprego e de informalidade do IBGE.

O coeficiente de determinação  $R^2$  apontou que os comportamentos do PIB, da taxa de desemprego e da informalidade, explicam o comportamento do empreendedorismo total em 31,26%. O PIB apresentou um comportamento inverso em relação ao empreendedorismo total, uma vez que com o aumento de 1% na renda há uma queda no empreendedorismo total de - 4,64%, ao contrario da taxa de desemprego, aonde o aumento de 1% aumenta em 3,32% o empreendedorismo total, o qual se fundamenta na colocação de Ésther (2014), que aborda que quando o emprego formal tende a ser reduzir dentro de cenários econômicos complexos, o empreendedorismo mostra-se como um caminho á primeira vista “milagroso” para a manutenção da renda familiar.

Fuller- Love, Lim e Akehurst (2016) discutiram o cenário da marginalização no mercado formal, aonde a criação de um negocio próprio torna-se a única alternativa de criação de emprego e renda para o individuo e para os seus familiares (FAIRLIE, 2005). Essas pesquisas apresentaram uma certa preocupação com a falta de políticas publicas e de intervenção institucional , para que estes grupos tenham o suporte necessário para que consigam implementarem e desenvolverem os seus negócios (LERNER, MENAHEM, HISRICH, 2005).

A taxa de informalidade também apresenta um comportamento inverso, o que já era esperado, uma vez que a informalidade também é uma alternativa ao desemprego como o empreendedorismo, desta forma quando há o aumento da informalidade em 1% há uma queda do empreendedorismo total em 6,13%. (TOKMAN, 2004; LEITE, 2009), estes autores demonstraram que houve um crescimento nas sociedades capitalistas e globalizada, do que os autores denominam de a “nova informalidade” (BALTAR & DEDDECA, 1997; NORONHA, 2003), dizem que são “Os Assalariados disfarçados” (PORTE, CASTELLS & BENTON, 1989) e que neste panorama se constituem sendo o “excedente de mão de obra que está disponível para responder às necessidades dos setores mais modernos, permitindo reduzir os custos do trabalho” (Tokman, 2004, p. 200).

O teste se apresentou não significativo uma vez a probabilidade do teste F, aponta que o modelo explica o comportamento do empreendedorismo total em 36,60%, e a soma dos quadrados residuais que é a distancia do  $Y$  observado e do  $\check{Y}$  estimado ao quadrado, representado pela equação  $\sum_{i=1}^n (Y_i - \check{Y})^2$ , aponta um residual de 184,86 qual o modelo não consegue explicar.

**Figura 3:** Empreendedorismo Total Masculino (TTE Masculino), série histórica 2008-2019 em relação ao PIB e a taxa de desemprego masculino.

```
. reg EmpreendedorismoTotal PIB TaxadeDesempregoMasculina
```

Source	SS	df	MS			
Model	62.4365055	2	31.2182527	Number of obs =	12	
Residual	206.492661	9	22.943629	F( 2, 9) =	1.36	
Total	268.929167	11	24.4481061	Prob > F =	0.3046	
				R-squared =	0.2322	
				Adj R-squared =	0.0615	
				Root MSE =	4.79	

EmpreendedorismoTotal	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
PIB	-.7344678	.4762093	-1.54	0.157	-1.811728	.3427926
TaxadeDesempregoMasculina	.1884884	.5131682	0.37	0.722	-.9723788	1.349356
_cons	31.55777	4.937928	6.39	0.000	20.3874	42.72814

**Fonte:** Elaboração própria, os dados do empreendedorismo total masculino (TTE masculino) foram retirados dos relatórios da GEM dos anos de 2008-2019 e o PIB e taxa de desemprego do IBGE.

O coeficiente de determinação  $R^2$  apontou que os comportamentos do PIB, da taxa de desemprego masculino, explicam o comportamento do empreendedorismo total masculino em 23,22%. O PIB apresentou um comportamento inverso em relação ao empreendedorismo total masculino, uma vez que com o aumento de 1% na renda há uma queda no empreendedorismo total masculino de - 7,34%, ao contrario da taxa de desemprego aonde o aumento de 1% aumenta em 1,88% o empreendedorismo total masculino. O teste se apresentou não significativo uma vez que a probabilidade do teste F, aponta que o modelo explica o comportamento do empreendedorismo total masculino em 30,46% e a soma dos quadrados residuais que é a distancia do Y observado e do  $\hat{Y}$  estimado ao quadrado representado pela equação  $\sum_{i=1}^n (Y_i - \hat{Y})^2$ , aponta um residual de 206,49, o qual modelo não consegue explicar.

**Figura 4:** Empreendedorismo Total Feminino (TTE feminina), série histórica 2008-2019 em relação ao PIB e a taxa de desemprego feminino.

. reg EmpreendedorismoTotal PIB TaxadeDesempregoFeminina						
Source	SS	df	MS	Number of obs = 12		
Model	60.0255207	2	30.0127603	F( 2, 9) = 1.29		
Residual	208.903646	9	23.2115162	Prob > F = 0.3209		
Total	268.929167	11	24.4481061	R-squared = 0.2232		
				Adj R-squared = 0.0506		
				Root MSE = 4.8178		

EmpreendedorismoTotal	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
PIB	-.7575941	.4744508	-1.60	0.145	-1.830876	.3156883
TaxadeDesempregoFeminina	.0747113	.4351004	0.17	0.867	-.9095543	1.058977
_cons	32.34398	5.682967	5.69	0.000	19.48822	45.19975

**Fonte:** Elaboração própria, os dados do empreendedorismo total Feminino (TTE feminina) foram retirados dos relatórios da GEM dos anos de 2008-2019 e o PIB e taxa de desemprego do IBGE.

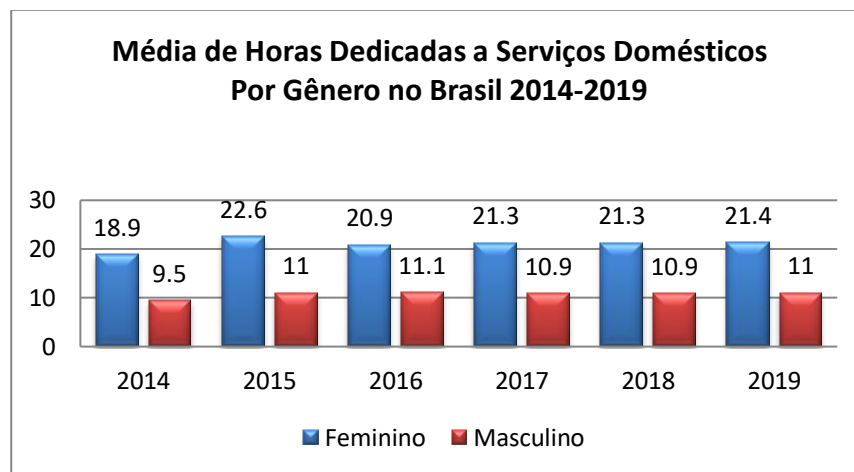
O coeficiente de determinação  $R^2$  apontou que os comportamentos do PIB, da taxa de desemprego feminino, explicam o comportamento do empreendedorismo total feminino em 22,32%. O PIB apresentou um comportamento inverso em relação ao empreendedorismo total feminino, uma vez que com o aumento de 1% na renda há uma queda no empreendedorismo total feminino de - 7,75%, ao contrario da taxa de desemprego aonde o aumento de 1% aumenta em 0,74% o empreendedorismo total feminino. O teste se apresentou não significativo, uma vez que a probabilidade do teste F aponta que o modelo consegue explicar o comportamento do empreendedorismo total feminino em 32,09% e a soma dos quadrados residuais que é a distancia do  $Y$  observado e do  $\hat{Y}$  estimado ao quadrado representado pela equação  $\sum_{i=1}^n (Y_i - \hat{Y})^2$ , aponta um residual de 208,90, o qual modelo não consegue explicar.

Tanto na **figura 3 e 4**, e de forma mais geral na **figura 2**, independente do gênero fatores como o desemprego e quedas na renda, se tornam uma das motivações para empreender, se caracterizando como empreendedorismo de necessidade que tem como objetivo a sobrevivência, como vimos no **capítulo 2**, o empreendedorismo pode ter uma relação inversa com o desenvolvimento econômico, o que pode ser um indicativo de uma forte migração de desempregados para um estado de trabalhador autônomo, tendo um rendimento menor ao emprego anterior, podendo caracterizar uma precarização no mundo do trabalho.

Entretanto Calderón e Espíndola (2019), demonstraram em seus resultados que as mulheres têm sido severamente afetadas pelo desemprego e a precarização do mercado de trabalho, desta maneira o empreendedorismo feminino emerge como uma opção para defrontar a marginalização e a pobreza de famílias e também para que as mulheres consigam se inserirem no mundo do trabalho e fazerem o uso das suas capacidades intelectuais e materiais, sendo um dos objetivos deste trabalho demonstrar as singularidades enfrentadas pelas mulheres.

#### 4.2 O MERCADO DE TRABALHO FEMININO

**Gráfico 1:** Média de Horas Dedicadas ao Serviço Doméstico no Brasil nos Anos de 2014-2019, Segundo o Gênero



**Fonte:** Elaboração própria, dados retirados do IBGE/PNADO trabalho doméstico<sup>26</sup> e de cuidados abrange as atividades de manutenção do lar (cozinhar, limpar, administrar) e atividades de cuidado direto, de uma pessoa a outra pessoa, como exemplo o cuidado dedicado aos idosos, crianças pequenas e outras pessoas dependentes, como doentes crônicos ou pessoas com deficiência. Embora esse trabalho seja crucial para o funcionamento das famílias e o bem-estar de seus membros; a evolução do mercado, em função da reprodução social; e, ainda, a coesão social e familiar, o trabalho doméstico e de cuidados costuma ser invisível para a economia, de acordo Barajas (2016), o trabalho doméstico e de cuidados está aparte do escopo da macroeconomia e do âmbito das políticas públicas.

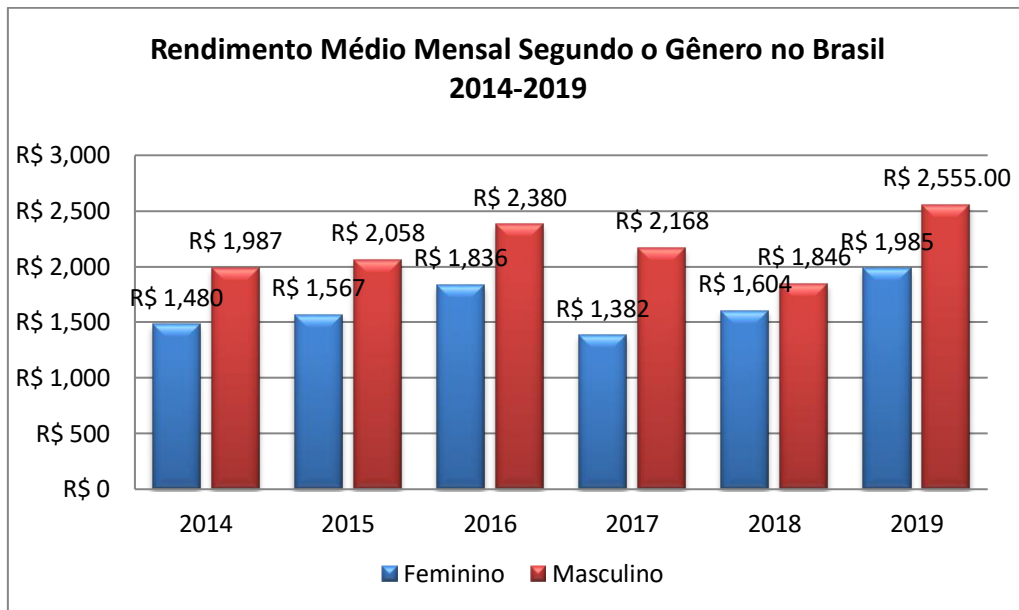
<sup>26</sup> O relatório do IBGE de 2021 colocou que as mulheres dedicam em média 9 horas á mais de trabalho doméstico do que os homens, sendo quase o dobro, uma vez que enquanto os homens dedicam em média 11 horas, as mulheres dedicam 20,4 horas.

Para Fontoura e Araújo (2016), a distribuição desigual das atividades diárias entre homens e mulheres, existente na maioria dos países, especialmente a separação entre trabalho produtivo e remunerado e reprodutivo e não remunerado, é um obstáculo para a igualdade de gênero. Nesta perspectiva o gráfico de média de horas dedicadas aos serviços domésticos por gênero no Brasil dos anos de 2014 á 2019 demonstra que as mulheres se dedicam em média 32% á mais dos que os homens a essa tarefa.

O trabalho executado pelos empregados domésticos não constitui apenas relação externa de compra e venda de força de trabalho, mas também o modo de vida. O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona-de-casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, maridos e filhos. O trabalho realizado para sua própria família é visto pela sociedade como uma situação natural, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares, gratuito e fora do mercado (MELO,1998, p.03).

O ponto a que se pretende chegar com essa digressão é que, mesmo nas análises mais ortodoxas que não reconheciam o trabalho doméstico como trabalho e considerava o trabalho mercantil o verdadeiro caminho da autonomia feminina, a “dupla jornada” era pensada como um conflito e uma contradição, cuja superação envolveria uma profunda mudança social, como a participação masculina no trabalho doméstico, ampliação do tempo escolar, e direito trabalhistas igual para homens e mulheres etc. (BILAC,2014, p.132)

**Gráfico 2:** Rendimento Médio Mensal, Segundo o Gênero no Brasil nos anos de 2014-2019



**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio) dos anos de 2014-2019

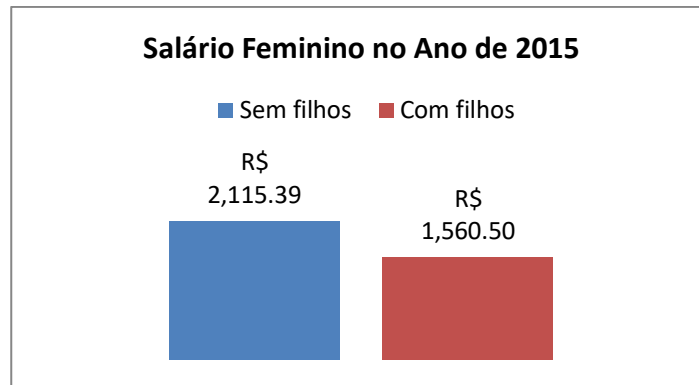
Analisando o **gráfico 2**, de Rendimento mensal segundo o gênero nos anos de 2014 á 2019 é visível que o rendimento masculino é superior ao feminino, no decorrer destes anos foi apontando de que a mulher tem um rendimento inferior a 14% em relação aos homens, uma das razões que podem ser utilizadas para explicar o comportamento do **gráfico 2**, pode ser o fato da mulher se dedicar mais aos afazeres domésticos, como já foi visto no **gráfico 1**, mas também dever-se ao motivo de que as mulheres não ocupam tanto os cargos de chefia em relação aos homens, como vamos ver no **gráfico 5**, onde estão os maiores salários, mesmo que ela como vai ver a seguir no **gráfico 4**, estudam e se aperfeiçoam mais em comparação ao masculino.

Este panorama piora de acordo com a situação étnico-racial, visto que estudos e pesquisas indicam que as mulheres negras ganham 60% menos que os homens brancos, enquanto as mulheres brancas recebem 30% menos. Nesse mesmo cenário assimétrico, “em 2004, homens com as mesmas características observáveis que as mulheres recebiam salários 70% mais altos. Já os brancos, com características observáveis idênticas aos negros tinham uma remuneração 30% mais elevada” (IPEA, 2006:6). (ROSAS, 2009, p.235).



Outra razão plausível para explicar o salário feminino inferiores é o mais baixo nível de sindicalização das trabalhadoras, bem como a menor tradição político sindical das atividades terciárias, nas quais as mulheres se concentram. (BRUSCHINI, 1994, p.195)

**Gráfico 3:** Salário Feminino Com Filhos no Ano de 2015



**Fonte:** Licença maternidade e suas conseqüências, pesquisa publicada em 2016 pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da FVG (Fundação Getulio Vargas).

O salário feminino do ano de 2015, representado no **gráfico 3**, demonstrou a existência de uma diferenciação salarial negativa quando a mulher tem filhos de aproximadamente R\$ 554,89, uma diferença de 15% a menos em sua renda salarial, quando se tem um filho. A presença de filhos é o que mais interfere na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos como as creches limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir os custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos como a rede de parentesco ou de vizinhança poderão ser acionados para olharem e cuidarem das crianças enquanto a mãe vai trabalhar.

A idade dos filhos também tem efeitos sobre a participação econômica feminina, uma vez que quando os filhos são pequenos, as mães são as principais responsáveis por eles, segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (1995), quando os filhos crescem e as mães podem ser substituídas ou pelo menos ajudadas pela escola, sua disponibilidade para o trabalho retorna a crescer. Aproximadamente 41% das mães que tinham filhos com idade superior a de sete anos e que trabalhavam nos anos de 1980, superavam a taxa de

atividade das mulheres que não eram mães. O efeito da presença de filhos varia em função dos níveis de rendimento do grupo familiar. Para as mulheres de renda mais baixa, a atividade mantém aproximadamente os mesmos níveis, caso ela seja ou não mãe (cerca de 18%) e aumenta quando ela tem mais de um filho (20%), revelando que a premência econômica supera os empecilhos decorrentes da maternidade.

O árduo equilíbrio entre as atividades econômicas e familiares, que se tornam mais debilitado ainda com a presença de crianças, depende também do tipo de atividade econômica que irá incorporar à trabalhadora. Atividades formalizadas, com horários regulares de trabalho e um maior distanciamento entre a casa e o trabalho são fatores que impossibilitam a conciliação de responsabilidades. A atividade informal, na qual não há jornadas regulares de trabalho, o trabalho domiciliar e o rural, em contra oposição, geralmente favorecem ao arranjo necessário entre família e trabalho, apesar da não existência de acesso a garantias trabalhistas. (BRUSCHINI,1994). Essa mesma dinâmica, de responsabilização desigual e restrições no acesso a tempo, sobretudo quando as mulheres têm filhos pequenos, constrange e orienta sua presença no mercado de trabalho e seu acesso a renda, se tornando uma grande problemática para o apaziguamento da desigualdade de gênero, uma vez que coloca a mulher em uma posição vulnerável, por meio das condições socioeconômicas.

**Gráfico 4:** Disparidade Salarial por Escolaridade no Ano de 2015



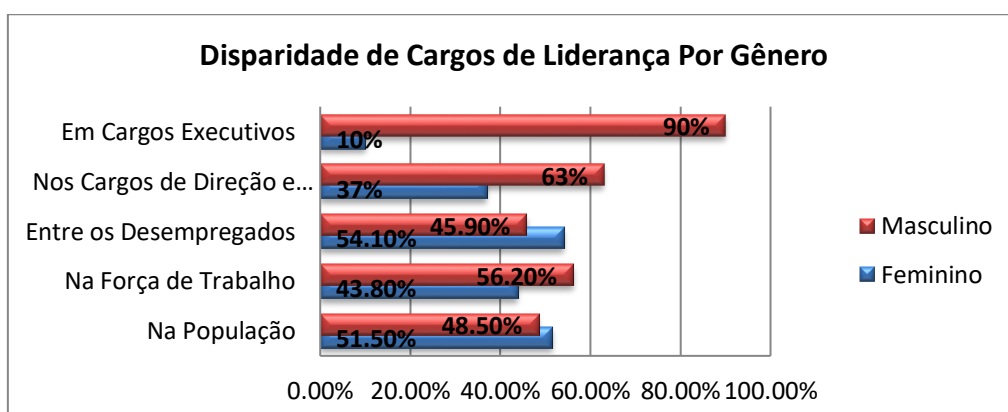
**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados do Observatório da Desigualdade Corecon-MG/FPJ Fundação João Pinheiro do ano de 2015

O **gráfico 4**, de disparidade salarial por escolaridade do ano de 2015 pontua a existência de uma desigualdade salarial por gênero, independente do nível de

escolaridade, em média geral as mulheres tem um rendimento salarial aproximadamente 23% inferior do que em relação ao sexo oposto. Analisando por categoria de nível de escolaridade, os dados colocam que a mulher detendo MBA, o seu rendimento é inferior á 27%, com pós-graduação e especialização o seu rendimento é inferior a 21%, com ensino superior é inferior a 28%, com ensino médio é inferior a 26%, com ensino fundamental é inferior a 23%, e com ensino fundamental incompleto é inferior a 14% em relação aos homens.

Independente das transformações que aconteceram nas ultimas décadas, as mulheres permanecem dedicando mais tempo as tarefas domesticas e a terem rendimentos inferiores do que os homens pelo seu trabalho desempenhado fora da esfera do lar, mesmo sendo comprovada a tendência de que as mulheres em níveis educacionais, de ensino formal e de que completam o ensino superior são mais elevadas comparadas em relação aos homens, desta maneira ampliação do acesso à educação e as transformações no padrão ocupacional não possibilitou sanar as desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade do gênero feminino nas relações de trabalho (A. ARAUJO E LOMBARDI, 2013; BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001; 2002). É importante salientar de que as mulheres brasileiras fazem parte do grupo que, apesar de alcançar o maior índice de grau de escolaridade, encontra-se também na base da pirâmide, no que tange aos recursos financeiros que lhe são destinados por sua atuação profissional (ROSAS, 2009)

**Gráfico 5:** Disparidade Salarial por Cargos de Liderança, Ano de 2015

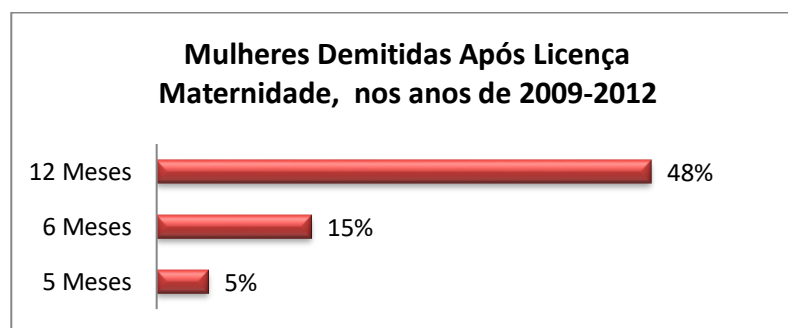


**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílios) do de 2015

O **gráfico 5**, de disparidade de cargos de liderança aponta que no alto da pirâmide as mulheres não são proporcionalmente representadas, quando observamos que se tratando de cargos de liderança as mulheres constituem aproximadamente 10%, e este quadro vai aumentando conforme o nível de liderança vai sendo encurtando na pirâmide, como o gráfico aborda que em cargos de direção as mulheres representam 37%, enquanto os homens 63%, entre os desempregados as mulheres estão em 54,10% e os homens em 45,90%, na força de trabalho estão em 43,80% e os homens 56,20%, nestes últimos dois dados do panorama percebemos a diferença entre homens e mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, mas principalmente para o papel social que foi sendo construído para o ser mulher, sendo que o gráfico coloca que as mulheres representam a maior parte da população brasileira estando em 51,50%, enquanto os homens representam 48,50%.

Os salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando a mesma posição profissional; podem ser explicados devido aos cuidados com o espaço privado e as alterações que vêm ocorrendo na estrutura familiar; o desemprego, a participação elevada no mercado informal e em ocupações precárias com ou sem remuneração, revelando a má qualidade das condições do trabalho feminino e as alterações no padrão da divisão sexual do trabalho; mudanças sócio demográficas; a diversidade étnico-racial, entre outras. (ROSAS, 2009, p.234) Desta forma com o aumento das mulheres no espaço do labor e econômico, não podemos negar os entraves e desafios na elaboração e execução das políticas públicas, sob a perspectiva de gênero.

**Gráfico 6:** Mulheres Demitidas Após a Licença Maternidade, nos Anos de 2009-2012



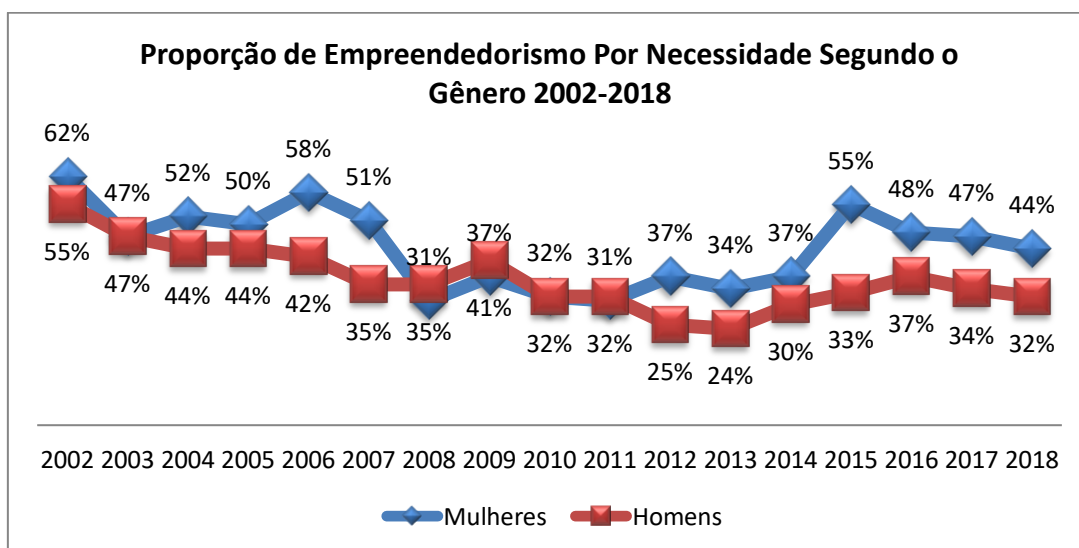
**Fonte:** Licença maternidade e suas conseqüências, pesquisa publicada em 2016 pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da FVG (Fundação Getulio Vargas), dados de mulheres entre 425 á 44 anos entre os anos de 2009 á 2012.

A FGV em sua pesquisa coloca que após 12 meses de licença maternidade 48% das mulheres são desligadas dos seus devidos cargos, aproximadamente quase a metade das mulheres, sendo que a licença maternidade é um direito constitucional previsto no artigo 7º inciso XVIII. Além da previsão constitucional, a CLT, no artigo Art. 392.

Entre os fatores que podem ser utilizados para explicar o comportamento do **gráfico 6**, pode está interligado ao senso comum das empresas das perdas, uma vez que a mulher terá que conciliar o cuidado materno que são colocados socialmente como sendo uma responsabilidade exclusiva da mulher com o trabalho, havendo receios de falta no trabalho, caso o filho adoença, de pedir para que chegue mais tarde para conseguir conciliar as responsabilidades com a criança. Considerando as implicações para as mulheres da responsabilização desigual pela vida cotidiana, muitas mulheres também optam por saírem do mercado, por falta de redes de apoio como as creches. Em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhos de até 3 anos de idade tinham todos eles em creche. Entre as que tinham todos seus filhos em creche, 72,9% estavam ocupadas, número que cai para 42,6% quando se observa aquelas que não tinham qualquer um dos filhos na creche (RASEAM, 2015).

#### 4.3 EMPREENDEDORISMO FEMININO

**Gráfico 7:** Proporção de Empreendedorismo Por Necessidade Segundo o Gênero 2002-2018



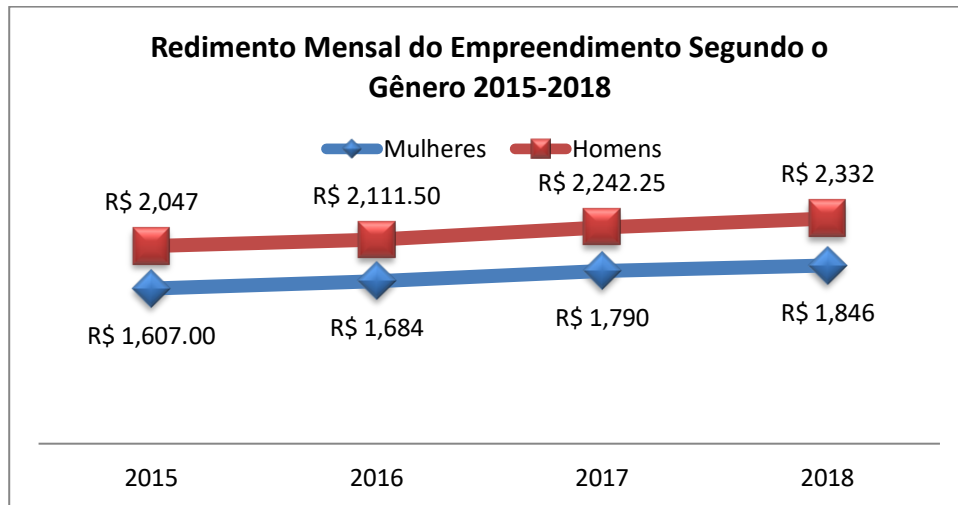
**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados dos Relatórios da GEM

O **gráfico 7**, de proporção de empreendedorismo por necessidade dos anos de 2002 á 2018 demonstra que as mulheres em proporção aos homens estão mais presentes quando se trata de empreendedorismo por necessidade em média as mulheres representam 44% em relação aos 37% dos homens, havendo uma diferença de 8%. A mulher brasileira como coloca Bulgacov (2010), está apenas buscando atendimento de suas necessidades mais básicas, portanto está reagindo ao meio, na qual é submetida, diferentemente das características abordadas na literatura como a inovação e criatividade que estão inseridas no empreendedorismo de oportunidade. As mulheres brasileiras têm participado ativamente no cenário empreendedor, motivadas por sobrevivência, e maior participação em negócios iniciais em detrimento dos empreendimentos estabelecidos (GEM, 2005). (ROSAS, 2009, p.239)

Castiblanco (2013) Demonstrou em suas pesquisas e estudos que se centraram na observação de mulheres que são obrigadas a se inserirem no mercado de trabalho de forma independente, através do auto-emprego ou do empreendedorismo por falta de oportunidades e para conciliarem como causa as obrigações que foram construídas socialmente sobre o gênero feminino, Desta forma, Todaro et al. (2001), pontua as concepções que subsistem no inconsciente, vinculado ao comprometimento da mulher ao meio domestico, como ,por exemplo, o papel materno como sendo o seu principal papel social, assim sendo isto intervém desfavoravelmente em seu desempenho no trabalho e também na contratação, uma vez que a maternidade se torna um empecilho aos patrões, que alegam os altos custos.

Además, el impulso al emprendimiento no solo femenino, en general de la población, requiere que el diseño de las políticas públicas este enmarcado dentro del entorno económico nacional e internacional, que es cada vez más complejo e incierto, y que los países en desarrollo son cada vez más vulnerables ante los cambios de este entorno, por tal motivo es imperativo que se haga un esfuerzo por establecer un vínculo entre las necesidades de estabilidad macroeconómica y los requerimientos de las emprendedores. (CALDERÓN, ESPÍNDOLA, 2019, p.133)

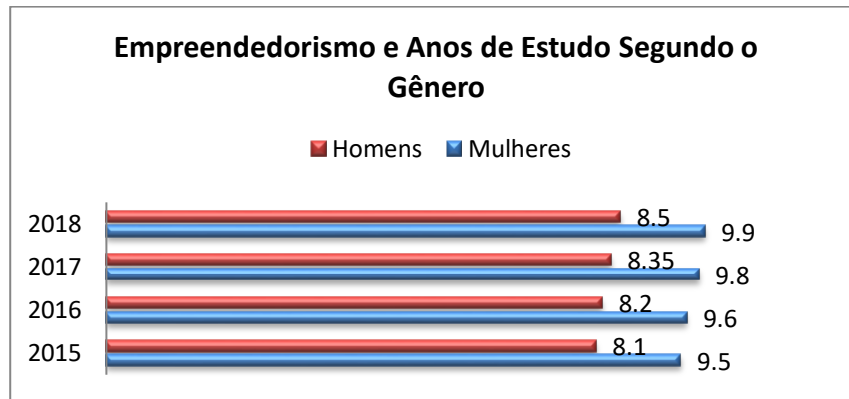
Observando a forte participação feminina na motivação de empreendedorismo por sobrevivência, cabe ressaltar a importância de implementar políticas públicas que tenham reflexo nos negócios com essas características, a partir de uma concepção de que eles possam vir a ser agentes de transformação e progresso na economia brasileira. (ROSAS, 2009, p. 253)

**Gráfico 8:** Rendimento Mensal Segundo o Gênero, Ano de 2018

**Fonte:** Elaboração própria, dados retirados da PNAD (2018)  
Empregadores por conta Própria

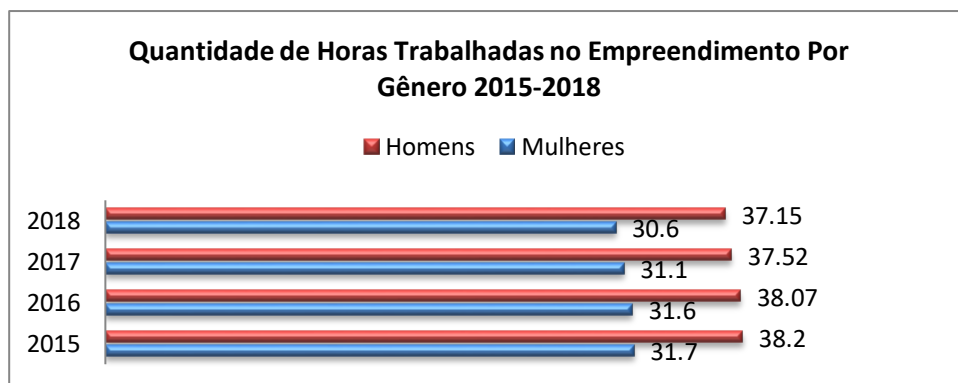
A elaboração do **gráfico 8**, com os dados retirados da PNAD dos anos de 2015 á 2018 coloca que o rendimento dos empreendimentos femininos são inferiores aos dos homens, realizando a média a diferença fica em 12% a menos do que ao masculino, como vamos ver nos gráficos seguintes, especificamente o **gráfico 10**, as mulheres trabalham menos em seus empreendimentos e isso pode ser explicado pelo papel social criado para o ser mulher, sendo necessário olhar para isso, pois 80%, dos negócios liderados por mulheres fecharam na pandemia de acordo com a PNAD 2021, podendo ter como explicação principal, o aumento da jornada dupla de trabalho e as tarefas domésticas, além do fechamento das escolas, como vamos ver mais adiante no **gráfico 13**, houve um aumento das mulheres categorizadas como chefes de família e no **gráfico 19** da taxa de juros, demonstra que por gênero existe um olhar negativo para o acesso ao capital, o que prejudica as mulheres em momentos de instabilidade econômica.

Independente do contexto da pandemia, as mulheres estão mais envolvidas no empreendedorismo de necessidade do que os homens, como já vimos no **gráfico oito**, e quando averiguamos os dados de empreendedorismo estabelecido o (TEE), o que tem como significado empreendedores que estão à frente de um negocio a mais de 42 meses, segundo a GEM dos anos de 2014 á 2019, existe uma diferença de 5% a favor dos homens, demonstrando as condições sócio estruturais construídas para as mulheres.

**Gráfico 9:** Empreendedorismo Por Anos de Estudo Segundo Gênero

**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados da PNAD

O **gráfico 9**, que relaciona os anos de estudo, gênero e empreendedorismo, demonstra que as mulheres estudam e se aperfeiçoam mais do que os homens, realizando a média as mulheres detêm aproximadamente um ano e quatro meses a mais de estudo do que os homens, porém os seus rendimentos são inferiores como já vimos no **gráfico 8**, o motivo que ajuda a explicar isso é o que já vimos no decorrer deste trabalho como o papel construído socialmente da mulher que é segmentada no ser mãe e nos serviços domésticos.

**Gráfico 10:** Quantidade de Horas Trabalhadas no Empreendimento, Segundo o Gênero nos Anos de 2015-2018

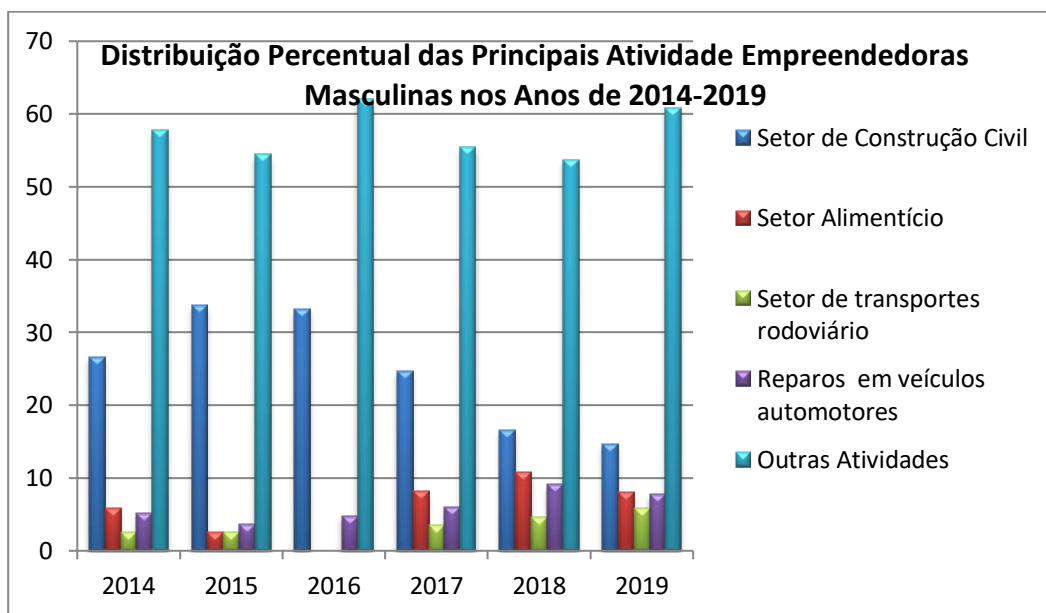
**Fonte:** PNAD

Realizando a média dos dados PNAD dos anos de 2015 á 2018 de quantidade de horas trabalhadas por gênero do **gráfico 10**, aponta que as mulheres trabalham



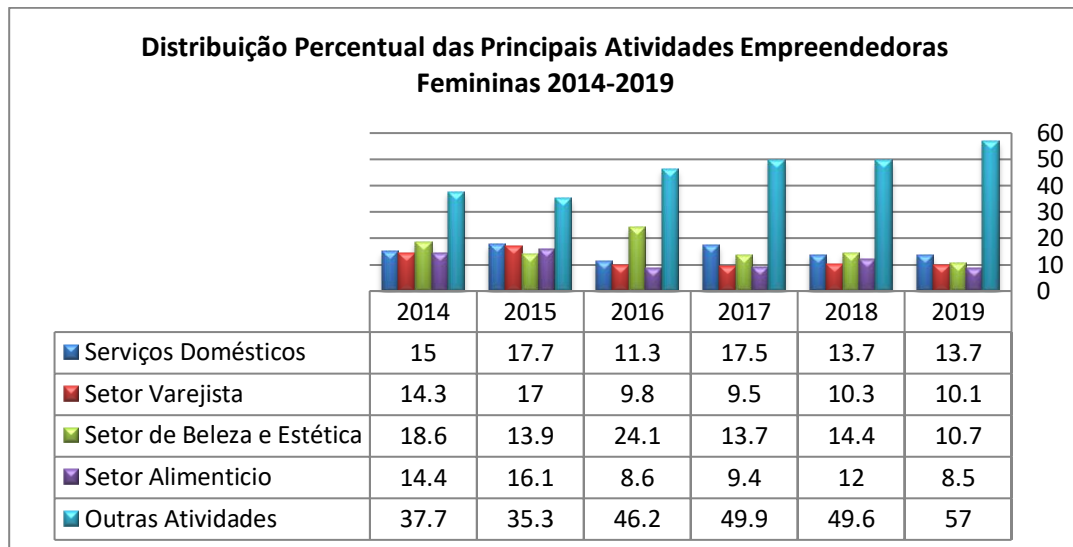
aproximadamente, cerca de 31,25 horas enquanto os homens 37,73 horas, havendo uma diferença de 6,48 horas, assim percebemos que as mulheres dedicam menos tempo aos seus empreendimentos, isto se deve ao fato de que as mulheres se dedicam mais aos serviços domésticos como vimos anteriormente no **gráfico1**, desta maneira parafraseando Berdugo e Gutierrez (2015) que abordam a dificuldade das mulheres empresárias de conciliarem o empreendimento com as responsabilidades domésticas, sendo um sacrifício gigantesco para suprirem com os afazeres da casa, e o cuidado com os filhos, assim não sobrando tempo para demais atividades como leituras, viagens, vida social, educação física, até mesmo para o ócio criativo e para se aperfeiçoarem se tornando mais qualificadas para o seu empreendimento.

**Gráfico 11:** Distribuição Percentual das Principais Atividades Empreendedoras Masculinas nos Anos de 2014-2019



**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados dos relatórios da GEM dos anos de 2014-2019

**Gráfico 12:** Distribuição Percentual das Principais Atividades Empreendedoras Femininas nos Anos de 2014-2019



**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados dos Relatórios da GEM dos anos de 2014-2019.

Tanto no **gráfico 11 e 12** que abordam a distribuição percentual das principais atividades empreendedoras, percebemos que as maiores partes da população feminina estão inseridas no contexto doméstico, varejista, setor de beleza, enquanto os homens estão inseridos nos segmentos de construção civil, alimentício e automobilístico, e com salários proporcionalmente superiores aos femininos, tais características podem ser associadas às construções sociais simbólicas que foram sendo construídas do ser homem e do ser mulher, é notório também que são empreendimentos mais simplistas que exigem pouca formação e pouco investimento e ligados ao empreendedorismo de necessidade, como aborda Rosas (2009) que diz que no Brasil tem um maior vigor em empreendimentos nos setores de comércio varejista, com ênfase em alimentação, vestuário e em serviços, principalmente os que têm pouco valor tecnológico agregado. Esse dado foi constatado nos relatórios do GEM de 2002 a 2006, indicando sua diminuta participação em empreendimentos com inovação tecnológica.

Como vimos no **gráfico 12**, sobre a distribuição percentual das atividades empreendedoras femininas, a maior parte estão inseridas no âmbito doméstico, que constitui culturalmente sendo lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exigem nenhuma qualificação. Desta maneira essa atividade pode ser considerada como sendo um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade. (MELO, 1998, p. 01)

O serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. “As migrantes das zonas rurais para as urbanas têm nessas atividades, o caminho de socialização na cidade, obtendo o abrigo, a comida, a casa e a família”. Sendo a porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, essas mulheres iniciavam esse trabalho nas casas de famílias a título de “ajuda”. Provavelmente, a oferta e os baixos salários pagos a essas trabalhadoras possibilitaram que as mulheres dos estratos de renda médios e altos ingressassem no mercado de trabalho nas últimas décadas, sem que a sociedade criasse em contrapartida serviços coletivos de creches, escolas em tempo integral, atividades que diminuíssem em parte os encargos familiares com a socialização das crianças. Como as mulheres pobres não têm voz no cenário político, restaram-lhes as soluções improvisadas para o cuidado dos seus próprios filhos, sem a interferência do Estado. Essas mulheres sempre trabalharam, seja no leito ou na senzala; a novidade atual é o exercício do trabalho fora de casa das mulheres da classe média. (MELO,1998,p.08)

No Brasil, o caminho utilizado pela classe média e por parte das camadas populares para articular trabalho e a família ou, em outros termos, articular a produção e a reprodução, foi o uso do “modelo de delegação”, na terminologia de Hirata e Kergoat (2007): atribuir à outra mulher a realização do trabalho doméstico. Essa outra mulher foi frequentemente, a empregada doméstica. O emprego doméstico ocupa tradicionalmente em nosso país uma parcela significativa da força de trabalho feminina. Essa saída foi possível em grande escala pela extrema desregulação e precariedade do trabalho, em geral, e do trabalho doméstico, em particular, que viabilizava o amortecimento dos conflitos dos casais através da superexploração das mulheres mais pobres por parte das mulheres das camadas médias.

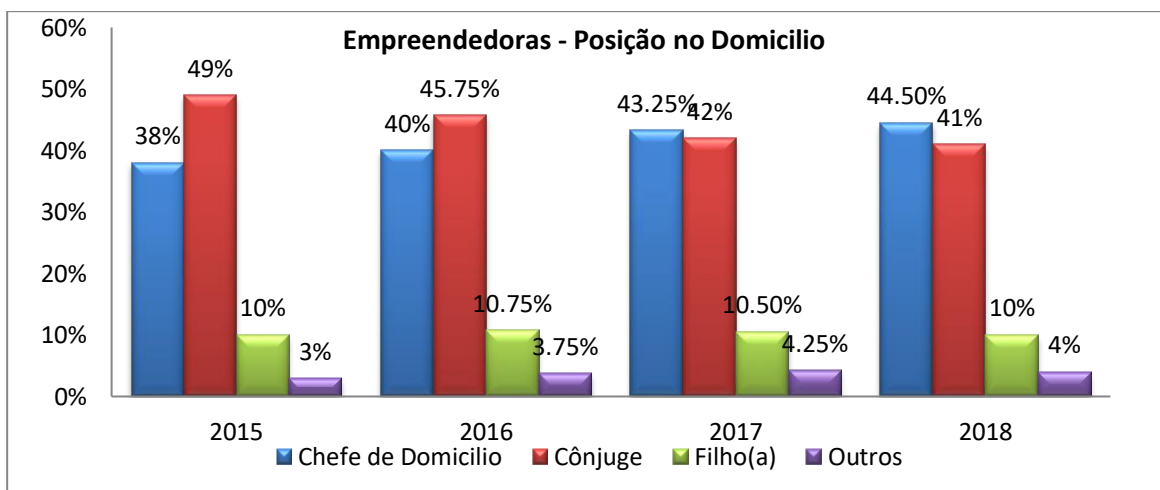
Apesar de todas estas mudanças, o modelo de articulação entre trabalho e família não sofre grandes alterações: quando não é a própria mulher que acumula ambas as jornadas, em sua totalidade ou em grande parte, permanece a delegação do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos para outra mulher, seja a empregada doméstica remunerada, seja alguém da rede de parentesco e vizinhança. (BILAC, 2014, p.139).

Nesse aspecto á uma desigualdade entre a relação de homens e mulheres, mas de mulheres brancas e negras e como coloca Moura (1994) e Saffioti (1976), essas desigualdades surgem do patriarcado e do racismo que dominam a formação social do

Brasil. Lélia Gonzalez, no artigo Racismo e sexismo na cultura brasileira, ressalta que o racismo constitui a “neurose da cultura brasileira” e “sua articulação com o sexismo gera resultados violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLEZ, 1980, p. 224). A autora coloca que há uma divisão sexual do trabalho, mas também existe uma divisão racial do trabalho e que não é possível estudar o caso brasileiro sem somar à divisão sexual a divisão racial, constantemente encoberto sob o manto do mito da democracia racial.

A divisão racial vai além das relações de trabalho, mas engloba todas as áreas da vida social, como coloca Gonzalez (1980), a população negra tem menos acesso a educação, as condições de suas moradia são precárias e os seus empregos também, havendo um princípio de “separação e hierarquia”. Dessa maneira existe uma distancia enorme entre homens brancos e mulheres negras, sendo as mulheres negras que estão nos trabalhos mais precarizados e com os menores salários. Concordando com Gonçalves (2018), as lutas são poderão ser atingidas se forem, ao mesmo tempo, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

**Gráfico 13:** Empreendedoras em Posição de Domicilio



**Fonte:** Elaboração Própria, dados retirados da PNAD

Podemos notar no **gráfico 13**, que as mulheres empreendedoras que adotam a posição de domicílio estão inseridas no âmbito familiar, e que a maioria estão na posição de casadas ou de chefes de domicílio, o qual percebemos um numero crescente de empreendedoras nesta ultima categoria, havendo um crescimento de 6,5%, enquanto o

numero de empreendedoras casadas apesar de ser bastante significativo, notou-se uma queda de 8% comparando os anos de 2015 á 2018.

Muitas mulheres motivadas para empreender pela dificuldade de empregar-se ou em função dos cuidados necessários a outros membros da família o fazem em suas próprias residências, configurando o espaço do lar em home office, pois esse formato permite conciliar os dois afazeres. Essa modalidade nem sempre permite equacionar de forma satisfatória as condições socioeconômicas necessárias para sua sobrevivência, com os cuidados ou atenção aos membros familiares. Assim, a mulher sai em busca de um emprego, que em sua avaliação pode lhe oferecer maior segurança financeira. (ROSAS, 2009, p 240-241). LINDO et al., 2004; QUENTAL, WETZEL, 2002). Estes autores colocam que o empreendedorismo e o auto-emprego para as mulheres permitem a flexibilidade de horários que se ajustam entre as atividades domesticas e profissionais.

É possível supor que entre as mulheres que trabalham no domicílio se encontrem tanto as empregadas domésticas quanto as trabalhadoras domiciliares autônomas ou subcontratadas para a indústria, as quais, através da costura, da produção de alimentos e de inúmeras outras atividades informais, contribuem para a renda, quando não para o próprio sustento do grupo familiar. (BRUSCHINI, 1994, p.190).

Em muitas sociedades, existe um conjunto pequeno de atividades disponíveis para a mulher. As mulheres em geral são discriminadas nos procedimentos de seleção e recrutamento no mercado de trabalho, visto que são observadas como trabalhadoras complementares ou secundárias, de acordo com o mito do provedor. Suas responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos podem também coagirem a procurarem trabalhos que detenha uma maior flexibilidade, como no setor informal ou no setor doméstico, onde a remuneração propende a ser inferior. Quando estão no setor formal ou em ambientes industriais, as evidências empíricas colocam que os trabalhos realizados por mulheres enfrentam a influência do gênero, como por exemplo, as menores remunerações para as mulheres em relação aos trabalhadores masculinos por trabalhos semelhantes.

As transformações que ocorreram no Brasil nas últimas décadas na composição do mercado de trabalho, na estrutura demográfica e nas relações familiares e afetivas que estremeceram positivamente com o modelo tradicional que institui o homem como sendo o provedor da casa em contrapartida a mulher como sendo a única responsável pelo

trabalho doméstico não remunerado. Porém, mesmo com essas transformações, a mulher quando provedora do lar e estando empregada integral ou parcialmente, ela não se desvencilha dos encargos reprodutivos, continuando a executar as tarefas domésticas e de cuidado. Ocasionalmente um aumento da carga horária total do trabalho feminino (remunerado e não remunerado), ocasionando o que se denomina de dupla ou tripla jornada. Contudo, embora os homens estejam participando mais dos afazeres domésticos, os homens não acompanharam o ritmo e a intensidade da presença feminina no mercado laboral (BANDEIRA & PRETURLAN, 2016).

O papel da mulher na reprodução da força de trabalho originou um novo contexto a ser levado em consideração entre o espaço produtivo e o familiar, presente tanto no eixo urbano, quanto no rural. Esse marco refere-se ao crescimento das mulheres chefes de família, sendo as mulheres negras as maiores participantes desse cenário, (ROSAS, 2009, p.235)

A repercussão do predomínio da mulher separada e da mãe solteira é a redução dos níveis de idade da mulher que se torna chefe de família, uma vez as mulheres questionam se tornando mães e chefes de família cada vez mais precocemente. Apesar de ainda não existir estudos estatísticos sobre os níveis de sua participação econômica, possivelmente esta mulher é a provedora do seu lar ou tem uma participação ativa em sua manutenção. Independente das variações entre as regiões e a relevância de fatores específicos na determinação da incidência de chefia feminina, evidências sugerem que o aumento recente está interligado ao processo de urbanização e ao aumento da pobreza. No Brasil, o crescimento recente dessa categoria tem sido correlacionado com os crescentes níveis de pobreza, dado que está ocorrendo entre os grupos de baixa renda, nas regiões urbanas mais pobres, tais como o Nordeste e áreas metropolitanas.

O panorama em domicílios mantidos por mulheres direcionam para uma maior vulnerabilidade econômica, presume que os domicílios sustentados por mulheres estejam mais representados nos setores mais pobres da sociedade, devido à sobreposição de fatores tais como a composição domiciliar e a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho.

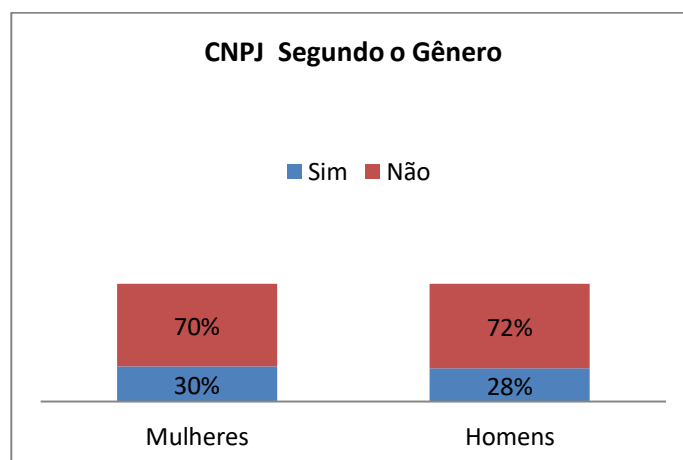
A preocupação recente com a questão da chefia feminina tem três aspectos centrais: (1) o fenômeno é crescente na América Latina; (2) cresce, preferencialmente, entre os grupos mais empobrecidos, (3) tem revelado uma vulnerabilidade particular aos contextos de recessão econômica e implantação de programas de ajustes econômicos.

Havendo um aumento significativo de estudos nessa área e juntamente com a defesa de políticas direcionadas a estes domicílios que possam diminuir ou evitar o aumento da distância social e econômica entre segmentos de uma mesma população.

Muitas pesquisas têm insistido nas dificuldades que a instabilidade conjugal e a mudança na estrutura familiar têm provocado nos setores mais empobrecidos da população onde a mulher passa a acumular sozinhas funções de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução. Essas pesquisas revelam que o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando ano a ano e que tais famílias apresentariam um perfil extremamente vulnerável em razão do alto grau de discriminação que sofrem as mulheres no mercado de trabalho onde recebem rendimentos menores por desempenharem atividades menos qualificadas. (LAVINAS, 1996, p.464)

Considera-se que a penetração do desenvolvimento capitalista nas sociedades colabore para o crescimento da responsabilidade da mulher pelo seu domicílio e pela manutenção dos seus dependentes, em virtude da transição de uma economia de base familiar para uma de base individual. Folbre (2006) avança nesta perspectiva, colocando que a relevância cada vez menor da função produtiva que é centralizada no domicílio, compromete as relações de autoridade patriarcal estabelecidas. A autonomia econômica dos outros membros da família contribui para a diminuição da importância do pai como uma figura econômica central. Um processo cultural simultâneo de modernização favorece para a redefinição das responsabilidades entre os membros do domicílio e que repercute em novas mudanças, particularmente em relação ao fluxo de dinheiro no domicílio.

**Gráfico 14:** CNPJ Segundo o Gênero

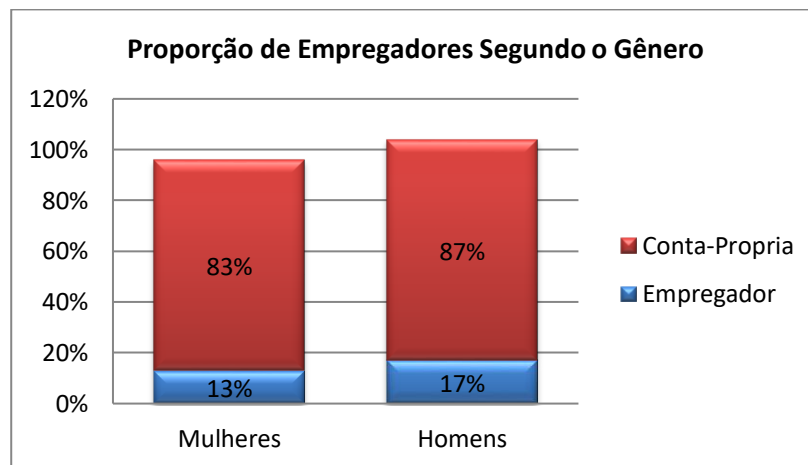


Fonte: PNAD 2018

O gráfico 14 de CNPJ (Cadastro acional de Pessoas Jurídicas) segundo gênero com os dados da PNAD de 2018, coloca que as mulheres formalizam o seu

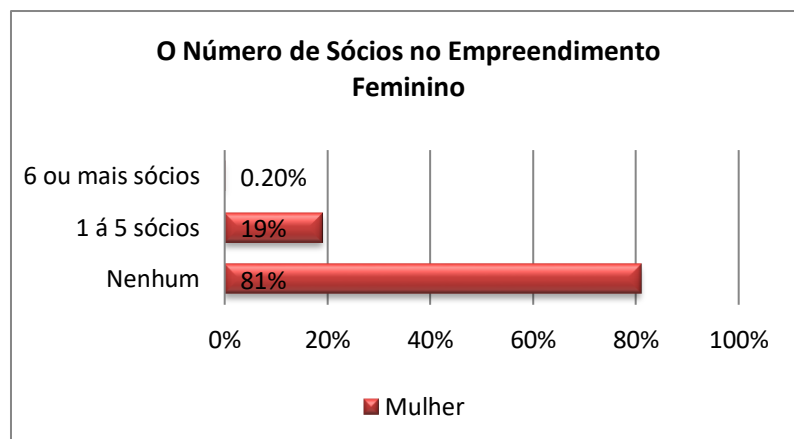
empreendimento mais do que os homens, havendo uma diferença de 2%, o que é um fator positivo uma vez que o CNPJ, além de trazer inúmeros benefícios para a empreendedora como, por exemplo, a emissão de notas fiscais, o direito a aposentadoria, a fazer empréstimos com menores taxas de juros, também permite a empreendedora a ter maiores relações comerciais, uma vez que os fornecedores só negociam com pessoas jurídicas, possibilitando uma maior estruturação para viabilização de políticas públicas, uma vez que o panorama e a dimensão do empreendedorismo, além das condições como a possibilidade de categorizar em grandes, pequenos e micro empreendedores individuais, os famosos “MEI” se tornam visíveis para o poder Estatal, ao contrário da informalidade que não conseguimos mensurar com exatidão.

**Gráfico 15:** Proporção de Empregadores Segundo o Gênero



Fonte: SEBRAE 2017

**Gráfico 16:** O Número de Sócios no Empreendimento Feminino

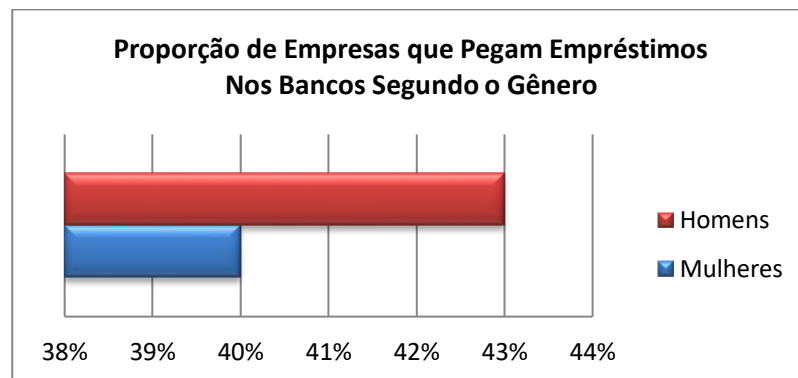


Fonte: PNAD 2018



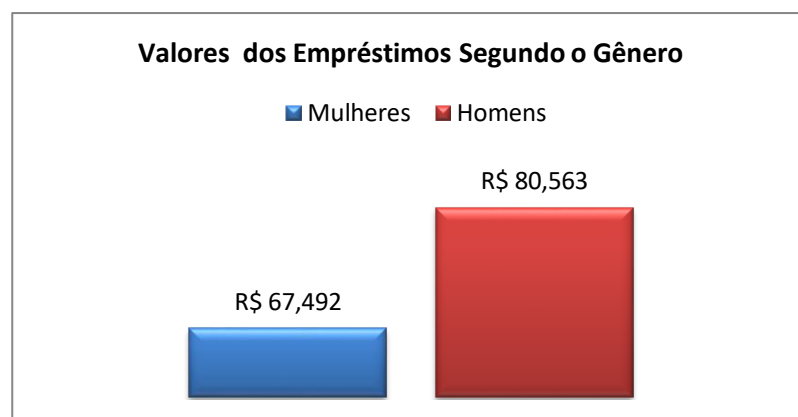
O **gráfico 16** de numero de sócios por empreendimento com dados da PNAD de 2018, coloca que 81% das mulheres não tem sócios, e somente 0,20% tem mais de 6 sócios, o que significa que os empreendimentos femininos são pequenos e não tem a capacidade de geração de empregos, para ter um impacto social positivo, o que caracteriza um empreendedorismo de necessidade e para geração do auto-emprego, o que pode ser visualizado no **gráfico 15**, aonde também aborda o empreendedorismo como uma alternativa, afinal independente do gênero a maior parte da população está na categoria de trabalho por conta-própria, entretanto de acordo com as suas singularidades as mulheres ainda empregam menos que os homens, havendo uma diferença de 4%.

**Gráfico 17:** Proporção de Empresas que Pegam Empréstimos nos Bancos Segundo o Gênero

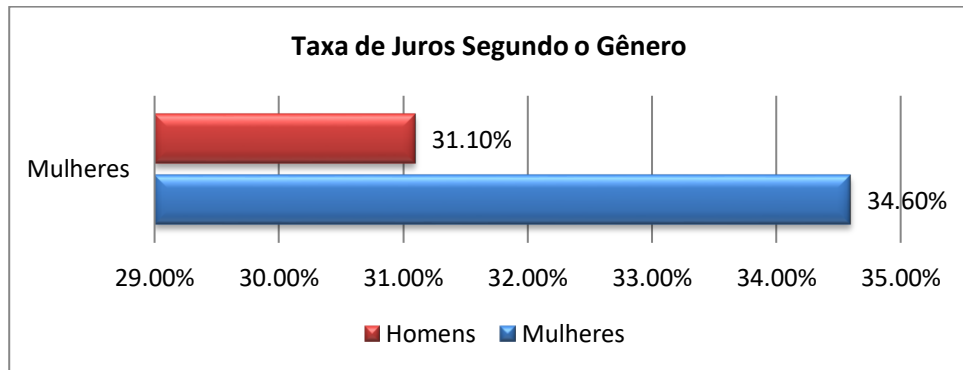


Fonte: SEBRAE 2017

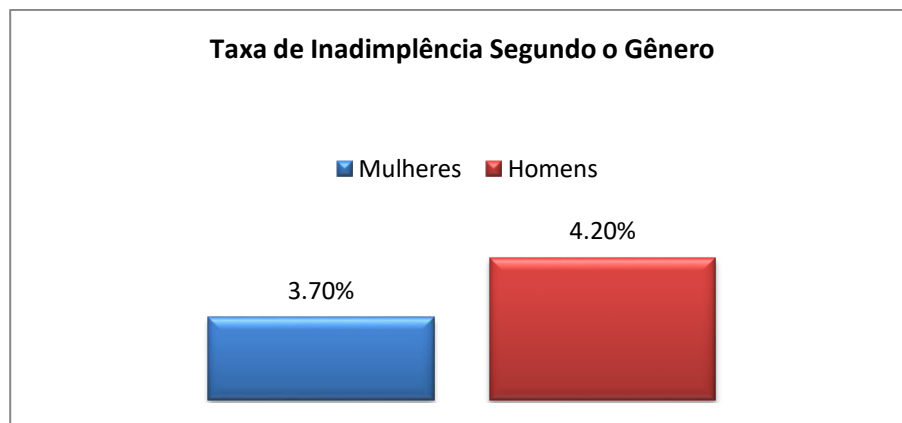
**Gráfico 18:** Valores dos Empréstimos Segundo Gênero



Fonte: SEBRAE 2017

**Gráfico 19:** Taxa de Juros Segundo o Gênero

Fonte: SEBRAE/ BACEN 2017

**Gráfico 20:** Taxa de Inadimplência Segundo o Gênero

Fonte: SEBRAE/ BACEN 2017

Nos gráficos realizados com os dados da dados da Sebrae e Bacen do ano de 2017, observamos no **gráfico 17** que aborda a proporção de empresas que pegam empréstimos por gênero, que as mulheres fazem o uso do empréstimo menos frequentemente do que os homens, havendo uma diferença de 3%, sendo que quando observamos o **gráfico 18** dos valores dos empréstimos por gênero os valores são menores, existindo uma diferença de 9%, entretanto mesmo quando olhamos o **gráfico 20** da taxa de inadimplência por gênero, aonde os homens são 0,50% superiores e comparamos estes dados com o **gráfico 19** da taxa de juros, percebemos que a mulheres tem uma taxa mais elevada, o que dificulta o investimento em seus empreendimentos.

The results of this study raise the question of whether loan officers would be influenced by these stereotypes and would treat loan applications from male entrepreneurs more favorably than from female entrepreneurs. To the extent that

loan officers are influenced by perceptions that women are not suited for entrepreneurship, then females could be at a particular disadvantage in raising capital, a major obstacle for aspiring female entrepreneurs. Our findings are consistent with anecdotal evidence that female entrepreneurs have more difficulty than men in raising venture capital. (BUTTNER, ROSEN, 1988, p.07)

De acordo com Bertolami, Artes, Gonçalves, Hashimoto e Lazzarini (2018) as mulheres precisam deter um empenho ao empreendedorismo superior aos homens, uma vez que enfrentam inúmeros obstáculos, como coloca Church e Truitt (2017) e Harner (2011) como a falta de capital, dificuldades de acesso ao crédito, políticas públicas inadequadas, falta de funcionários qualificados, crise econômica e corrupção, desta forma é crucial uma maior atenção aos aspectos de capital e humano, para que essas mulheres adquiram habilidades gerenciais, para que desenvolvam e sobrevivam no mundo competitivo do empreendedorismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender o fenômeno crescente do empreendedorismo Feminino no Brasil, tendo como justificativa o enriquecimento acadêmico, uma vez que a temática é pouco trabalhada no meio, além do aumento da compreensão deste fenômeno para a classe trabalhadora e também para as lutas feministas que podem pressionar o poder público para obtenção de melhores condições, buscou a compreensão através das transformações ocorridas no âmbito do trabalho e das singularidades apresentadas das mulheres empreendedoras em relação aos homens, a partir de uma metodologia de meta-estudos que basicamente se trata de um trabalho de pesquisas de pesquisas (VERGARA,1997), desta maneira foi selecionado através de palavras chaves tanto no português como no espanhol, 308 artigos que foram retirados das plataforma *Capex* e *Spell*, e posteriormente foi realizada uma triagem abrangente sobrando 45 artigos.

Optou-se por realizar um trabalho em uma abordagem exploratório-descritiva, uma vez que como coloca (GIL, 1991, p.46), a metodologia descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, estabelecendo relações entre variáveis, sendo esta a problemática do trabalho que é expressa pela pergunta “Quais são as características das mulheres empreendedoras no Brasil, e as suas condições de atuação?””. Se estabelecendo como objetivo geral do trabalho em caracterizar as mulheres empreendedoras no Brasil e compreender o contexto em que elas atuam, partindo disso se definiu os dois objetivos específicos.

O primeiro sendo o de identificar as condições em que as mulheres brasileiras têm empreendido, esse primeiro objetivo demonstrou um cenário emblemático e de extrema vulnerabilidade para as mulheres, pois apesar das mulheres empreendedoras terem mais anos de estudo do que os homens, elas obtêm um rendimento inferior, uma vez que foi comprovado que elas dedicam menos tempo ao seu negócio, podendo ser explicado pelo fato de que elas dedicam mais tempo aos afazeres domésticos, tornado o cenário mais problemático, quando observamos o número crescente de mulheres chefes de família, que são as responsáveis pelo sustento familiar e que não são respaldadas pelo setor público, como ,por exemplo, com o acesso a serviços como creches, deixando crianças e mães a mercê de uma realidade de insegurança e incertezas, e sem condições de uma vida minimamente digna.

Independente das mulheres formalizarem mais os negócios do que os homens, o que permitem que elas obtenham maiores direitos, como aposentadoria, licença maternidade, emissão de notas fiscais, elas não conseguem obter acesso ao capital, tendo taxas de juros superiores para as mulheres empreendedoras em relação ao dos homens, mesmo os valores dos empréstimos e as taxas de inadimplência serem menores, estes fatores permitem concluir que essas mulheres enxergam o empreendedorismo como uma alternativa, que possibilita a obtenção de renda e uma maior flexibilidade para o cuidado dos seus (filhos, idosos, e doentes), já que não são respaldadas pelo setor público com o acesso a serviços como escolas e creches, mas também pela dificuldade de se inserirem ao mercado de trabalho. Esse estudo demonstrou que elas não alcançam os cargos de liderança, desta maneira elas não conseguem ter um rendimento que se equipare ao masculino, e que existe uma grande probabilidade delas serem demitidas após a licença maternidade, e que os seus salários quando detêm filhos diminui.

O segundo objetivo foi identificar os setores em que as mulheres tem empreendido no Brasil, nesse segundo objetivo foi identificado que as mulheres têm empreendido em setores estereotipicamente, e socialmente construídos para o ser feminino, foi observado que as mulheres Brasileiras têm empreendido nos setores varejistas, de beleza e principalmente no meio doméstico, segmentando a mulher no segmento *care*, a análise desse primeiro objetivo permitiu concluir que as mulheres como abordou Mello (1998) ainda permanecem no que se construiu sendo culturalmente o seu lugar, é importante observar que os serviços domésticos, não exigem escolaridade, qualificação e aperfeiçoamento profissional, podendo caracterizar o empreendedorismo feminino como sendo de necessidade, uma vez que essa atividade pode ser considerada como sendo um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade.

Sendo assim, podemos responder o problema de pesquisa, dizendo que as mulheres podem ser caracterizadas como sendo empreendedoras de necessidade e que as condições do empreendedorismo feminino são inferiores aos dos homens, já que elas têm menos acesso ao capital, e não conseguem se dedicar aos seus empreendimentos por razões socialmente construídas.

Como instrumento de dados, foi realizada uma análise documental dos relatórios executivos e gerais, divulgados pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM); apoiando-se também em dados secundários que foram retirados principalmente da SEBRAE (Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como do IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), na realização de uma regressão múltipla e de uma serie histórica de 2008 á 2019 no Brasil representada pela **figura 1**, à falta de renda demonstrada pelo PIB (Produto Interno Bruto) e o desemprego influenciam no empreendedorismo total de maneira positiva, já a informalidade de maneira negativa, uma vez que a informalidade também é uma das alternativas ao desemprego e a falta de renda, essas regressões foram realizadas de maneiras específicas de acordo com o gênero, conforme demonstrada nas **figuras 3 e 4**, e demonstrou que ambos sofrem com a precarização do trabalho e submetem-se ao empreendedorismo de necessidade.

A demonstração de resultados também buscou analisar as particularidades e dificuldades da inserção da mulher no mercado de trabalho que estão representados do **gráfico 1** ao **gráfico 6**, colocando que as mulheres apesar da maior escolaridade, elas obtêm rendimentos inferiores, e não atingem cargos de chefia, existindo a probabilidade de demissão após a licença maternidade, e o seu salário de ser diminuído pelo fato de ser mãe, isto posto demonstra-se que são as mulheres que mais dedicam ao trabalho não remunerado, as tarefas domésticas, dessa maneira interliga-se com a fundamentação teórica de que as concepções que subsistem no inconsciente, vinculado ao comprometimento da mulher ao meio doméstico, como ,por exemplo, o papel materno como sendo o seu principal papel social, assim sendo isto intervém desfavoravelmente em seu desempenho no trabalho e também na sua contratação. (TODARO, 2001).

Do **gráfico 7** ao **gráfico 20**, foi demonstrado as condições e características do empreendedorismo feminino, como os baixos rendimentos, a menor dedicação ao negócio a dificuldade ao acesso ao capital com maiores taxas de juros, do que relação aos homens foi demonstrado que a maior parcela das empreendedoras estão no setor doméstico e á um crescimento das mulheres chefes de família, e que nessas condições elas encontram no empreendedorismo uma alternativa já que detêm uma maior flexibilidade, para continuarem exercendo o seu papel que foi socialmente construído.

Esse trabalho teve muitas deficiências e pontos que não conseguiram ser trabalhados, e que podem se tornarem temas de futuros trabalhos, o primeiro foi o fato de não ter sido possível realizar uma análise do empreendedorismo total, em relação a outros índices como o índice de Gini, que é um instrumento para medir a concentração de renda, e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que medem quesitos como saúde educação e renda. O primeiro índice é importante, uma vez que o Brasil é um país extremamente desigual, sendo considerado de acordo com o IBGE de 2020, o nono país mais desigual do mundo, com um grande abismo entre ricos e pobres, dessa forma somente o PIB (Produto Interno Bruto), não consegue explicar o fator renda, o segundo seria interessante pelo motivo de que um melhor desenvolvimento, principalmente em educação pode ter um impacto quando se trata de um empreendedorismo de oportunidade, uma vez que educação tem relação com a formação de capital humano e a inovação, houve o intento de se realizar um modelo com essas variáveis, entretanto não obteve sucesso, dessa maneira deixo como proposta para futuras pesquisas.

A outra deficiência desse trabalho, foi não ter conseguido desmembrar o empreendedorismo total, desmembrando em empreendedorismo inicial (TEA), e empreendedorismo já estabelecido (TEE) por gênero, uma vez que os relatórios da GEM só começaram a tratar dados separados por gênero no ano de 2015, tendo poucos dados a respeito, a importância disso é a tendência empírica do fator renda e o desemprego terem um comportamento diferente e inverso em cada um desses empreendedorismos, uma vez que quando o desemprego e a diminuição de renda aumentam o empreendedorismo inicial (TEA), que podemos relacionar com o empreendedorismo de necessidade aumenta, já que emerge como sendo uma alternativa, mas ao contrario pode ocorrer com os empreendedores já estabelecidos (TEE), pois esses empreendedores podem sofrer com a diminuição do consumo, e conseqüentemente na diminuição ou até o fechamento de suas empresas, uma vez que a população está em uma condição de desempregados e sem renda para o consumirem.

Com esse paralelo é impossível não mencionar o panorama da pandemia, que estamos vivendo desde o início do ano de 2020, que gerou um impacto enorme nas condições de trabalho e socioeconômicas da população brasileira, com uma grande parcela encontrando no empreendedorismo a solução para o desemprego, como coloca o relatório da GEM de 2020, os empreendedores de necessidade de 2019 que eram 37,5%, saltaram para 53,4% em 2020, sendo importantes temas futuros para tratarem essa

questão, para que consigamos encontrar soluções paliativas para apaziguar as consequências desse período.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ângela M. C.; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do Início do Século XXI. **Cadernos de Pesquisa**. vol. 43, (2013). pg. 452-477.
- ABRAMO, Laís. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força de Trabalho Secundária**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- ABRAMO, Laís & TODARO, Rosalba. Género y trabajo en lãs decisiones empresariales. **Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo**. Vol. 4, No. 7. (1998). Indiana, United States.
- ACHTENHAGEN, Leona & WELTER, Friederike (2003). **FEMALE ENTREPRENEURSHIP IN GERMANY: CONTEXT, DEVELOPMENT AND ITS REFLECTION IN GERMAN MEDIA**. (2003)
- AHL, H. **Why** research on women entrepreneurs needs new directions?. **Entrepreneurship Theory and Practice**. [S. l.], v. 30, n.5, Sept. 2006.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru. Editora Praxis, 2007.
- AMORÓS, José. **El Proyecto Global Entrepreneurship Monitor (GEM): Una aproximación desde el contexto latinoamericano**. Academia. Revista Latinoamericana de Administración. Vol. 1, No. 46. (2011) Bogotá, Colombia.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Unicamp, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVII, 2014, pág. 11-25
- BADINTER, Elizabeth. (1985) [1980], **O Amor Incerto: História do Amor Maternal do Século XVII ao Século XX**. Lisboa, Relógio D'Água.
- BARRETT, Michèle. (1988) [1980], **Women's Opression Today: The Marxist/Feminist Encounter**. London, Verso.
- BAUMAN, Z. (2001). **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FONTENELLE, I. A. (2008). **Pós-modernidade: trabalho e consumo**. São Paulo: Cengage Learning
- BERDUGO, E; & GUTIÉRREZ, J. (2015). Mujeres empresarias de Bogota. En: **Revista CIFE: Lecturas de Economía Social**. Vol. 17, no, 26. pg. 149-174.

BILAC, Elisabeth. Trabalho e família Articulações possíveis. **Revista de Sociologia da USP**. v. 26, n. 1. (2014).

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa — o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRESSER PEREIRA, L. C. (1964). **Origens étnicas e sociais do empresário paulista**. Revista de Administração de Empresas

BRUSCHINI, Cristina. (1994). **Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectiva para o Futuro**. Estudos Feministas, vol. 2, no 3, pp. 17-32.

BRUSCHINI, Cristina, (1994). O Trabalho da Mulher Brasileira Nas Décadas Recentes. **Revista Estudos Feministas**, vol.2.

BULGACOV, Y. L. M., CAMARGO, D., CUNHA, S. K., MEZA, M. L., SOUZA, R. M. B., & Tolfo, S. R. (2011). **Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente?**. Psicologia Argumento.

BUTTNER, E. H.; ROSEN, B. **Bank loan officers' perceptions of the characteristics of men, women, and successful entrepreneurs**. Journal of Business Venturing, Amsterdam, v. 3, n. 3, Summer 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTIBLANCO, Suelen (2013). **La construcción de la categoría de emprendimiento femenino**. Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión. Vol. 21, No. 2. Bogotá, Colombia.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLOTT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLLINS, D. (2000). **Management Fads and Buzzwords. Critical-Practical Perspectives**. London: Routledge.

COSTA, Maria. **Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente**. Universidade Federal da Paraíba / Departamento de Administração, João Pessoa – PB, Brasil. (2017)

CRAMER, L., CAPPELLE, M. C. A., ANDRADE, A. L. S., & BRITO, M. J. (2012). **Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios.** Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas.

DEGEN, Ronald Jean. empreendedorismo: Uma filosofia para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da pobreza. **Revista de Ciências da Administração •v. 10, n. 21, p. 11-30, mai./ago. (2008).**

DELPHY, Christine. (2013a) [1997], **L'Ennemi Principal**. 1. Économie Politique du Patriarcat. Paris, Éditions Syllepse.

DINIZ, E. **O pós-consenso de Washington: globalização, estado e governabilidade reexaminados.** In: DINIZ, E. (Org.). Globalização, estado e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

Druck, M. G. (1999), **Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo crítico do complexo petroquímico.** São Paulo, Boitempo.

ENGESTRÖM, Y. **New forms of learning in co-configuration work.** Journal of Workplace Learning, 2004.

Espinosa, M. y MORRIS, P. (2002). **Calidad de vida en el trabajo. Percepciones de los trabajadores.** Chile: Gobierno de Chile.

FEDERICI, Silvia. **El Patriarcado del Salario-Criticas Feministas al Marxismo.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en Punto Cero- Trabajo Doméstico, Reproducción y Luchas Feministas.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FOUCAULT, M. (2007). **Nacimiento de la biopolítica.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

FULLER-LOVE, N.; LIM, L.; AKEHURST, G. **Guest editorial: female and ethnic minority entrepreneurship.** The International Entrepreneurship Management Journal, [S. l.], v. 2, n. 4, Dec. 2006.

GENNARI, Adilson & ALBURQUERQUE, Cristina. **Globalização e Reconfigurações do Mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. revista brasileira de ciências sociais.** vol. 27 n° 79. (2012)

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Relatório executivo.** Sebrae, 2008.

\_\_\_\_\_. *Relatório global 2009.*

\_\_\_\_\_. *Relatório global, 2010.*

\_\_\_\_\_. *Relatório global 2011.*

\_\_\_\_\_. *Relatório global 2012.*

\_\_\_\_\_. *Relatório global 2013.*

- \_\_\_\_\_. *Relatório global 2014.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global, 2015.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 20016.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2017.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2018.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2019.*

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Relatório de pesquisa.** Sebrae, 2008.

- \_\_\_\_\_. *Relatório global 2009.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global, 2010.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2011.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2012.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2013.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2014.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global, 2015.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 20016.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2017.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2018.*  
 \_\_\_\_\_. *Relatório global 2019.*

GOLDTHORPE, H. et al. **The affluent worker:** Industrial attitudes and behavior. Cambridge University, 1968.

GOMES, Mayara Aparecida. **Divisão Interseccional do Trabalho- Por que Ela é Fundamental para o Funcionamento do Capitalismo?** -Uma Análise das Condições de (Re)produção da Vida de Mulheres Negras brasileiras. Foz do Iguaçu, 2018.

GOMES, A. F., SANTANA, W. G. P., ARAÚJO, U. P., & MARTINS, C. M. F. (2014). **Empreendedorismo Feminino como Sujeito de Pesquisa.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios.

GUIMARÃES, Nadya. **Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2002.

HELLER, Lidia (2010). **Mujeres emprendedoras em América Latina y el Caribe: realidades, obstáculos y desafío**". Serie Mujer y Desarrollo. No. 93. División de Asuntos de Género.

Hirata, H. & KERGOAT, D. (2007). **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas, 37

HOLZMAN, L. **A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI.** In: PICCININI, V. et al. (Org.). O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

JIMÉNEZ, J. D., MARTÍN, J.M. y MONTERO, R. (2014). **Felicidad, desempleo y crisis económica en Andalucía: Algunas evidencias**. Revista de Estudios Regionales, 99, 183-207.

JONATHAN, SILVA, T. M. R. **Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, jan./abr. 2007.

KELAN, E. (2009). **Performing Gender at Work**. London and New York: Palgrave Macmillan.

KALLEBERG, A. (2009). **Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition**. American Sociological Review, 74, 1–22

KREMER, Antonio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) — Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

KREMER, Antonio & FARIA, J.H. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista de Administração**. São Paulo. 2004

LAVINAS, Lena. **As Mulheres no Universo da Pobreza. O Caso Brasileiro**. pesquisa desenvolvida no IPEA com apoio da Fundação Ford intitulada Gênero Trabalho e Políticas Públicas (1996).

LAGES, S. R. C. (2005). **Desafios do empreendedorismo feminino: uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda**. *Estação Científica*.

LEITE, Márcia (2009). **El trabajo y sus reconfiguraciones: las nuevas condiciones de trabajo discutidas a partir de conceptos y realidades**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, 21, 7 -33.

LERNER, M.; MENAHEM, G.; HISRICH, R. D. **Does government matter? The impact of occupational retraining, gender and ethnicity on immigrants incorporation**. Journal of Small Business and Enterprise Development, Bradford, v. 12, n. 2, 2005.

LEWIS, P., Y SIMPSON, R. (2010). **Meritocracy, difference and choice: women's experiences of advantage and disadvantage at work**. Gender in Management: An International Journal. 25 (3): 165-169. Littler, J. (2013). "Meritocracy as Plutocracy: The Marketising of «Equality» Under Neoliberalism". New Formations. 80-81: 52-72.

MALDONADO, B; Lara, G; & MAYA, A. (2016). **La mujer como motor del desarrollo local: una experiencia puntual**. En: Revista San Gregorio, Número especial sobre el desarrollo local, ISSN 1390-7247, pp. 91-10

MARTINS, Fernando & LIMA, Carlos. Las múltiples caras del trabajo precario y del sindicalismo: la experiencia brasileira. **Revista Trabajo y Sociedad**, Núm. 27, 2016

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Tomo I. São Paulo: Abril cultural, 1967 e 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo. Editora Nova Cultural LTDA., 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro Primeiro, Tomo 2.

McILROY, John. **Os sindicatos e o estado**. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.). Do corporativismo ao neoliberalismo —Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002.

MEDINA-VICENT, M. (2018a). **Flirting with Neoliberalism: The Transfiguration of Feminist Political Awareness**. NORA. Nordic Journal of Feminist and Gender Research. 28 (1):1-7. DOI: 10.1080/08038740.2018.1424728

MELO, HILDETE. **De Criadas a Trabalhadoras**. pesquisa Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil financiada pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) e executada pela DIPES/IPEA. (1998).

OLIVEIRA, C. A. B. **Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil**. In: MATTOSO, J. et al. O mundo do trabalho: crise e mudança no final do Século. São Paulo: Scritta, 1994.

PATEMAN, C. (1995). **El contrato sexual**. México DF: Anthropos.

PAUGAM, Serge (org.) (1996), **L'exclusion: L'état des savoirs**. Paris: La Découverte

PAZ CALDERÓN\_Yannet, ESPINOSA ESPÍNDOLA\_Mónica Teresa. Emprendimiento Femenino en México: Factores Relevantes para su Creación y Permanencia. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas**. Universidad de Nariño. (2019).

POCHMANN, Márcio. (2019). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; Benton, Lauren (orgs.) (1989), **The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Baltimore: The John Hopkins University Press.

ROTTENBERG, C. (2013). **The Rise of Neoliberal Feminism**. Cultural Studies. 28 (3): 418-437.

SCHARFF, C. (2016). **Gender and Neoliberalism. Young women as ideal neoliberal**

**subjects** .En S. Springer, K. Birch, y J. MacLeavy (Eds.), *The Handbook of Neoliberalism*. New York: Routledge.

SCHARFF, C. (2016). **Repudiating Feminism. Young Women in a Neoliberal World**. London and New York: Routledge.

SCHARFF, C. (2016). "The Psychic Life of Neoliberalism: Mapping the Contours of Entrepreneurial Subjectivity". *Theory, Culture & Society*. 33 (6): 107-122.

SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Quadros (Org.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Ucitec, 1988.

SEGNINI, Liliana (1998), **Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero**. São Paulo, Edusp.

SENNETT, R. (2000). **La corrosión del carácter**. Barcelona: Anagrama.

SENNETT, R. (2006). **La cultura del nuevo capitalismo**. Barcelona: Anagrama.

SENNETT, R. (2009). **El artesano**. Barcelona: Anagrama.

SOUZA, J. (2012). **Os trabalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** (2a ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

SWINNEY, Jane; Runyan, Rodney & Huddleston, Patricia (2006). **Differences in Reported firm Performance by Gender. Does Industry Matter?**. Journal of Developmental Entrepreneurship. Vol. 11, No. 2. Stillwater, Oklahoma, United States.

SCHNAPPER, Dominique (1998), **Contra o fim do Trabalho**. Lisboa: Terramar.

TEIXEIRA, M. O. (2013). **Os trabalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Trabalho, Educação e Saúde.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. **Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007. 23-58 p.

TIFFIN, Scott (2004). **Entrepreneurship in Latin America: Perspectives on Education and Innovation**. Westport, Conn. Praeger.

TODARO, Rosalba; GODOY, Lorena & ABRAMO, Laís (2001). "Desempenho laboral de hombres y mujeres: Opinión de empresarios". *Sociología del Trabajo*. Vol. 1, No. 42. Madrid, España.

TOKMAN, Víctor (2004), **Una voz en el camino. Empleo y equidad en América Latina**. 40 años de búsqueda. México: Fondo de Cultura Económica.

VEJAR, Dasten. La Precariedad del Trabajo en Las Sociedades Contemporáneas. **Revista de La Facultad Nacional de Salud Pública**. Vol. 37 N.º 2. Chile. (2019)

VALE, G. M. V.; SERAFIM, A. C. F.; TEODÓSIO, A. S. S. **Gênero, imersão e**

**empreendedorismo:sexo frágil, laços fortes?**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15,n. 4, p. 631-649, jul./ago. 2011.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990

WALLERSTEIN, Immanuel (1991), **The Capitalist World -Economy**. Cambridge: Cambridge University Press.



